

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

## A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde

**Roselma Évora**

Orientador: Professor David Fleischer

Trabalho apresentado ao  
Departamento de Ciência Política  
como requisito parcial para a  
obtenção do título de Mestre em  
Ciência Política.

Brasília, DF  
2001

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

## A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde

Roselma Évora

Trabalho apresentado em cumprimento às exigências para obtenção do  
grau de mestre em ciência política

### **Banca examinadora:**

---

David Fleischer  
(Orientador)

---

Luiz Pedone

---

Wilson Trajano

## Sumário

Agradecimentos .....	i
Resumo/Abstract .....	iii
Ficha de Apresentação da República de Cabo Verde .....	iv
Justificativa .....	v
<b>Introdução .....</b>	<b>01</b>
 <b>Capítulo 1 – Referencial Teórico: transições e consolidações democráticas</b>	
1.1 – Uma abordagem conceitual de transições e consolidações democráticas .....	04
1.2 – Os entraves à consolidação democrática na África .....	26
 <b>Capítulo 2 – Da Primeira Transição: o processo de independência política e a formação do Estado de Cabo Verde</b>	
2.1 – O fim da colonização portuguesa e os movimentos de libertação nacional.....	35
2.2 – O PAIGC, a luta pela libertação nacional e a independência da Guiné Bissau e de Cabo Verde.....	37
2.3 – A eleição da Assembleia Constituinte e a institucionalização do Estado de Cabo Verde .....	45
 <b>Capítulo 3 – Da Segunda Transição: de um regime monopartidário para um regime multipartidário</b>	
3.1 – As características do regime monopartidário em Cabo Verde .....	49
3.2 – Os sinais de crise e as possíveis causas da falência do regime monopartidário.....	59
3.3 – A abertura política e o significado das primeiras eleições livres e diretas .....	64
 <b>Capítulo 4 – A democratização e as possibilidades de consolidação do regime democrático em Cabo Verde</b>	
4.1 – A reforma econômica e o processo de privatização das estatais.....	76
4.2 – As possibilidades de consolidação democrática em Cabo Verde.....	82
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>93</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>96</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>99</b>

## **Agradecimentos**

Realizar esta dissertação só foi possível com o apoio material, intelectual e espiritual de várias pessoas e algumas instituições. Assim, sou grata:

A Deus que nos deu o dom da vida;

Aos meus pais: Aldina e Marcelino, por terem me dado a vida e os ensinamentos necessários para trilhar os caminhos do bem;

Ao meu orientador, Professor David Fleischer, pelo constante incentivo e confiança; pela paciência, dedicação e segurança com que me orientou;

À CAPES, que me concedeu bolsa de estudo para a realização deste curso de mestrado;

Aos professores Luiz Pedone e Arthur Maranhão pelas críticas ao meu anteprojeto, pela indicação bibliográfica e pelas sugestões que acabaram por definir a estrutura deste trabalho;

À professora Maria das Graças Rua, pelo incentivo constante, pelo carinho e respeito mútuo;

Aos funcionários do Departamento de Ciência Política (POL), especialmente: Carlos, Rachel e Vanderlei, pelo apoio constante;

Aos meus irmãos, Dorisa, Janete e Walter e à minha sobrinha Ângela, pela fé e esperança depositada em mim;

A Glauco e Alfredo, amigos e colegas de apartamento que por três anos me garantiram o melhor ambiente de estudo, aos momentos de alegria proporcionados, bem como a Simone;

À Ana Rosa Soares, Márcio Segundo e Rodrigo Braga que nestes sete anos de Brasília sempre me apoiaram e me aproximaram do ideal que gostaria de ser;

À Patrícia Rossi e sua família pela amizade, pelas viagens, pelo carinho constante;

À Gabriela Borges e sua família pelo carinho e apoio;

À Gabriela Perfeito pela amizade e pelos momentos culturais compartilhados;

Aos meus amigos em Cabo Verde, em especial aqueles que me ajudaram a recolher os materiais necessários para elaboração desta dissertação;

Aos meus amigos cabo-verdeanos em Brasília, por tantos momentos inesquecíveis;

À minha amiga Vesna, pela amizade construída durante o curso de mestrado, pelo incentivo constante e pelos dilemas compartilhados;

À minha amiga Verônica pela amizade e pelos momentos compartilhados;

Aos meus amigos: Laudete Sartoretto, Arno Wienke, Ronie Ribeiro, Cláudia Couto Rosa Lopes, Antônia Rodrigues, Lidiana Castro, Ana Paula Ferrari, Márcio Carvalho e Maria Aparecida Ferreira pelo carinho constante;

À família Segundo que me adotou como filha, assim como à família Paulino e à Tia Edyr Resende pelo carinho;

A todos aqueles que de uma forma ou outra colaboraram para a realização deste trabalho.

## Resumo

A presente dissertação discute o processo de abertura política em Cabo Verde e a transição do regime autoritário de partido único para o democrático. A análise enfoca essencialmente três momentos de transição política ocorridos em Cabo Verde. O *primeiro* refere-se ao processo que levou à independência política. Neste ponto, esta dissertação concentrou-se em demonstrar como as razões que condicionaram a independência desse país determinaram a implantação de um regime autoritário com características monopartidárias, que sobreviveu por quinze anos. No *segundo* momento discutimos o processo de abertura política e a transição para a democracia, analisando os imperativos que condicionaram este processo. Finalmente, no *terceiro* momento questionamos a possibilidade de haver uma consolidação do regime democrático em Cabo Verde.

## Abstract

The present dissertation discusses Cape Verde's political opening process and transition from a single party authoritarian regime to a democratic one. This analysis focuses on three moments of the political transition that occurred in Cape Verde. The *first* moment refers to the process that led to the political independence of Cape Verde. In this part, we try to demonstrate how the reasons that conditioned independence of the country determined the enforcement of an authoritarian regime with single party characteristics that lasted for fifteen years. In the *second* moment, we discuss the political opening process and the transition to democracy, analyzing the imperatives that conditioned such process. Finally, in the *third* moment, we questioned Cape Verde's possibilities of achieving a consolidation of the democratic regime.

## **Ficha de Apresentação da Republica de Cabo Verde<sup>1</sup>**

**Localização Geográfica** – O arquipélago de Cabo Verde situa-se a 500 Km da costa oeste africana. É formado por um conjunto de dez ilhas, das quais nove são habitadas, numa superfície de 4033 Km<sup>2</sup>. As ilhas se dividem em dois grupos, as de Barlavento (que são as ilhas do Norte: São Vicente, Santo Antão, Sal, Boa Vista e São Nicolau) e as de Sotavento (que são as ilhas do Sul que são: Maio, Santiago, Fogo e Brava).

**População** – Em 1999 a população estimada era de 428.227 habitantes, as ilhas mais habitadas são Santiago com 228.834 habitantes, São Vicente com 69.826 habitantes e Santo Antão com 50.381 habitantes.

**Forma de governo** – Regime semiparlamentar eleito de cinco em cinco anos. O parlamento é unicameral, com representação de três partidos, o Movimento para a Democracia (MPD) com 30 cadeiras, o Partido Africano de Independência de Cabo Verde (PAICV) com 40 e a Aliança Democrática para a Mudança (ADM) com duas.

**Dados Macroeconômicos** – O PIB em 1995 foi estimado em 1.282 USD, a inflação em 1999 ficou em 4,3% e o desemprego em 1999 foi de 24,2%. A economia cabo-verdeana é baseada essencialmente numa agricultura de subsistência de baixo nível de produtividade, por isso o país depende fundamentalmente das transferências externas dos emigrantes e da cooperação internacional.

---

<sup>1</sup> Fonte: Dados baseados no relatório “Informações Macroeconômicas de Cabo Verde” do Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades de Abril de 2000 e do site: [www.dsapeleitoral.cv](http://www.dsapeleitoral.cv).

## **Justificativa**

Cabo Verde, juntamente com São Tomé, foi um dos primeiros países africanos a iniciar o processo de transição política e um dos poucos países que após a abertura política não regrediu para um novo tipo de autoritarismo baseado no fechamento do sistema político. Nós escolhemos o caso de transição de regime político em Cabo Verde, não só porque dentro do contexto africano ser este país um dos raros casos onde existe uma definição étnica, cultural e religiosa, que é resultado de uma homogeneidade da sua identidade nacional e de portanto não existir neste país o problema da definição da Nação que tem impedido em muitos países africanos na própria delineação do Estado.

A estrutura social e cultural cabo-verdeana foi definida logo na sua formação quando os portugueses fizeram uma colonização baseada na miscigenação entre negros da Costa da África e Portugueses, desta miscigenação, nasce uma cultura própria e uma identidade étnica fortemente definida na mestiçagem. Enquanto que em muitos países africanos fica difícil identificar o Estado por causa das clivagens étnicas, em Cabo Verde este problema não existe.

A ausência de clivagens étnicas não justifica a implantação do regime monopartidário em Cabo Verde, vez que este é justificado em razão de uma legitimidade histórica por parte de um partido político – o PAICV, que se proclama o responsável por salvaguardar a identidade cabo-verdeana, diferentemente dos outros casos africanos que adotaram o monopartidarismo, mas que são justificados em razão das grandes clivagens étnicas e culturais existentes neles. Mesmo tendo sido implantado um regime autoritário, de base monopartidária, logo após a independência, Cabo Verde não se iguala em termos de repressão política e de violação de direitos humanos aos outros casos de monopartidarismo existentes na África. Talvez por isso, esse país africano seja um dos raros casos de transição pacífica, e um dos poucos onde se respeitou o resultado das primeiras eleições. Em Cabo Verde, a transição não foi precedida por um clima de instabilidade política, social e econômica como se verificou, por exemplo, em Mali e na Costa do Marfim. O caso cabo-verdeano é um caso típico de transição iniciada pela elite autoritária mas que adquire uma dinâmica diferente com o surgimento da oposição.

Para além de ser um dos primeiros casos de transição de regime, e do caráter pacífico deste processo, acreditamos que Cabo Verde é um dos primeiros países a iniciar o processo de consolidação, cumprindo dez anos após a abertura política, ao princípio de transferência de voto, levando à alternância no poder de um novo governo eleito por vias



democráticas. Mesmo com as deficiências do regime democrático em relação aos aspectos substantivos da democracia não existem, em Cabo Verde, sinais de um retrocesso ao regime anterior. O processo de transição estagnou-se, e por dez anos não foram empreendidas condições para se fazer a segunda transição para a consolidação e institucionalização do regime mas, com a transferência de voto nas últimas eleições, pode-se falar da possibilidade de se iniciar o processo de consolidação.

## **Introdução**

O final da década de 80 e início dos anos 90 foi marcado por grandes transformações políticas que se traduziram em processos de transição de regimes autoritários para regimes democráticos. Os processos de transição política se concentraram particularmente em países do Leste Europeu, da América Latina e da África. Esse fenômeno global Huntington (1994) designou de “Terceira onda de Democratização” que, segundo ele, iniciou com o movimento de abril de 1974 em Portugal, onde um golpe de Estado pôs fim à ditadura de Marcelo Caetano. A Revolução dos Cravos – como é chamada – em Portugal, precipitou a origem de um movimento global em favor da democracia e resultou em um processo global de transição de regimes autoritários para regimes democráticos e multipartidários. No continente africano, os processos de transição política não ocorreram, no nosso entender, de forma tão contínua como nos países do Leste Europeu que sofreram um “efeito contágio” com a queda da URSS e precipitaram o processo de reforma política.

Os estudos sobre transição política têm privilegiado os casos de mudança política ocorridos no Leste Europeu e na América Latina, negligenciando os processos de transição ocorridos na África. Este desinteresse constitui uma séria deficiência e empobrece sobretudo o campo relativo a área de política comparada. Os casos de transição de regime na África constituem uma excelente referência analítica para estudos de transição política pelo fato da maioria dos países africanos ter herdado todo um legado autoritário do colonialismo europeu que foi perpetuado no período pós-independência pela implantação de regimes monopartidários que, através de ditaduras de partido único, governaram por décadas e de, por outro lado, também serem os dirigentes desses regimes, na maioria dos casos, os que iniciaram os processos de transição que em muitos países só aconteceu devido a fortes pressões externas. A continuidade de atores políticos autoritários nos novos regimes que surgiram e a implantação de regras democráticas para satisfazerem apenas aos países financiadores da ajuda internacional afetou profundamente a qualidade destes novos regimes e colocou em risco a possibilidade de haver de fato uma institucionalização da democracia. Se, na América Latina, o pessimismo é relativo às possibilidades de haver uma consolidação democrática, na África esse pessimismo está ainda ligado à dúvida de se concluir primeiro os processos de transição de regime e de haver uma transição real e não fictícia. Muitos países africanos sequer cumprem um dos princípios primordiais para haver transição que é o de eleger, pela via democrática e pelo voto secreto, um governo. Nos países africanos, a descrença se prende então nas

possibilidades de finalizar a transição e ainda a idéia de consolidação democrática nos parece muito remota. Existe, entre os pensadores políticos, uma crença generalizada de que os processos de transição na África produziram “democracias virtuais” que precisam cumprir muitos requisitos para conseguir pelo menos uma democracia formal.

A nossa dissertação analisa um caso especial de transição política na África, que é o caso de Cabo Verde, um país peculiar devido à sua formação étnica e social que se caracteriza por uma forte homogeneidade tornando-o, dessa forma, um dos poucos casos de uma identidade nacional e religiosa una e fortemente definida. Nosso objetivo é tentar entender o processo de transição do regime monopartidário para o regime multipartidário ocorrido em finais de 90 e que levou à derrota do regime de partido único que vigorou por quinze anos. Para tal empreitada, analisamos o regime que precedeu o regime democrático, os imperativos que condicionaram o processo de transição, a maneira como foi feito esse processo de transição, e analisamos também até que ponto o novo regime é ou não democrático. Nossa preocupação maior é entender a dinâmica de transição política em Cabo Verde e verificar as possibilidades de haver uma consolidação do regime democrático nesse país. Não é nosso interesse fazer aqui uma discussão do conceito da democracia e, para nosso estudo, usamos uma idéia da democracia emprestada de Huntington (1994), onde a democracia é entendida para além dos aspectos procedimentais: ela deve incluir aspectos substantivos, deve permitir que os governantes sejam eleitos por meio de eleições livres, populares e periódicas, deve garantir que haja um controle civil sobre a política, que os detentores dos cargos governamentais sejam responsáveis por seus atos, que haja transparência na política, que exista participação e garantia de condições igualitárias para todos os indivíduos, e muitas outras virtudes cívicas.

Para atingir nosso objetivo, utilizamos uma variedade de métodos. Usamos a análise tipológica para caracterizar os tipos de transição política que existem na literatura da Ciência Política, com um olhar especial nos tipos usados na interpretação dos casos de transição ocorridos no continente africano e suas particularidades e diferenças em relação aos outros modelos que são considerados paradigmas. A análise tipológica é reforçada também por uma análise neo-institucional utilizada para descrever as vias que levam à democracia. Nosso esforço em tentar decifrar o processo de transição política em Cabo Verde foi metodologicamente baseado na análise de documentos internos dos partidos como, por exemplo, as publicações dos congressos e os boletins informativos, na análise e comparação dos dados eleitorais resultantes das três eleições legislativas e uma eleição presidencial, e análise dos programas de governo e dos relatórios por ele publicados.

Também foi usada a análise de conteúdo, principalmente na interpretação das revisões constitucionais, dos artigos de jornais e também dos discursos parlamentares de 1996 e de 1998.

Temos consciência das limitações metodológicas utilizadas para a elaboração desta dissertação, mas essa deficiência deve-se, sobretudo, ao fato de existir em Cabo Verde uma carência de fontes escritas, típica das sociedades africanas que são, na sua maioria, de tradição oral e, portanto, não possuem uma tradição de publicação e arquivo de documentos e dados. Tal deficiência é ainda maior no campo político. Muitos dos documentos a que tivemos acesso foram cedidos de bibliotecas de pessoas que se disponibilizaram em emprestá-los, e pudemos constatar que muitos desses documentos tiveram tiragem e publicação limitadas.

Este trabalho divide-se em quatro capítulos. No *primeiro*, fazemos uma revisão da literatura analisando as condições que levam à transição de um regime para outro, descrevemos os tipos de transição de regimes disponíveis na Ciência Política, os tipos de transição que ocorreram na África, e também mostramos as condições que permitem classificar um regime como sendo uma democracia consolidada e os fatores que tem impedido os processos de consolidação democrática nos países africanos. No *segundo* capítulo analisamos o primeiro processo de transição política em Cabo Verde, que foi a independência política, e o fim do colonialismo português nesse arquipélago. Nesse capítulo, mostramos como o processo de independência acabou por condicionar o regime político que foi instaurado logo após a independência. No *terceiro* capítulo, descrevemos as características do regime monopartidário e a falência desse regime, que resultou no início de uma segunda transição, que foi a abertura política e a inauguração de um regime democrático. No *quarto* capítulo analisamos as mudanças instituídas pelo primeiro governo eleito democraticamente após quinze anos de monopartidarismo, e questionamos as possibilidades de se falar numa consolidação do regime democrático em Cabo Verde.

## **Capítulo 1 – Referencial Teórico: transições e consolidações democráticas**

### **1.1 - Uma abordagem conceitual de transições e consolidações democráticas: causas e condições**

Falar em processos de transição política implica em se fazer, antes de tudo, uma série de abordagens conceituais que possam garantir o real sentido do que seja uma transição. Como aqui falamos de um processo de transição de um regime autoritário para um regime democrático, faz-se necessário então definir conceitualmente o que vem a ser um regime político, o que é uma transição política, quais são as principais causas que levam a uma transição política, que tipos de transição política encontramos na literatura e as conseqüências de cada tipo relativamente aos resultados, o que é uma consolidação democrática, quando uma consolidação está completa, e os fatores que ajudam ou que dificultam a consolidação e que permitem definir um regime como democrático.

Nossa abordagem baseia-se na análise teórica dentro da Ciência Política comparada, onde se focalizam os casos de transição política, e nosso olhar especial dirige-se principalmente aos casos de transição política ocorridos no continente africano, mais particularmente, ao nosso estudo de caso que é o processo de mudança de regime político em Cabo Verde.

Em “Dicionário de Ciência Política”, Bobbio (1993:1081) define regime político como “um conjunto das instituições que regulam a luta pelo poder e o seu exercício, bem como a prática dos valores que animam tais instituições”, e entende instituições como sendo estruturas orgânicas do poder político, portanto, a forma como se organiza esse poder, incluindo-se aí a escolha da classe dirigente, as regras e os mecanismos que vão permitir regular a luta pelo poder, seu exercício e as funções sociais que a ele estão ligadas.

Se um regime político se define como mediação institucional entre Estado e Sociedade, mediação esta que se dá na maneira como a sociedade resolve os seus problemas de governo e das relações entre as pessoas e o Estado (Garretón, 1991:24), o que definiria uma transição política? Que tipos de transições políticas encontramos na literatura da Ciência Política? Seria possível comparar os processos de transição ocorridos na África com os ocorridos na América Latina e no Leste Europeu? Até que ponto os processos de transição na África seriam peculiares? A transição é garantia de democratização? A necessidade de fazer uma definição clara do que seja uma transição

política tem sido uma preocupação constante dos cientistas políticos pelo fato de ser muito habitual confundir transição democrática com a consolidação democrática. A maioria dos autores considera grave fazer tal identificação, visto que os dois são processos diferentes; qualquer processo de consolidação implica necessariamente que antes tenha ocorrido uma transição, porém nem todos os processos de transição conduzem a uma consolidação democrática. É preciso ter em conta também que os processos de transição determinam o tipo de regime que surge logo a seguir e compromete assim, significativamente, o nível de democratização de um regime.<sup>2</sup>

Nós aqui falamos de processos de transição de regimes autoritários para regimes democráticos. O que seria então uma transição democrática? Para Garretón<sup>3</sup> uma transição democrática é “... a inauguração ou instalação democrática...” de um regime que antes era não-democrático, sendo dessa forma definida a democratização política de um país como um conjunto de processos que se referem à transição de um regime autoritário para um regime democrático. Garretón analisa as transições como processos políticos e, segundo ele, os processos de transição que marcaram a terceira onda de democratização, ocorrida nos finais dos anos 80 e início dos 90, não podem ser interpretados de outra maneira; eles não são modelos revolucionários, ou de insurreições<sup>4</sup>. Para esse autor, a maioria dos casos de transição ocorridos no final da década de 80 aconteceu porque as lideranças dos antigos regimes viram-se forçadas a sair do poder, seja através do resultado da decomposição interna do bloco no poder, seja pela mobilização popular que forçou uma solução institucional por meio de eleições, plebiscito ou reforma constitucional, ou então pela negociação entre os detentores do poder e a oposição política. Se levarmos em conta que a transição política diz respeito apenas aos processos de mudança política, podemos concluir que ela não é suficiente para resolver os problemas futuros de consolidação, ou seja, não garante que vão se resolver os problemas de democratização e a transformação da sociedade.

Uma condição mínima para se definir um regime democrático seria “... um regime no qual os cargos governamentais são preenchidos em consequência de eleições

---

<sup>2</sup> Przeworski (1994:124) também chama atenção para uma distinção importante que é entre democratização do Estado e democratização do Regime. A primeira significa que a democratização se dá apenas em nível institucional, enquanto que a democratização do regime diz respeito à democratização das relações entre as instituições do estado e a sociedade civil.

<sup>3</sup> Ibid; pg 23-24

<sup>4</sup> As transições, por serem apenas processos políticos, não têm, segundo Garretón, a capacidade de resolver imediatamente todos os problemas de uma sociedade. A transição apenas inaugura o primeiro governo eleito democraticamente, os problemas relativos à cidadania política, ao bem estar econômico e à incorporação de valores democráticos na estrutura social e política de um país depende da consolidação.

competitivas [onde] a oposição estiver autorizada a competir, vencer e tomar posse dos cargos...” (Przeworski, 1997:131). Mas como referimos atrás, essa seria uma concepção mínima. Existe hoje um consenso na literatura da ciência política que o simples fato de existir eleição e a possibilidade de troca de dirigentes não garante que um regime seja classificado como democrático. Apesar de essas serem condições básicas para a democratização, as eleições tem que ser acompanhadas de outros requisitos também indispensáveis para se considerar um regime de democrático. Segundo Schmitter e Karl (1991), um regime democrático moderno é aquele que garante aos cidadãos os seus direitos na constituição e no qual existe competição entre os atores para governar. o sistema político oferece múltiplos canais e processos de expressão de interesses permitindo que estes interesses, sejam eles individuais ou coletivos, possam ser representados e, por último, uma característica fundamental de um regime democrático moderno seria a responsabilidade dos políticos pelos seus atos perante os cidadãos, o que a literatura chama de *accountability* que, por sinal, não tem tradução.

O processo de democratização de um regime vai além do processo de transição e, um outro ponto muito importante que deve ficar claro, é evitar comparar o processo de transição com o de liberalização política e esse com o de democratização. É comum, em alguns casos, confundir o processo de liberalização com o de democratização; são processos distintos que acontecem em etapas próprias. Qualquer processo de democratização implica que antes tenha ocorrido uma liberalização. Contudo, nem todos os casos de liberalização têm conduzido necessariamente à democratização. Linz e Stepan (1999) explicam que a liberalização costuma acontecer num contexto não-democrático. Para Weffort (1989), a liberalização seria a primeira fase de um processo de transição democrática. Linz e Stepan entendem que com a liberalização acontecem algumas mudanças no plano social e na política e, segundo Weffort, a partir da liberalização alguns direitos passariam a ser efetivados como, por exemplo, o reconhecimento do *habeas corpus*, do direito de petição e do direito de defesa. Geralmente, o nível de censura acaba por diminuir, o que faz enfraquecer a opressão política e começa a haver uma maior flexibilidade dentro da sociedade, abrindo assim espaço para o surgimento de organizações autônomas e, mais importante ainda, passa-se a tolerar a oposição política (Linz Stepan; 1999). Para esses dois autores, a democratização se dá num plano mais avançado; democratização é mais que liberalização. Tal regime implica que haja competição aberta para o controle do governo, o que quer dizer que é imprescindível ter eleições livres que determinem quem vai governar. Para Weffort (1989), a liberalização

significa que os indivíduos apenas vão se sentir protegidos do exercício arbitrário do poder. Já democratização significa participação nas decisões, ou seja, o exercício efetivo da cidadania tanto em seus direitos quanto em seus deveres (1989:33). É baseado na dicotomia existente entre esses conceitos – transição, consolidação e liberalização – que Linz e Stepan acham necessário fazer uma tipologia dos processos de transição. Essa classificação é importante porque, em muitos processos de transição, é possível perceber que alguns casos ainda não podem ser classificados como transições completas, como casos concluídos. É freqüente perceber, em muitos países, que mesmo que tenham ocorrido eleições livres e que o novo governo não seja autoritário, o processo de transição não pode ser considerado como concluído porque alguns requisitos para se considerar uma transição como completa ficam faltando.

Mas porque estudar os tipos de transição? É realmente necessário ter em conta esta tipologia? Em qualquer estudo de transição, a classificação e a tipologia do processo é imprescindível porque vai depender da forma, do tipo de transição, para se definir o novo regime democrático que vai surgir depois da fase autoritária. Para O'Donnell (1991:25), dois outros fatores são também importantes para o novo regime democrático, os fatores históricos e a situação econômica que os governos encontram ao assumir o poder. Outros aspectos também são importantes. O *primeiro* é que qualquer tipo de transição política implica negociações constantes, mudanças inesperadas e circunstâncias imprevistas (Mainwaring e Share, 1986:208), uma *segunda* característica seria relativa ao caráter incerto de qualquer processo de transição política, referindo às idéias de Przeworski, Weffort (1989:86-87) diz que é precisamente o caráter incerto de uma transição que dá qualidade ao jogo democrático e permite distinguir um regime democrático de um regime autoritário. O regime democrático é incerto por essência porque ele depende das eleições, do voto popular e não tem como saber quem irá ganhar, pois são vários atores envolvidos. Já no regime autoritário, a incerteza não faz parte do jogo porque as regras já são pré-estabelecidas, ou por um ditador, ou por um partido e, quando há eleições, elas são geralmente de “fachada”; talvez uma *terceira* característica possa ser destacada: qualquer transição, para ter um bom resultado, portanto, para finalizar numa democratização, precisa de tempo.

Existe um consenso entre os estudiosos de processos de transição, que esses processos podem ser tipificados em três tipos. Com certeza, os processos não são iguais em todos os países que passaram por casos de transição, cada tipo assume suas particularidades próprias em decorrência das próprias particularidades históricas e



sociopolíticas de cada país, cada um deles tem suas características que podem e vão ser aqui definidas.

Huntington (1994:18) identifica três tipos de transição política: a *primeira* é a transição por transformação ou reforma, neste tipo de transição são os próprios líderes do regime autoritário que começam a dar os passos para criar a democracia. Mainwaring e Share (1986:3), classificam este tipo de transição como sendo uma transição por afastamento voluntário, afirmam que nestes casos, os dirigentes autoritários iniciam o processo impondo limites à forma como se fará a mudança política, mas com a realização das primeiras eleições este controle diminui drasticamente. Em muitos destes tipos de transição, os líderes do regime autoritário iniciaram o processo de abertura porque julgavam que, mesmo com a realização de eleições, o povo escolheria por eles e iriam conservar no poder. Segundo Huntington (1994:174), os governantes autoritários que iniciaram o processo de transição na terceira onda, acreditavam que o voto popular seria apenas uma nova forma de legitimidade e se manteriam no poder, mas a maioria dos casos provou o contrário, pelo menos no Leste Europeu, a maioria dos partidos e candidatos ligados ao regime anterior, teve um péssimo desempenho nas urnas e muitos se surpreenderam com a vitória da oposição.

Em Cabo Verde particularmente, o partido que iniciou o processo de transição política, o PAICV, não pensou na possibilidade de sofrer uma derrota nas primeiras eleições marcadas e realizadas em Janeiro de 1991, em entrevista concedida a nós em janeiro de 2000, o secretário geral desse partido, Pedro Pires, admitiu que a derrota nas urnas foi uma surpresa e que, antes de terem ocorrido as eleições, o partido tinha mandado realizar uma sondagem de opinião pública para ver suas chances de vencer as eleições e o resultado das sondagens lhes garantia vitória. Contudo, nas primeiras eleições, o PAICV teve um péssimo desempenho eleitoral. A própria oposição, o MPD, se surpreendeu com os resultados das eleições, para alguns de seus dirigentes, a vitória deste partido foi uma surpresa pois o MPD tinha um período de criação relativamente curto e os dirigentes do partido, num primeiro momento acreditavam que a participação nestas primeiras eleições seria apenas simbólica, isto é, que seria simplesmente uma força de oposição ao ex-partido único e não pensaram que poderiam vencer. A vitória da oposição em Cabo Verde nas primeiras eleições está mais próxima dos casos ocorridos no Leste Europeu, que dos ocorridos na África. No continente africano, muitos dos líderes dos partidos únicos, mesmo com eleições pluralistas, continuaram governando mesmo com a abertura. Não houve mudança na classe dirigente.

Em Cabo Verde, apesar de alguns casos de continuidade, houve muita inovação com a entrada de pessoas novas nos órgãos do Estado. A vitória da oposição tanto em Cabo Verde, como em outros países do Leste Europeu e da América Latina, comprova uma característica das eleições da terceira onda de democratização, segundo Huntington (1994:181) nestes países, a maioria dos partidos de oposição que surgiram para competir nas eleições, eram partidos novos, que surgiram de forma rápida, e esse partido novo, passou a absorver todas as frustrações e as mágoas contra o regime autoritário passando assim a simbolizar todas as esperanças dos eleitores. Talvez aqui podemos levantar uma hipótese para o nosso trabalho, no nosso entender as primeiras eleições democráticas em Cabo Verde poderiam ter um outro resultado se existisse outras forças políticas competindo e a ausência de mais partidos participando nessas eleições determinou que os resultados destes adquirissem meramente um significado simbólico onde o voto no MPD seria simplesmente um “voto protesto” ou “voto mudança”.

Nos processos de transição por transformação, a transição ocorre em decorrência de cinco fases, para Huntington (1994:130-132), cinco fatores influenciariam este tipo de transição. Uma *primeira fase* está ligada ao surgimento no seio do regime autoritário de *reformadores*, essas pessoas começam a defender que é preciso mudar o sistema para a democracia, geralmente essa necessidade é sentida porque se percebe que o regime está se fragilizando e correndo riscos de entrar em colapso, então a mudança é feita porque os reformadores querem se manter no poder, esta seria a *segunda fase*. Numa *terceira fase* os reformadores julgam que mesmo com as mudanças eles permaneceriam no controle do poder e que o voto seria apenas uma nova fonte de legitimidade de seu poder. A *quarta fase* diz respeito à crença que a democracia vai melhorar as condições do país e aumentar sua legitimidade dentro da comunidade internacional, e com isso seria possível ter acesso à ajuda econômica das agências financiadoras. A *última fase* aconteceu em muitos países, e diz respeito ao fato de os reformadores acreditarem que a democracia era a melhor forma de governo para seu país que já tinha um bom nível de desenvolvimento e com a mudança do regime político poderia se igualar com outros países também desenvolvidos com sistemas democráticos, Huntington cita Espanha como um bom exemplo desta última fase.

Um *segundo* tipo de transição Huntington chama de *substituição ou ruptura*. Nesse tipo de transição, é a oposição quem lidera o processo de mudança política, geralmente em casos de substituição, não existe reformadores no interior do regime autoritário ou se existirem, tem muita pouca força, a maioria dos líderes nestes casos são muito conservadores e contra a mudança de regime, o início da democratização só é possível

porque se dá uma expansão das forças da oposição que conseguem derrubar o regime autoritário. Segundo Mainwaring e Share (1986:208), esse é o tipo mais comum de transição que existe, os dirigentes autoritários não tem ou exerçam muito pouca influência neste tipo de transição e geralmente eles costumam ser derrotados por meios militares como um golpe de Estado, por exemplo, em consequência da grande crise interna que vive o país e torna o regime totalmente desacreditado e ilegítimo. Geralmente este tipo de transição ocorre mais em ditaduras personalistas.

O *terceiro* tipo de transição Huntington designa de *transição por transição*, enquanto que Mainwaring e Share, chamam-no de *transição pela transação*. Neste tipo de transição a democratização é fruto de esforços da elite no poder e da oposição, os casos mais paradigmáticos desse tipo de transição são os casos do Brasil e da Espanha.

Para Mainwaring e Share (1986), a “transição pela transação” é iniciada pelo regime autoritário e consegue manter regras importantes dentro do jogo político o que acaba por limitar o novo regime democrático, porque o partido autoritário consegue se manter como uma força eleitoral importante durante e depois da transição. Nesse tipo de transição são feitas negociações constantes entre os líderes autoritários e a oposição, mas as negociações são desiguais, porque como são os dirigentes autoritários que começam a fazer a abertura política, eles acabam por influenciar as características do novo regime, conseguem deixar de fora alguns atores importantes durante a transição e conseguem manter um considerável apoio popular.

Em muitos casos, segundo Mainwaring e Share, os líderes autoritários fazem leis eleitorais com intenção de se beneficiarem e por isso existem vários exemplos de continuidade política nos novos regimes democráticos que surgiram depois da abertura. Contudo é importante ter presente que não são em todos os casos que os líderes autoritários conseguem um bom nível de controle no processo de transição, para os dois autores que aqui referimos, em alguns casos de transição pela transação, a oposição acaba por conseguir vitórias importantíssimas, que acabam por determinar, profundamente a disputa política.

No caso cabo-verdeano, particularmente no processo de transição, acreditamos que, quanto ao tipo de transição, ele seria uma mistura de transformação com transição, ele foi em parte um processo de transformação ou de desligamento voluntário pois foram os líderes do regime autoritário do partido único que iniciaram o processo de mudança. Mas também a transição seria também um pouco de transição por transição porque a

oposição teve um papel importante na definição das regras do processo de mudança que acabaram por dar um novo rumo às reformas empreendidas pelos líderes autoritários.

Acreditamos que a transição cabo-verdeana tinha condições para ser uma “transição transada”, afinal o processo de reforma política foi iniciada pelo regime autoritário, contudo faltou uma liderança forte, capaz de impor condições e limites à oposição. Em Cabo Verde durante as negociações no período de transição, o regime autoritário não conseguiu manter o controle e não conseguiu estabelecer regras que os permitisse garantir uma certa influencia no controle dos órgãos do estado com a abertura.

O regime autoritário cabo-verdeano não cumpria certas condições para se ter uma “transição pela transação”. Mainwaring e Share (1986:222) defendem que este tipo de transição exige que o regime autoritário seja fortemente consolidado e tem que ter uma boa base de apoio. Acreditamos que em Cabo Verde o regime autoritário estivesse consolidado mas faltava-lhe uma base de apoio. O regime monopartidário freou qualquer tipo de oposição política e impossibilitou qualquer tentativa de organização da sociedade civil. Para os autores acima citados, muitos regimes autoritários tendem a não dar muita importância à oposição porque não identificam um protesto visível e acreditam que o silêncio é sinal de aprovação. É por isso que muitos ficam surpreendidos quando concorrem e perdem nas eleições com a oposição, que em muitos casos, surgiu de forma muito rápida.

Uma segunda condição é que a transição pela transação exige que o regime autoritário seja capaz de controlar as ameaças “subversivas”, tem que ter força para que a oposição democrática aceite os limites impostos pelo regime autoritário, pois a principio oposição sozinha não tem forças capazes de derrubar o regime, só se este estiver muito enfraquecido acabando por aceitar as imposições.

Em Cabo Verde, apesar da oposição ter surgido e se organizado de forma rápida, ela conseguiu pleitear pontos importantes nas negociações, como por exemplo o calendário para as eleições legislativas, e não se mostrou fraca a ponto de aceitar as condições impostas pelos líderes do regime anterior.

A mobilização das massas nesse tipo de transição é limitada, pois só assim é possível fazer negociações, quando existe uma forte mobilização das massas as chances de se fazer negociações diminui e indica que o regime autoritário é fraco, e sujeito a ser derrubado facilmente pela oposição. No processo cabo-verdeano de transição política,

temos pouca, e podemos dizer ,quase nenhuma influência das massas, a mobilização popular foi limitada e pouco influenciou no processo de mudança que foi um esforço conjunto dos líderes do regime e do partido de oposição que surgiu.

Uma última condição, seria a existência de boas lideranças com capacidade de negociar e persuadir. É precisamente neste ponto que consideramos possível não enquadrar Cabo Verde como um caso típico de transição por transação. No nosso entender faltou uma liderança forte dentro do regime, que falhou nas negociações, o regime autoritário cabo-verdeano tinha condições para controlar o processo de transição, os líderes autoritários detinham o controle das forças armadas, dos meios de comunicação e o nível de mobilização era muito fraca, porém não conseguiram manobrar a oposição e acabaram por ceder em pontos importantes, a oposição conseguiu fortalecer e conseguiu criar forças para determinar regras importantes para a transição.

Mainwaring e Share (1986:233) afirmam que todo o tipo de transição tem seus custos e benefícios. Na transição pela transação os benefícios são: um ambiente tranquilo para a instalação da democracia, porque os atores políticos, quer os do regime quer os da oposição, aceitam as regras de jogo e há maior probabilidade de poder vir a existir uma democracia estável, porque se estabelece uma política de compromissos como regra de jogo. Mas tem também os aspectos negativos neste tipo de transição, um deles seria a dificuldade de se romper com o passado autoritário porque a elite autoritária permanece com um bom nível de poder o que torna um risco para a democracia.<sup>5</sup> Também os níveis de mobilização e de participação política continuam baixos o que acaba por afetar a qualidade da democracia porque “... a participação ajuda a estimular a responsabilidade governamental diante da cidadania e facilita o desenvolvimento de uma cultura política democrática.” (O'Donnell, 1986:233), e na ausência destes aumentam os riscos de um retrocesso autoritário.

Até aqui temos nos debruçado mais nos aspectos conceituais e na tipologia dos processos de transição. Agora pretendemos entender os tipos de transição ocorridos no continente africano e analisar suas peculiaridades, tentando fazer uma analogia com os processos de transição ocorridos na América Latina e no Leste Europeu. Os três modelos de transição política acima analisados não são de tudo inadequados ou impróprios para análise dos processos de mudança política na África, podemos dizer que estes modelos

---

<sup>5</sup> Para O'Donnell uma boa maneira de neutralizar a influência dos atores autoritários seria a existência de uma maioria de democratas na população. Por democratas ele entende ser pessoas que aceitam e praticam as regras da democracia política. Mas em países sem tradição democrática fica difícil encontrar estas pessoas.

assumiram outra forma, assumiram peculiaridades específicas devido às próprias especificidades dos países do continente. Talvez os modelos de transição que aqui referimos tenham uma maior identidade como o caso cabo-verdeano e com o de São Tomé, do que com o resto dos países africanos. Estes dois países pela sua homogeneidade cultural, étnica e religiosa, se afastam dos padrões africanos de multiplicidade étnica, religiosa e cultural que tem dificultado a própria consolidação do Estado-Nação e com isso em muitos casos tem dificultado o processo de transição política. Já Cabo Verde e São Tomé devido a uma forte identidade étnico-cultural se consolidou muito cedo o Estado Nação, e talvez tenha sido por isso que estes dois países viriam a ser os primeiros a iniciar o processo de transição política na África.

O início da década de 90 ficou conhecido na África como o “tempo da segunda independência” pela onda de transições políticas ocorridas no continente.<sup>6</sup> Os tipos de transição política na África assumiram peculiaridades próprias e inéditas. É possível identificar três modelos de transição. Transição por via da conferência nacional ou transição negociada, transição imposta pela população e transição feita pelo regime (Nzouankeu, 1991:399). A transição por via da *conferência nacional* é um modelo típico dos países africanos, nesse modelo, o objetivo é fazer uma transição “suave” para democracia. O primeiro país africano a fazer este tipo de transição foi Benin. A conferência nacional surge como uma tentativa de resolver os problemas vividos pelo país. Segundo Bokalo (1993:16), em inícios de 1991, o Benin estava mergulhado numa profunda crise econômica e política que deixou o país paralisado e as consequências foram sucessivas greves e protestos populares. A conferência nacional é uma espécie de assembléia eclética, organizada pelo regime autoritário que está no poder e através desta assembléia o regime entra em diálogo com as forças sociais e políticas, para se chegar a um acordo para pôr fim ao regime autoritário e fazer a transição para a democracia. Então, a conferência nacional se constitui como um organismo soberano que vai impor ao regime um novo governo o qual terá a responsabilidade de criar as condições para se fazer a transição. Quando um país opta por fazer a transição por conferência nacional, é preciso seguir algumas etapas. Para Nzouankeu (1991:400), o Benin é um modelo perfeito para demonstrar as etapas seguidas pela conferência nacional para se fazer a transição, segundo este autor, neste modelo a primeira etapa é a reunião das principais forças sociais e políticas numa assembléia que depois vai escolher os órgãos próprios para iniciar a transição criando um governo de transição e um órgão legislativo de transição que

---

<sup>6</sup> Ver Quadro 1 em anexo, relativo às tendências das eleições na África Sub-Saariana de 1989-1997.

desempenhará as funções de assembléia constituinte, ou então, cria uma comissão constitucional que fica incumbida de escrever a nova constituição, estabelece os prazos para elaboração das emendas e aprovação da nova constituição por meio de um referendo e finalmente marcam-se as datas das eleições gerais e a entrada em vigor das novas instituições. Esse tipo de transição espalhou-se pela África em 1991, e países como Gabão, Congo, Mali, Togo, Níger e Zaire acabaram por seguir o mesmo processo que Benin (Bokalo, 1993).

No *segundo* tipo de transição que é a imposta pela população, a reforma política é precedida por atos de violência, muitas vezes extremos, os poderes públicos são pegos de surpresa e acabam por ceder à pressão popular introduzindo reformas com o objetivo de acabar com a crise e impedir um novo surto de violência e desordem. Os casos de Argélia e Costa do Marfim são exemplos deste tipo de transição (Nzouankeu, 1991). Nesses dois países, os níveis de violência foram tão graves que o regime autoritário foi obrigado – devido à pressão popular – a reconhecer os partidos da oposição e criar um calendário para o processo de transição democrática.

A *transição feita pelo regime*, que também é chamada de *transição outorgada*, é muito semelhante ao segundo tipo de transição aqui mencionada – a transição imposta pela população. A diferença é que neste modelo como o governo percebe que o descontentamento está crescendo, então decide antecipar os atos de violência, prometendo fazer reformas no sistema político. Segundo Nzouankeu (1991), neste tipo de transição pode ocorrer que haja mesmo uma vontade por parte do regime autoritário em se democratizar, mas também pode significar uma estratégia política do regime autoritário para acalmar os ânimos populares e evitar uma crise, e a transição vai apenas criar novos instrumentos de dominação política.

Até aqui analisamos os tipos de transição política que podem ocorrer e as particularidades de cada caso. É imprescindível que também analisemos as razões ou motivos que levam um regime autoritário a mudar as regras que o sustentam. Os processos de transição ocorridos em finais dos anos 80 e início dos 90 foram, segundo Huntington, determinados por cinco grandes motivos. Muitos regimes autoritários se viram forçados a fazer a abertura porque perderam legitimidade, em muitos casos devido ao fracasso econômico. Para Huntington (1994:57), qualquer regime tende, com o tempo, a diminuir o seu nível de legitimidade, mesmo nos regimes democráticos pois, muitas vezes, os eleitores fazem escolhas pensando na satisfação de certas promessas feitas pelos políticos,

e quando essas promessas não são cumpridas, o desapontamento aumenta. Nos regimes democráticos, esse cenário pode ser mudado nas próximas eleições, quando serão escolhidos novos atores e novas políticas públicas. Todavia, nos regimes autoritários, como não existem mecanismos de renovação – ou se existem são de fachada – os níveis de legitimidade diminuem com maior rapidez.

Geralmente, os regimes autoritários de partido único mantinham sua legitimidade conjugando nacionalismo e ideologia. Contudo, nos finais da década de 80, muitos desses regimes começaram a dar sinal de uma burocracia em decadência, as desigualdades sociais começaram a ficar mais evidentes e a ideologia sozinha não conseguia disfarçar as diferenças. Principalmente nos regimes de tendência comunista (Huntington 1994:57), a década de oitenta provou que a ideologia foi um grande entrave ao crescimento econômico e que, portanto, não havia possibilidade do regime se basear em dados macroeconômicos para se manter, de forma que a ideologia marxista-leninista foi perdendo forças e o regime ficou sem bases para se fundamentar.

Um segundo motivo seriam os fatores econômicos. Esses, segundo Huntington, influenciaram de três maneiras a terceira onda de democratização. O aumento do preço do petróleo nos anos 80 fez aumentar as limitações dos países sob ideologia marxista-leninista; a crise do petróleo provocou níveis consideráveis de declínio econômico nesses países, o que fez aumentar o descontentamento contra o regime e, em outros casos, o crescimento econômico impulsionou a mudança política pois, com o desenvolvimento econômico, a qualidade de vida das pessoas melhorou o nível de educação e de cultura, fazendo crescer a classe média urbana que, por seu turno, também começou a pressionar o governo no sentido do desenvolvimento político. Por último, em alguns casos, o crescimento econômico abalou as bases dos regimes autoritários, forçando os líderes desses regimes a iniciar a liberalização que acabou por enfraquecê-los.

Correia e Silva (1997:3-7) defende, na sua dissertação de mestrado, que seriam as razões econômicas as determinantes para a abertura política em Cabo Verde. Ele sustenta que o processo de liberação da economia, iniciada em meados de 80 pelo regime, forçou a uma mudança na própria estrutura do regime político. A necessidade de tentar dar um maior dinamismo à economia cabo-verdeana obrigou o partido único no poder a mudar a linha de desenvolvimento: de uma economia planificada, estatizada e centralizada em todos os setores, teve início, a partir de 1986, uma certa abertura econômica, o que aumentou a possibilidade de haver investimento privado e externo em setores antes



reservados a iniciativa do Estado. O regime também abriu mão de fazer o controle de preços dos bens básicos, permitindo a concorrência. O fraco desempenho da economia estatizada fez aumentar o desemprego e as desigualdades sociais, e o regime, para evitar contestação social, precisou dar início à abertura política.

Concordamos que as razões econômicas tenham influenciado o processo de abertura política em Cabo Verde, mas acreditamos que elas não foram determinantes, ou seja, tiveram um papel secundário. Os dirigentes do regime iniciaram o processo de transição, e o surgimento de uma nova força política, o MPD, veio dar um novo rumo ao processo de reforma política que deve ser entendido, a nosso ver, como um esforço conjunto da oposição e dos líderes do regime autoritário.

Um outro motivo que teria ajudado os casos de transição na terceira onda, pelo menos nos países do Leste Europeu, segundo Huntington (1994), seria a ação da igreja católica. Em muitos destes países, a igreja passou a ser uma forte oposição aos regimes autoritários e liderou vários protestos a favor de reformas sociais, econômicas e políticas. Nos países africanos de colonização francesa e inglesa, não foi a igreja católica a única a ter essa influência. Nesses países, as igrejas sincréticas, segundo Bokalo (1993), tiveram um papel importante tanto no período colonial, fazendo resistência ao colonialismo, o que acabou por ajudar a quebrar a própria estrutura do Estado Colonial, como também nos finais das décadas de 80 e 90, essas igrejas, juntamente com outras forças sociais, lideraram vários protestos contra os regimes autoritários (Riley, 1992:543). Em Cabo Verde e na África Portuguesa, de uma forma geral, a influência da igreja não foi tão evidente. Particularmente em Cabo Verde, onde mais 90% da população é católica e onde existe, portanto, uma homogeneidade religiosa – praticamente não existem igrejas sincréticas – o papel da igreja não foi tão relevante. No processo de abertura, a igreja católica cabo-verdeana manifestou seu apoio imediato ao partido da oposição pois tinha ressentimento com o regime anterior pelo fato deles terem reconhecido a legalidade do aborto e por causa de alguns casos de perseguição e tortura política.

Um outro fator que influenciou os processos de transição nos finais da década de 80 e início dos anos 90, foi a atuação de atores externos, ou seja, a influência internacional. Linz e Stepan (1999:97) defendem que os fatores internacionais exercem apenas um papel secundário para a transição democrática de um país, mas admitem, porém, que a influência externa pode variar em cada contexto e, de forma mais diversa, portanto, ela pode ser ou não significativa. No continente africano, a influência externa

nos processos de transição foi muito importante, e muitos autores defendem que a democracia só foi introduzida na África em virtude das pressões externas de países doadores.

Os países africanos sempre foram muito dependentes da ajuda externa, e as agências doadoras internacionais sempre desempenharam um papel determinante. Para Riley (1992), *dois fatores* externos ajudaram a precipitar os casos de transição democrática na África. O *primeiro* seria a influência das agências financiadoras da ajuda externa<sup>7</sup>, e o *segundo* seria a queda do Leste Europeu no final da década de 80. Joseph (1988) defende que os processos de transição política na África são resultados de uma combinação de pressões domésticas e pressões das agências externas. Ele afirma que, a partir dos meados dos anos 80, a maioria dos países africanos mergulhou numa situação de profunda crise fiscal com níveis de crescimento econômico negativos e com provas de economia estagnadas. As agências financiadoras começaram, então, a fazer pressões para que os regimes retirassem os obstáculos para o desenvolvimento do mercado privado. Elas acreditavam que era o regime monopartidário e a economia centralizada e estatizada que impossibilitavam resultados positivos na economia e que causavam a crise fiscal. Para Joseph e outros analistas, a pressão para eliminar as barreiras à abertura do mercado privado ajudou a diminuir o poder do regime monopartidário e estimulou o surgimento de um sistema partidário competitivo. Riley (1992:543) afirma que, mesmo as razões internas, foram influenciadas por motivos econômicos, pois muitos africanos começaram a acreditar que os problemas econômicos que atravessavam eram resultado da ação de políticos corruptos que satisfaziam os interesses de uma pequena minoria que detinha o poder, enquanto as necessidades básicas da maioria da população não eram satisfeitas. A subida dos preços dos produtos básicos de alimentação gerou uma onda de protestos e greves que abalou o regime<sup>8</sup>.

Em finais da década de 80, os doadores internacionais estipularam como requisito para liberar verbas de ajuda econômica o início de reforma política e a instauração de

---

<sup>7</sup> Há muitos exemplos de início de transição política na África por causa da pressão externa de países doadores. O Benin é um destes exemplos. Para Bokalo, o processo de transição política nesse país, feita por via da conferência nacional, foi iniciado com o objetivo de “neutralizar o mais depressa possível uma equipe governamental desgastada e corrupta, a fim de ganhar acesso a créditos do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da França” (1993:16)

<sup>8</sup> Segundo Riley (1992), as maiores pressões vinham dos ex-países colonizadores que se transformaram nos principais financiadores dos programas de desenvolvimento das suas ex-colônias. Assim, países como França e Inglaterra, e depois a União Européia, determinaram que a liberação de verbas só ocorreria se fossem introduzidas reformas políticas e depois reformas econômicas. Para este autor, a pressão exercida pelos Estados Unidos e pelo Banco Mundial foi menor, pois estes dois só exigiam “Boa Governança” e “Menos Corrupção”.

“Bons Governos”, o que para eles significava a introdução da democracia e o reconhecimento do multipartidarismo, o respeito à lei e aos direitos humanos, e menos corrupção (Riley, 1994:539).

No caso africano, fica claro que os fatores econômicos influenciaram profundamente os processos de transição e faz comprovar a tese de Linz e Stepan, que sustentam que uma economia em estagnação pode levar a falência de um regime político. Mas, também para esses autores, o contrário pode ocorrer, ou seja, uma economia de prosperidade pode levar à mudança de um sistema político. É importante, contudo, segundo estes autores, que fique claro que “...não são as mudanças na economia, mas sim as mudanças na política, que desencadearam a erosão do regime, ou seja, os efeitos de uma economia fraca, muitas vezes têm de ser mediados por mudanças políticas” (1999:105). Os resultados econômicos são importantes para a manutenção de um regime. Quando um país enfrenta níveis de crescimento sempre negativos, as chances de se manter o regime, seja ele autoritário ou democrático, são mínimas. Mas, se um país mantém um nível de crescimento estável, as chances de consolidação da democracia aumentam (Linz e Stepan, 1999).

Um outro fator externo que muito influenciou os processos de transição política na África foi a queda do Leste Europeu<sup>9</sup>. E essa influência, segundo Riley (1992), advém do fato do Leste Europeu ter sido o principal aliado dos regimes monopartidários na África, aliança essa que vem desde os processos da independência. Por volta da década de 60 e 70, no auge da Guerra Fria os países do Leste Europeu, principalmente a União Soviética, passaram a ter hegemonia de influência no continente africano. Como demonstraremos no capítulo referente ao processo de independência política da Guiné Bissau e de Cabo Verde, os países do Leste deram apoio financeiro, material bélico, formaram quadros militares e ajudaram muitos países africanos na luta pela independência política. Após a independência, o Leste Europeu passou a ser o grande inspirador dos regimes monopartidários que invadiram a África após a colonização, pelo menos na África Portuguesa, onde a maioria dos regimes monopartidários assumiu a ideologia marxista-leninista como vanguarda.

A queda do Leste Europeu simbolizou a falência da “fonte” ideológica desses regimes e o fim da principal inspiração deles. E não só isso: os países do Leste Europeu

---

<sup>9</sup> Para alguns autores, entre eles Nzouankeu (1991), o Leste influenciou, mas já existia um processo em favor da mudança política antes da queda do Leste. Em países como Gabão, Costa do Marfim, Zaire, já existia

começaram a ser também grandes competidores da ajuda das agências internacionais do ocidente (Riley, 1992:543).

Um último fator que ajudou os processos de transição política que estamos tratando foi a expansão e o desenvolvimento dos meios de comunicação (Huntington, 1994:54). Segundo Huntington, os meios de comunicação seriam os responsáveis pelo “efeito demonstração” ou “efeito contágio”. Linz e Stepan (1999) afirmam que os meios de comunicação criaram o “espírito do tempo” em favor da democracia. A comunidade internacional passou a defender o respeito aos direitos humanos e o reconhecimento dos direitos políticos, e isso fez com que se espalhasse a ideologia da democracia. Os meios de comunicação social aproximaram os acontecimentos entre os países e, por causa deles, ficou a idéia de que estava ocorrendo uma “revolução democrática” nos finais dos anos 80 e início dos 90. Para Huntington, o papel dos meios de comunicação, relativamente ao efeito contágio, foi mais intenso na Europa Oriental. De acordo com esse autor, a desintegração da URSS e a queda do comunismo estimularam os países vizinhos que até então tinham regimes não democráticos incentivando muitos deles a introduzir reformas no regime político que os sustentava, de modo que muitos começaram a fazer seu processo de abertura para democracia.

Até aqui falamos de processos de transição de regimes autoritários para regimes democráticos, dos tipos de transição política que existem, das peculiaridades dos casos de transição política na África, das causas e suas conseqüências. Agora, nos interessa fazer também uma abordagem relativamente aos processos de consolidação democrática e às condições que permitem classificar um regime como consolidado, procurando também analisar os problemas apresentados por analistas políticos que têm dificultado os processos de consolidação democrática nos países africanos.

Qualquer processo de transição política de um regime autoritário para um regime democrático não se esgota apenas na mudança de regime. Para um regime ser considerado democrático é necessário que a transição política esteja completa e é necessário que haja uma consolidação do regime democrático. A maioria dos teóricos da democracia costuma defender que, quando um país resolve fazer um processo de mudança, ele precisa passar por *dois processos*. Num *primeiro* momento, o processo seria de transição de um regime autoritário para um democrático, e o *segundo processo* seria a consolidação do regime democrático recém instalado. Weffort (1992:12) afirma que o grande desafio das “novas

democracias” que surgiram no final da década de 80 e início da de 90, vai ser o de consolidarem seus regimes democráticos e, segundo este autor, os processos de consolidação têm provado ser mais difíceis do que o primeiro processo. A grande maioria dos regimes democráticos que surgiram na terceira onda da democratização tem demonstrado pouca possibilidade de se consolidarem. Muitos desses novos regimes se estagnaram na fase eleitoral e não conseguiram avançar para uma consolidação democrática, transformando-se em democracias eleitorais ou democracias minimalistas, o que, para Weffort (1992), significa dizer que o governo é escolhido de acordo com eleições regulares, baseadas no voto secreto e no sufrágio universal, podendo existir uma certa competição entre os partidos políticos, e apesar dos direitos de associação até poderem ser respeitados, faltam outros direitos e liberdades essenciais que permitam classificar o regime como democrático.

Para O'Donnell (1994:121), se uma transição estagnar e não partir para a consolidação do regime democrático, as chances de uma democracia a substituir enfraquecem e o regime fica sujeito ao colapso de sua democracia. Para este autor, as democracias que foram instauradas em finais dos anos 80 correm o risco, caso não consolidem seus regimes, de provocar a morte da democracia, podendo ser uma “morte súbita”, que acontece por via de um golpe militar ou de uma guerra civil, ou então, uma “morte lenta”, que acontece quando vão diminuindo e desaparecendo gradualmente as liberdades e processos que são vitais para a democracia. Para diminuir o risco de um retrocesso autoritário, os atores democráticos precisam unir esforços para conduzir a transição do regime a uma consolidação democrática.

Para um país partir para um processo de consolidação democrática, alguns requisitos precisam ser cumpridos. São vários os requisitos que serão aqui enumerados, mas começaremos pelas três condições consideradas primordiais por Linz e Stepan (1996), para que pelo menos possa começar o processo de consolidação democrática. Em *primeiro* lugar, é necessário que exista um Estado Soberano. Se esse não existir, não tem como haver democracia. *Segundo*, a democracia só estará consolidada quando a transição estiver completa. Para Linz e Stepan (1999:21), “...uma transição democrática está completa quando um grau suficiente de acordo foi alcançado, quanto aos procedimentos políticos, visando obter um governo eleito, quando um governo chega ao poder como resultado direto do voto popular livre; quando esse governo tem, de fato a autoridade de gerar novas políticas; e quando os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, criados

pela nova democracia, não têm que, *de jure*, dividir o poder com outros organismos” (1999:21).

A *terceira* condição básica seria, então, a eleição por via democrática dos dirigentes políticos que vão governar. Mas, somente esses princípios permitem garantir que o regime seja classificado como democracia consolidada? Para Linz e Stepan (1999:23), essas seriam as condições básicas, mas é preciso que haja, também, uma combinação de atitudes comportamentais, constitucionais e democráticas. Se existem todos esses requisitos é então possível falar de consolidação democrática, que para os dois autores acima citados se define como: “...uma situação política, onde [...] a democracia passou a ser o único jogo disponível na sociedade” (1999:23).

Em relação a atitudes, uma democracia está consolidada quando, mesmo em situações de graves crises políticas, econômicas ou sociais, a maioria das pessoas continua a acreditar que a única maneira de se mudar as coisas é baseando-se nos procedimentos democráticos. Quanto ao aspecto comportamental, a democracia está consolidada quando, numa sociedade, nenhum grupo político, mesmo que tenha força para isso, procura alcançar o poder sem ser pela via democrática. Finalmente, a dimensão constitucional<sup>10</sup> indica que uma democracia está consolidada quando todos os atores políticos aceitam que, dentro do Estado, os conflitos políticos estão sujeitos aos princípios normativos estabelecidos por lei, e que o não cumprimento da lei trás consequência e custos altos (Linz e Stepan 1999:24). Além das condições acima mencionadas, Linz e Stepan (1996:17) enumeram outras condições adicionais que são necessárias para se ter uma democracia consolidada. Destarte, é preciso também que exista uma sociedade civil livre e ativa<sup>11</sup>; uma sociedade política autônoma<sup>12</sup>, uma burocracia que possa ser utilizada pelo novo governo, e uma sociedade econômica institucionalizada<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> Um grande erro dos governantes das novas democracias tem sido confundir a dimensão constitucional com a idéia do majoritarismo. Para Linz e Stepan consolidação democrática requer que o processo constituinte seja livre e baseado no consenso e que "a fórmula adequada é aquela na qual as decisões referentes a questões de grande potencial polêmico, ou de grande intensidade, são atingidas de maneira consensual e não majoritária, e na qual o trabalho da Assembléia Constituinte adquire uma legitimidade ainda maior por meio de sua ratificação por um referendo popular..." (1999:108).

<sup>11</sup> Sociedade civil é aqui entendido como sendo o conjunto de grupos, associações movimentos, indivíduos organizados e independentes do Estado que fazem parte de uma comunidade política procurando defender seus interesses (Linz e Stepan, 1999:26).

<sup>12</sup> Sociedade Política “...[é] o campo no qual a comunidade política se organiza de forma específica, visando reivindicar o direito legítimo de exercer controle sobre o poder público e o aparato estatal” (1999:27).

<sup>13</sup> Quando existem e funcionam todos esses fatores, a democracia passa a ser um valor imbuído no consciente das pessoas e as instituições funcionam com base nisso. Quando se chega a esse nível a democracia transforma-se num hábito a política torna-se rotineira e isso significa que ela está institucionalizada e consolidada.

Quando há uma sociedade civil forte e livre, é muito difícil que um processo de transição regreda ao autoritarismo, assim como também, se existir uma sociedade política autônoma, onde existam partidos políticos capazes de agregar e representar os interesses da sociedade, cria-se um ambiente de medição de conflitos o permitindo à sociedade agir dentro dos preceitos democráticos (Linz e Stepan, 1999:28).

A existência de uma burocracia estatal que possa funcionar no novo regime democrático é muito importante porque, se essa não funciona, as chances de consolidação democrática diminuem. Em muitos casos, segundo Linz e Stepan (1999:30), os novos governos democráticos, que assumiram o poder após a transição, herdaram uma burocracia estatal que manteve algumas características autoritárias, e com atores autoritários ocupando cargos-chaves na administração do Estado mantendo sobre seu domínio o controle de importantes recursos de poder. Esses empecilhos, quando não são removidos, vão constituir sérios obstáculos para consolidação da democracia<sup>14</sup>.

A economia também exerce um papel importante no processo de consolidação. Hoje, é praticamente consensual entre os teóricos da democracia que a consolidação democrática requer uma economia mista, onde Estado e Mercado combinem entre si. Linz e Stepan (1999:31) afirmam que uma economia totalmente planificada é inadequada para garantir uma consolidação democrática e que é praticamente impossível, hoje, identificar uma democracia consolidada numa economia de puro mercado. Para esses dois autores, a sociedade econômica ideal é aquela que permite ao mercado agir com autonomia, mas tendo o Estado como entidade reguladora. E mesmo com a “onda do neoliberalismo” pregando a idéia de puro mercado, o Estado tem que intervir, pois é dele que vai sair a legislação empresarial, a regulamentação das instituições financeiras, a normatização dos valores e dos padrões de pesos, a proteção da propriedade, etc (1999:31).

Para O'Donnell (1991:26), a maioria dos países da América Latina, da Europa Oriental e também da África que recém instalaram regimes democráticos, estão longe de serem democracias consolidadas, pois ainda muitos fatores continuam a criar obstáculos para institucionalização de tal regime. O'Donnell designa esses novos regimes como *democracias delegativas*, e um ponto em comum é que a maioria desses regimes herdou uma grande crise econômica e social que tem dificultado seu processo de consolidação.

---

<sup>14</sup> Chile e o Brasil são bons exemplos segundo Linz e Stepan. Nestes dois países a continuidade de atores autoritários no novo regime continua forte, muitos deles abriram mão formalmente do poder mas continuam tendo muita influência no regime democrático, ocupando postos-chave no Estado por conta de algumas emendas constitucionais que não foram alteradas e continuam atrapalhando o processo de consolidação democrática.

Para O'Donnell, esses países não fizeram a segunda transição – passar de um governo eleito democraticamente para um regime democrático – e quando esta não é feita, o resultado é ou uma regressão ao regime autoritário ou uma estagnação do regime democrático que, por seu turno, só se caracteriza como tal pelo fato de ter um governo eleito democraticamente e algumas liberdades e direitos, o que, no entanto, não garante o fortalecimento da democracia, tampouco sua institucionalização. É justamente nesse ponto, relativo à consolidação, que nós queremos situar nossa segunda hipótese de trabalho.

No nosso entender, a segunda transição, em Cabo Verde, ocorreu dez anos após a primeira transição. A primeira transição, ocorrida em janeiro de 1991, gerou um governo democrático mas se estagnou nisso, a transição atolou-se. Consideramos que o passo primordial para iniciar o processo de consolidação democrática em Cabo Verde se daria ocorrendo o critério de *transferência de voto nas eleições* e, dessa forma, estaria começando o processo de consolidação democrática.

Nós não utilizamos o critério de transferência de voto para medir a consolidação democrática, como faz Huntington (1994:261). Para esse autor: “um critério para medir [a] consolidação é o teste das duas transferências de votos. Por esse teste, uma democracia pode ser considerada consolidada quando o partido ou grupo que toma o poder na eleição inicial no momento da transição perde a eleição seguinte e passa o poder para os vencedores, e quando tais vencedores pacificamente passam o poder para os vencedores da eleição seguinte...”. Em Cabo Verde não usamos a transferência de voto para medir a consolidação do regime porque acreditamos que a primeira transição não foi seguida de um esforço para consolidação, e julgamos que esta só poderia iniciar-se se ocorresse, em alguma eleição, uma transferência de voto.

Para O'Donnell (1991:26), a dificuldade das democracias do terceiro mundo em se consolidarem está ligada ao incapacidade delas criarem um conjunto de instituições democráticas capazes de se transformar em pontos decisórios do poder político. O resultado, então, é uma democracia *não-institucionalizada*, caracterizada por uma fraca abrangência, instituições débeis e a persistência de outras instituições que, mesmo não estando formalizadas, continuam a ter um forte papel na elaboração de políticas públicas. É o caso do clientelismo, patrimonialismo, corrupção, etc. Fukuyama (1994:99) argumenta que as novas democracias não têm avançado para uma consolidação dos seus regimes democráticos porque estagnaram nos aspectos formais da democracia. Para esse



autor, a consolidação democrática de um regime tem que ocorrer em *quatro* níveis. O *primeiro nível* seria o ideológico: nesse nível, a sociedade democrática sobrevive porque existe uma crença que a democracia é a melhor forma legítima de governo mas, mesmo existindo esta crença generalizada, as instituições podem se mostrar incapazes de se consolidarem. O *segundo nível* seria o institucional: é o caráter formal da democracia, incluindo-se as constituições, o sistema partidário, as estruturas do mercado e o sistema legal de uma forma geral. O *terceiro nível* diz respeito à sociedade civil, ou seja, precisa surgir de forma espontânea, precisa ser independente e autônoma do Estado, e é fundamental para garantir as estruturas políticas democráticas. O *quarto e último nível* é o cultural: são os valores morais, o civismo e as tradições históricas de cada país. Segundo Fukuyama (1994:101), os processos de democratização ocorridos no final da década de 80 e início dos anos 90 foram impulsionados pelo primeiro nível – ideológico. Generalizou-se por todos os continentes a idéia de que a democracia era a melhor forma legítima de governo, e isso gerou a falência da crença em governos autoritários. E as transformações a nível ideológico impulsionaram as transformações a nível institucional, faltando ainda acontecerem as transformações no plano da sociedade civil e da cultura. Os problemas de consolidação das novas democracias estão, segundo Fukuyama, no plano social e cultural, e as mudanças a nível institucional e no plano das políticas públicas, não garantem, exclusivamente, as transformações no nível da sociedade civil e da cultura.

Um grande problema para a maioria dos teóricos da democracia está na crença, por parte de muitos dos novos atores políticos das novas democracias, de que a transição de um regime autoritário para um governo eleito democraticamente já significa e garante a democratização do regime. Assim, o fraco empenho da parte deles em criar um leque de instituições para garantir o estabelecimento de um regime democrático constitui um sério obstáculo à consolidação institucional da democracia.

Para além de uma sociedade civil forte, de uma sociedade política autônoma, de uma economia e de um Estado eficiente, os novos governos democráticos precisam adotar o princípio da *accountability* para chegarem à consolidação do regime democrático. Segundo O'Donnell (1994), sem a introdução do princípio da *accountability*, a democracia não assume uma dimensão republicana e, sem essa dimensão, fica difícil garantir os direitos da democracia política, enquanto os riscos de arbitrariedade aumentam. Uma democracia consolidada implica que seja fácil distinguir entre as esferas pública e privada e, a partir desta distinção, os ocupantes de cargos públicos passam a ser pessoas a serviço da cidadania, que foram escolhidas simplesmente para administrar os interesses públicos

do Estado e que, por estarem exercendo uma função pública, devem se sujeitar e agir em conformidade com a lei, além de terem a obrigação de prestar contas de seus atos, agindo com toda a transparência perante os cidadãos que os avaliam, restabelecendo ou não a sua confiança nas próximas eleições (1994:32)<sup>15</sup>. Para Linz e Stepan (1999:216), *accountability* tem um significado ainda mais amplo que a mera responsabilidade dos governantes sobre seus atos. Para eles, *accountability* “implica que todos os registros financeiros serão rotineiramente sujeitos à inspeção, e que todos os funcionários no controle das verbas públicas têm obrigação de usar de procedimentos transparentes... [e que] os burocratas e as autoridades que tratam o erário público como se fosse seu patrimônio pessoal serão responsabilizados e podem ser presos por isso” (1999:216). A maioria das democracias do terceiro mundo, quer na América Latina, quer na África ou no Leste Europeu, tem baixo nível de *accountability*; ainda subsiste, nesses regimes, o funcionamento de um sistema patrimonialista que, segundo O'Donnell (1994), faz com que a política funcione com base em “prebendas”<sup>16</sup> e é o clientelismo que determina o funcionamento do sistema, mesmo sendo, tal prática, totalmente contra o funcionamento de um Estado de Direito e cidadão.

Przeworski (1997:122) chama atenção para um ponto interessante. Segundo esse autor, os regimes que fizeram a transição e optaram por uma democracia parlamentar têm demonstrado mais facilidade em se consolidarem, enquanto os que optaram por regimes presidenciais têm tido menos facilidade. Para O'Donnell (1991:34), isso se deve ao grau de *accountability*, que é maior nos regimes parlamentares, pois esse tipo de regime estabelece que as políticas públicas passem por outros poderes que são autônomos. As chances de erro são menores pois são compartilhadas, e o resultado é um maior nível de implementação de políticas públicas. Já nos regimes presidenciais, que O'Donnell designa democracias delegativas, a obrigatoriedade de prestar contas é menor, e isso gera pouca *accountability* horizontal, o que significa dizer que aumentam as chances de erro já que uma única pessoa recebe com todas as responsabilidades dos erros. Além disso, Przeworski (1997) lembra-nos que, nas disputas eleitorais dos regimes presidenciais, um único candidato sai vencedor, e o candidato derrotado não tem, depois, nenhum papel no

---

<sup>15</sup> Numa democracia consolidada o processo de *accountability* deve se dar tanto verticalmente como horizontalmente. No primeiro, significa que aqueles que elegeram os titulares de cargos públicos têm o direito de fiscalizar suas atividades públicas e se estas não forem bem desempenhadas podem retirar-lhes o mandato. A nível horizontal, significa que devem existir poderes autônomos e outras instituições que possam ter a competência de questionar e também punir as ações irregulares dos ocupantes do cargo público caso ele não cumpra com responsabilidade as suas funções. (O'Donnell, 1991)

<sup>16</sup> Prebendas são bens, sejam eles materiais como dinheiro por exemplo, ou cargos públicos usados em sistemas de base patrimonialista com vista a conseguir apoio político.

cenário político, enquanto nos sistemas parlamentares, o partido derrotado será oposição e terá papel importante.

Nesse tópico, nossa intenção foi fazer uma abordagem analítica de conceitos como transição e consolidação de regimes democráticos analisando os tipos de transição, as causas e os resultados de cada caso, e os fatores que garantem que um regime seja considerado consolidado. O objetivo maior foi tentar deixar claro que a transição de um regime autoritário e a consolidação democrática são processos distintos. O primeiro não é mais que a inauguração ou instalação do primeiro governo democrático e de instituições democráticas após um regime autoritário, enquanto *consolidação* é a própria democratização do regime, o que torna a democracia segura e duradoura, imune ao risco de retroceder ao autoritarismo (Garretón, 1991:26).

## **1.2 – Os entraves à consolidação democrática na África**

Existe praticamente um consenso entre os cientistas políticos de que as transições na América Latina já são casos de transições completas, mas ainda não são democracias consolidadas, e há um certo pessimismo quanto às possibilidades de uma consolidação nesses países. Essas incertezas se devem, segundo Weffort (1989), principalmente a razões de cunho político que, por exemplo, ainda permitem uma grande influência de atores do regime anterior nos novos sistemas democráticos desses países, permitindo também a continuação de práticas clientelísticas e patrimonialistas na elaboração de políticas públicas, o que vem dificultando a expansão da cidadania.

Além das razões políticas, existem também os fatores econômicos e culturais que tem dificultado essa consolidação. Os países da América Latina estão enfrentando uma crise econômica que, segundo Garretón (1991), é consequência da falência de um modelo de acumulação que impossibilitou que se criassem mecanismos de redução das desigualdades sociais que, por sua vez, só estão se agravando. Para além disso, existem também os fatores culturais – o legado autoritário – desses países, e a continuidade de alguns dos antigos atores no novo regime tem dificultado o processo de consolidação.<sup>17</sup>

Nós iniciamos este capítulo falando das incertezas da democratização na América Latina para mostrarmos que essa incerteza é ainda maior nos países africanos. Existe um pessimismo generalizado de que as chances de haver realmente uma transição para

---

<sup>17</sup> Os teóricos da democracia entendem que o problema de cultura política é algo a ser resolvido a longo prazo. É preciso muito tempo para conseguir mudar as mentalidades. É necessário que as novas democracias comecem a fazer mudanças nas estruturas institucionais e com o tempo outras conquistas serão agregadas.

democracia e uma consolidação desse regime no continente africano é quase impossível, e isto se deve a inúmeras razões. Fatores de cunho político, social, econômico e cultural tem dificultado os casos de consolidação democrática no continente africano, sendo os de ordem política, segundo Flanary (1998:180), os preponderantes no processo de democratização.

Os países africanos parecem não satisfazer as condições necessárias para chegar à democratização. Linz e Stepan (1999) defendem que, para se chegar a uma consolidação democrática, é necessário que a transição esteja completa. Isso ocorre quando um governo chega ao poder por via de eleições diretas e quando existe uma certa independência entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Os casos africanos de transição política estão longe de serem considerados transições completas. A partir de 1991, muitos regimes monopartidários iniciaram seus processos de abertura política e, na maioria deles os partidos políticos da oposição foram legalizados, os direitos de associação, reunião e expressão foram reconhecidos e foram iniciadas reformas constitucionais com o objetivo de permitir eleições livres e competitivas para escolher um governo. Contudo, segundo Bokalo (1993), a maioria dos regimes autoritários monopolizou o processo eleitoral com vista a se manter no controle do aparato do Estado. Para Joseph (1998), a introdução de eleições, na grande maioria dos países africanos, permitiu que esses exercessem o direito ao voto pela primeira vez, mas não lhes garantiu o direito de escolha. Em muitos países, o direito ao voto ainda não é universal e as forças armadas continuam tendo uma forte influência sobre os processos eleitorais. As consequências disso são sucessivos casos de fraude eleitoral. Joseph (1998:4) diz que os resultados das transições políticas na África são casos de “democracias virtuais”, pois há apenas um funcionamento ilusório das instituições democráticas<sup>18</sup>.

A maioria dos autores que estudam os casos de transição na África os classificam de “democracias virtuais”, que só foram estabelecidas em razão das pressões do ocidente para que os países africanos fizessem a escolha para o multipartidarismo, mesmo não tendo as condições internas para isso. As imposições estabelecidas pelos países doadores obrigaram muitos países africanos a adotarem um “constitucionalismo de fachada” apenas para terem acesso aos créditos de ajuda internacional. Para Flanary (1998:180), os problemas relativos à transição e à consolidação democrática, na África, devem ser entendidos com base, primeiro, na análise do Estado, que tem uma herança negativa desde

---

<sup>18</sup> As primeiras eleições na África foram seguidas de euforia, mas a partir das segundas eleições já é possível perceber que alguns regimes passaram a dar indícios de uma tendência autoritária. Ver Quadro 2 em anexo.

a colonização.

Os teóricos da democracia consideram a existência do Estado como requisito essencial para se falar de uma possível consolidação democrática. Na África, em virtude da grande heterogeneidade étnica, cultural e religiosa, ainda é difícil identificar a presença do próprio Estado. A existência de muitas etnias e de uma pluralidade cultural, tem dificultado que seja definida uma comunidade política baseada numa unidade nacional. Muitos países africanos pelo fato de agregarem mais de uma nacionalidade, mais de uma raça, de uma cultura e também religiões, ainda tentam resolver a definição do Estado-Nação (Tarsis 2000)<sup>19</sup>.

Para além do problema de identificação do Estado, existe também a herança autoritária que vem desde da colonização e que foi acentuada no período pós-independência por meio da implantação de regimes monopartidários. Para Flanary (1998:180), é esta estrutura autoritária que tem dificultado o desenvolvimento da democracia no continente africano, o Estado herdou e perpetuou-se como instrumento negativo na África<sup>20</sup>.

Antes da independência, os líderes africanos viam no Estado um instrumento para o bem-estar público, um meio para acabar com a pobreza e para instituir a paz, e foi essa visão que motivou as lutas para independência. Contudo, no período pós-independência, as estruturas centralizadas e autoritárias do estado colonial não foram ultrapassadas, pelo contrario, se perpetuaram com o sistema monopartidário. Tal sistema se caracterizou por um alto grau de centralismo político com caráter patrimonial. Esse aspecto patrimonial, segundo Falton (1990:457), é fruto e herança da estrutura colonial. A transição do regime colonial para um sistema político independente, permitiu uma certa descontinuidade, mas não significou transformações profundas na economia tampouco na estrutura burocrática do Estado. A exploração econômica do continente, durante a colonização, fez com que os países africanos se transformassem em economias dependentes e, por conta disso, o capitalismo naquele continente falhou no desenvolvimento de uma burguesia hegemônica e de uma classe proletária forte. O Estado, no período pós-independência, transformou-se no primeiro – e em alguns casos no único – instrumento para ascensão social. Segundo Falton (1990), a classe com poder na África é aquela que detém o poder do Estado, pois

---

<sup>19</sup> Baseado no discurso do professor Tarsis da Uganda, no II Fórum Global Democrático para o Século XXI, realizado em Brasília em maio de 2000.

<sup>20</sup> Joseph chama atenção para um outro aspecto que é o caráter violento que o estado assumiu na África. Como a política é encarada como melhor forma de se enriquecer, a violência continua sendo usada como meio para controlar o poder e frear a oposição (1998:5)

este é o único meio que pode transformar uma classe em dominante. Estar fora do Estado significa estar numa posição de inferioridade e de subordinação. Como o Estado se transformou no único meio de mobilidade social, o poder político passou a ser visto como um meio de enriquecimento pessoal, e passou a ser usado a favor dos interesses de uma minoria detentora do poder. A política é feita com base em relações clientelistas, pois o Estado é visto como um negócio que gera dinheiro, poder e *status* (Flanary, 1998:183).

O caráter patrimonial do Estado na África e a herança autoritária são responsáveis pela escassez de mecanismos de participação e *accountability*. A inexistência de uma sociedade política autônoma é também um grande obstáculo para a consolidação da democracia. A opção pelos regimes monopartidários após a independência freou qualquer tipo de competição política e, mesmo com a introdução do multipartidarismo, os partidos continuaram a ser coagidos pelos novos governos, não podendo exercer suas funções.

Para Monga (1997:158), os partidos políticos na África continuam fracos por não cumprirem estes quatro princípios: continuidade, organização nacional, desejo de exercer o poder e suporte popular significativo. Para esse autor, muitos partidos africanos sequer satisfazem o primeiro critério. A maioria tem uma organização regional – geralmente restritas à região do líder – e muitos dos novos partidos que surgiram durante o processo de transição para a democracia nasceram apenas para tomarem parte no processo eleitoral, sem qualquer suporte popular. Muitos sequer têm um programa político<sup>21</sup>.

Um outro entrave ao desenvolvimento da democracia na África tem sido a insistência dos governos em não reconhecer, de fato, o multipartidarismo. Em muitos países, mesmo com a realização de eleições livres, os governos insistem em não reconhecer e não garantir a oposição legal e, para Nzouankeu (1991:404), isso acontece porque persiste nesses países a cultura de que o partido é o Estado. No entender desse autor, enquanto não houver uma separação clara entre Estado e partido por vias legais, o Estado e os bens públicos vão continuar sendo usados em proveito do partido dominante. Ainda, a maioria dos países africanos continua com uma burocracia altamente politizada. Os cargos de alto escalão continuam dependendo de recrutamento político e as nomeações são feitas com base na patronagem. Assim, sem uma burocracia que funcione, fica difícil

---

<sup>21</sup> Riley (1992:547) afirma que o sistema monopartidário impossibilitou a criação de uma organização partidária por proibir a existência de outros partidos. Com a introdução do multipartidarismo em 90 o problema de organização política continua, só que de forma contrária. Se antes não se permitia criar partidos por causa do regime monopartidário, com o multipartidarismo passou a ter um excesso de partidos políticos que em alguns casos tem colocado a estabilidade em risco. Segundo o autor, em 1992 era possível identificar cerca de 30 partidos em Angola, 71 no Congo e 200 no Zaire, e a grande maioria deles sequer tem uma organização nacional ou programa.

que essas transições caminhem para uma consolidação.

Dois outros fatores têm dificultado a consolidação da democracia nos países africanos são: a existência de uma sociedade civil fraca e quase inexistente e a dificuldade de se criar uma sociedade econômica eficiente. Em relação à sociedade civil, ela é fraca porque o colonialismo e os regimes monopartidários criaram na África uma cultura de submissão e obediência à autoridade (Boadi, 1996:457) e, por este motivo, os africanos têm pouco acesso aos mecanismos de participação. A cultura do autoritarismo impediu que se desenvolvesse uma sociedade civil forte e autônoma do Estado, pois o partido único sempre controlou e reprimiu a participação política. Apesar da grande contribuição de alguns grupos da sociedade civil – estudantes, advogados, jornalistas e igrejas – durante o processo de abertura política na África, Monga (1997:163) sustenta que a sociedade civil naquele continente continua coagida; há uma apatia geral que se transformou em desencanto político. E, mesmo com a introdução do multipartidarismo e do voto secreto, muitos governos continuam a não reconhecer constitucionalmente os direitos da sociedade civil de agir livremente. Em muitos países, os governos continuam controlando as associações civis – grupos sociais continuam sendo marginalizados – e em muitos casos organizações da sociedade civil, como sindicatos, não são reconhecidas. Joseph (1998:8) diz que mesmo o direito ao voto continua não sendo respeitado em muitos países africanos e, em muitos casos, o sufrágio ainda não é universal. Nos regimes onde continuou o militarismo, as eleições continuam sendo controladas e muitas vezes boicotadas.

Quanto à possibilidade de se criar uma sociedade econômica eficiente, as opiniões são pessimistas. Para Flanary (1998:180), a colonização dos países africanos não criou condições para o desenvolvimento de um setor econômico autônomo e eficiente. Pelo contrário, criou um sistema de exploração dos recursos econômicos baseados numa dinâmica de dependência. No período pós-independência, com a adoção dos regimes monopartidários, os países africanos aumentaram sua dependência para com os países do ocidente e do Leste Europeu e pouco avançaram na criação de um setor econômico moderno e dinâmico. O partido único, na opinião de Nzouankeu, perpetuou o alto nível de dependência dos países africanos e o fato do Estado ser encarado como um “grande negócio” que beneficiava a um único chefe e seus familiares, ou a um pequeno grupo no poder, fez generalizar a corrupção que se transformou numa prática corrente naqueles países (1991:398).

Os Estados africanos falharam em prover o bem-estar coletivo às pessoas, como

também se mostraram incapazes de proporcionar o desenvolvimento e o crescimento de uma economia autônoma e eficiente. A escolha por um tipo de desenvolvimento econômico baseado na centralização e na planificação estatal criou obstáculos para o desenvolvimento de uma economia privada forte, e isto tem atrapalhado a construção da democracia no continente<sup>22</sup> (Flanary, 1998:184).

Por todos esses problemas que aqui enumeramos, as democracias africanas têm sido classificadas pelos analistas como democracias “virtuais”. As possibilidades de uma consolidação democrática são encaradas com muito pessimismo e a maioria dos cientistas políticos acredita que a consolidação naquele continente só ocorrerá se houver profundas mudanças no Estado e na sociedade. Para Monga (1997:168), é preciso que os países africanos reconheçam no Estado a autoridade legítima de comando, e essa autoridade tem que ser de cunho moral, e não baseada no medo ou na violência. Quando o Estado for reconhecido como marco legal institucional do poder, ele deverá garantir o direito ao pluralismo político, o que significa que os governos terão que aceitar a existência de outros partidos.

O Estado deverá garantir as liberdades civis como o direito de associação e de manifestação, a liberdade de imprensa, a realização de eleições livres baseadas no voto secreto, cabendo aos partidos aceitar os resultados das eleições, ou seja, deve-se admitir a possibilidade de haver alternância de poder. Nzouankeu (1991:402) afirma que a democracia só será possível na África se, para além do Estado democrático, existirem igualmente uma sociedade democrática (e para ele isso significa ter uma sociedade civil forte, autônoma e uma sociedade política autônoma e organizada) e uma geopolítica democrática. Para esse autor, o Estado deve garantir mais que os direitos e liberdades civis essenciais à democracia, ele deve garantir a efetiva separação entre os três poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário – bem como a existência de um contrapeso entre eles. Em casos de regimes parlamentares, o Legislativo tem que ter a capacidade de exercer um controle efetivo sobre o Executivo e, em contrapartida, o Executivo deve **dispor** do poder de dissolver o parlamento.

Em regimes presidenciais, o Legislativo não deve depender do Executivo, ele tem que ser independente e deve existir um equilíbrio entre os poderes. O Poder Judiciário, por

---

<sup>22</sup> A necessidade de se fazer uma reforma econômica foi um dos pilares para se fazer a transição na África. Após a abertura política é possível perceber em muitos países um esforço para transformar seu antigo sistema econômico de características centralizadas e planificadas para um baseado na concorrência e no livre mercado. Mas há grandes obstáculos como uma estrutura de comércio rudimentar, ausência de mercado interno e ausência de um parque industrial moderno.



seu turno, deve ser independente do Executivo e do Legislativo e, para isso, os juizes têm que ter condições materiais e profissionais que os permitam desempenhar suas funções com total independência. Para além da separação entre os poderes, o autor acima citado sustenta que, no continente africano, o Estado precisa garantir que haja uma separação entre Estado e Religião e entre Estado e Partido, de forma que possa haver *accountability* na utilização dos bens do Estado.

Para Nzounankeu (1991), uma geopolítica democrática seria um grande estímulo para a consolidação da democracia no continente africano. A fragilidade da democracia naquele continente deve-se, em parte, ao fato de existir uma hostilidade em quase todas as regiões da África à consolidação democrática. Assim, como as regiões são hostis à democracia, os riscos de haver um retrocesso ao autoritarismo são maiores. Se houvesse uma regionalização do pluralismo haveria um efeito “contágio” nos países vizinhos, e com isso, segundo o autor, se poderiam criar zonas politicamente homogêneas que, por sua vez, poderiam se estender a outras regiões.

Quando iniciamos o nosso capítulo teórico, chegamos a questionar se existia alguma possibilidade de comparação entre os processos de transição e consolidação ocorridos na África e os ocorridos na América Latina e no Leste Europeu. Vamos tentar responder a esta indagação para fecharmos este capítulo.

Sabemos que cada caso de transição é único, e que a peculiaridade de cada caso depende das especificidades de cada país e de cada continente; depende da estrutura do Estado, da cultura política, da estrutura econômica, enfim, cada país tem sua própria história e, como bem lembra Linz e Stepan (1999), cada processo de consolidação é único. Existem casos com um alto grau de consolidação – e nesses a democracia está profundamente institucionalizada na vida das pessoas e das instituições – e existem casos onde a consolidação não está concluída devido a entraves – sejam eles de caráter social, cultural ou econômico – que não foram ultrapassados e que são responsáveis por democracias frágeis e sujeitas a riscos de regressão autoritária.

Contudo, apesar das peculiaridades de cada um deles, os países da América Latina, da África e do Leste Europeu têm algumas semelhanças. Para Fernando Henrique Cardoso (1993:19), esses países, mesmo depois da transição para a democracia e com a escolha dos governos por via das eleições diretas e livres, continuam tendo uma estrutura estatal profundamente “elitista”. Neles, ainda persiste a prática política baseada no patrimonialismo e com bases clientelistas e os partidos ainda não se fortaleceram o

suficiente de modo a se transformarem em representantes efetivos dos interesses da sociedade. Acreditamos que são as diferenças que vão nos permitir fazer uma comparação entre casos de transição desses países e ver até que ponto se aproximam, ou não.

Esses países, mesmo tendo em comum uma história de regimes autoritários, apresentam dinâmicas diferentes e que nos permite aproximar os casos africanos mais com os do Leste Europeu do que com os da América Latina, pois os países africanos sofreram uma forte influência ideológica do Leste Europeu.

Desde a Guerra Fria, os países do Leste Europeu consolidaram sua influência no continente africano. As lutas armadas a favor da independência política na África foram incentivadas e financiadas pelos países do Leste Europeu e, no período de pós-independência, os países recém-independentes continuaram tendo uma forte influência dos países do Leste Europeu. Tal apoio estimulou o movimento no sentido da criação de regimes autoritários de partido único com inspiração na ideologia leninista-marxista (Joseph, 1998:7).

Nos países da América Latina, a influência do leste foi fraca e a maior influência vinha dos Estados Unidos. Desta forma, os países latino-americanos tiveram uma predominância de regimes com governos de direita. Para Fernando Henrique Cardoso (1993), os processos de transição ocorridos na América Latina foram diferentes dos ocorridos no Leste Europeu, e acrescentamos que também foram diferentes dos casos de transição na África. Segundo esse sociólogo, no Leste Europeu “o impulso democrático partiu de setores restritos da *intelligenza*, ou de certos grupos do partido dominante, contagiados por idéias novas” (1993:21).

O mesmo aconteceu com os países africanos, como vimos antes. Muitos dos regimes autoritários africanos resolveram fazer sua abertura por causa da pressão dos doadores internacionais e, então, o grupo dominante resolveu fazer a transição para continuar a ter acesso aos fundos das agências doadoras. Já na América Latina, mesmo com os casos de continuidade de alguns atores autoritários no processo de transição, houve o envolvimento de várias forças da sociedade civil.

A grande diferença entre os países da América Latina em relação aos países do Leste Europeu e da África está no fato de que, na América Latina, o regime autoritário não fechou – apesar da repressão – as vias para o desenvolvimento de um sistema de mercado baseado na concorrência. Desenvolveu-se, portanto, uma sociedade civil que convivia com

o regime autoritário, como por exemplo universidades, empresários, meios de comunicação, sindicatos e, em certos casos, houve até a existência de outros partidos. Isso significa que, mesmo com o regime autoritário, surgiram formas de organização social externas ao próprio regime. De certa forma, podemos falar da existência de uma sociedade civil (Cardoso, 1993:20).

No Leste Europeu e na África foi diferente. A opção por um tipo de regime baseado no monopartidarismo e na identificação do Estado/Partido impossibilitou a criação de qualquer organização externa a ele. Qualquer iniciativa de organização da sociedade tinha que partir de cima, da direção do Partido dirigente. Por isso, como bem diz Adamski (1993:31), quando os regimes monopartidários do Leste Europeu – e acrescentamos aqui os africanos – entraram em colapso, deixaram um vazio para os novos governos. Estes países não tinham quase nenhuma experiência de organização da sociedade civil tampouco da sociedade econômica, e a queda do partido único significou também a queda de toda a estrutura social e econômica que se sustentava por meio desse sistema. Como bem alerta Adamski, o desafio desses países era ainda maior porque eles precisavam reconstruir as instituições sociais e econômicas básicas para que a democracia pudesse sobreviver, enquanto na América Latina isso já existia, mesmo que ainda não fosse uma conquista consolidada.

É uma tarefa difícil, pois tanto os países do leste como os da África foram privados por muitos anos do direito de criarem organizações externas ao Estado. Por isso, nesses países, é visível a extrema fragilidade no tocante à organização de interesses. Existe uma indiferença das pessoas em relação aos assuntos políticos, a sociedade civil é muito frágil e quase não existem organizações representando os interesses da sociedade. Como bem lembra O'Donnell (1994), essa conquista relativa à cultura política é algo a se adquirir em longo prazo, e daí a importância da existência de instituições comprometidas com a democratização e que possam servir de estímulo ao fortalecimento da sociedade civil.

## **Capítulo 2 – Da Primeira Transição: o processo de independência política e a formação do Estado de Cabo Verde**

### **2.1 – O fim da colonização portuguesa e os movimentos de libertação nacional**

Portugal foi a última potência colonial a reconhecer a independência das suas colônias na África. O processo de emancipação política dos territórios portugueses, além de terem ocorrido bem mais tarde do que nos países africanos colonizados pelos ingleses e pelos franceses, passaram por um processo de luta armada para conseguirem ser reconhecidos como países independentes e autônomos no plano político. Dos cinco países africanos dominados por Portugal – Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe – em três houve luta armada: Angola, Moçambique e Guiné Bissau, e a independência só foi possível após anos de luta. No caso de Cabo Verde em particular, apesar de não ter ocorrido luta armada, houve contestação política contra o regime colonial, e muitos cabo-verdeanos acabaram por partir para a Guiné para lutar contra o regime português.

Para Furtado (1997: 18), o processo de autodeterminação política das ex-colônias portuguesas na África, poderia ter sido menos violento se o regime português tivesse sido mais flexível e menos regido<sup>23</sup>. Com o advento do Estado Novo em 1921 e com a nomeação de Salazar em 1929 para o cargo de Ministro da Colônias, o regime português passou a inibir a criação de organizações políticas e sócio-laborais, o que impossibilitou a criação de um espaço próprio de contestação ao sistema vigente, dificultando também a criação de um espaço autônomo nesses países que pudesse conduzi-los a um processo gradual de autodeterminação política.

Para o autor supracitado, o governo português seria o principal responsável pela emancipação tardia das suas colônias, diferentemente do sistema colonial francês e inglês que também tinham possessões na África mas que adotaram políticas mais flexíveis que permitiram a criação de organizações autóctones, como por exemplo os sindicatos, que se transformaram em veículos de contestação política, que por sua vez ajudaram a antecipar o processo de independência dos países francófonos e anglófonos ocorridos, em sua maioria, na década de 60.

Furtado (1997) também considera importante esclarecer que a situação colonial das colônias portuguesas era, sobretudo, questionada e criticada por uma pequena camada da

população que ele define como “pequena burguesia urbana”, que trabalhava inclusive na própria administração colonial ou que estudava na metrópole. E é dentro desse pequeno grupo que vão surgir as idéias de independência a partir das quais vão nascer os movimentos de libertação nacional (1997: 18), ao mesmo tempo em que a maioria da população é apática à situação de dominação do regime colonial.

A maioria dos movimentos nacionalistas na África surgiu em finais da década de 40 e início dos anos 50, e foi graças a esses movimentos que muitos países acabaram por se tornar independentes (Miguel, 1996: 23). No caso das colônias portuguesas, a maioria desses movimentos nasceu na própria metrópole, mais especificamente em Lisboa, pois na capital portuguesa existia um numero considerável de estudantes vindos das colônias para prosseguirem os estudos universitários, e é neste ambiente que eles começam a discutir a realidade do seu país e que começa a surgir um sentimento de repúdio ao sistema colonial, surgindo então a idéia de independência e de autonomia política.

Assim surgiram o MPLA (Movimento de Libertação de Angola), a UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola), a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), o MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe) e o PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde). Em 1961, esses cinco movimentos criaram uma associação denominada Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP) que tinha por objetivo unir forças para pressionar o governo português a reconhecer o direito de autodeterminação política daqueles países (Furtado, 1997: 19).

Apesar desses movimentos nacionalistas terem por ideal a independência política das colônias, muitos acabaram por assumir um caráter complexo, primeiro porque vão aparecer vários movimentos que reivindicam ser os representantes legítimos da nacionalidade em causa, levando ao surgimento de conflitos entre os movimentos e, em alguns casos, no próprio interior de alguns deles. Para Lopes (1999: 34) essas divergências surgem em decorrência das clivagens étnico-culturais que existiam nestes movimentos, e que refletiam a própria realidade daqueles países. Angola e Moçambique são bons exemplos de rivalidades – que persistem até hoje – entre os movimentos nacionalistas que antes lutaram contra a dominação portuguesa e que depois da independência passaram a lutar um contra o outro.

---

<sup>23</sup> Braga da Cruz (1988:65) afirma que a situação política das colônias portuguesas na África agrava com a instituição do Ato Colonial promulgado em 1930. Antes disso existia uma relativa autonomia na administração colonial mas depois passou a ser um regime fortemente centralizado a Lisboa.

No caso da Guiné Bissau e de Cabo Verde, surgiram muitos movimentos reivindicando a independência dos dois países. Além do PAIGC, existia a FLIGC (Frente de Libertação da Guiné e de Cabo Verde), o MLGCV (Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde), o MLG (Movimento de Libertação da Guiné Bissau), a UPG (União das Populações da Guiné), a RDAG (Reunião Democrática Africana da Guiné Portuguesa) e a UPLG (União Popular de Libertação da Guiné Portuguesa). A maioria desses movimentos acabou por se fundir num único movimento – a FLING (Frente de Libertação para Independência Nacional da Guiné) – que passou a ser a principal opositora do PAIGC, partido que reivindicava a independência e a unidade da Guiné e de Cabo Verde (Miguel, 1996: 25). A FLING acabou por desaparecer devido a rivalidades internas (Silva, 1997:50), e a luta pela libertação acabou por ser travada exclusivamente pelo PAIGC.

## **2.2 - O PAIGC, a luta pela libertação nacional e a independência da Guiné Bissau e de Cabo Verde.**

A luta de libertação a favor da independência da Guiné e de Cabo Verde, ocorrida no território guineense, se distinguiu da luta armada travada em Angola e em Moçambique pois, mesmo tendo existido outros movimentos pró-independência, um único movimento – o PAIGC – acabou por se transformar em hegemônico em relação aos demais e, com essa supremacia, não houve espaço para confrontos entre os movimentos, tampouco houve dispersão de força, ficando mais fácil perseguir o ideal de independência.

Quando falamos do processo de independência e emancipação política de Cabo Verde, falamos de um processo duplo pois a independência desse país assumiu um caráter binacional. Em outras palavras, a independência de Cabo Verde só foi possível graças à luta armada desencadeada no território guineense. A contestação política desencadeada nas ilhas de Cabo Verde foi insuficiente para que Portugal reconhecesse a independência do arquipélago. A independência, tanto da Guiné quanto de Cabo Verde, deve ser vista como uma vitória do PAIGC que, por meios diplomáticos e pela luta de guerrilha, obrigou o governo português a reconhecer a independência dos dois países.

O PAIGC foi oficialmente criado em setembro de 1956 por guineenses e cabo-verdeanos (Ferreira<sup>24</sup>, 1999:27). A idéia de formar um movimento de libertação nacional da Guiné e de Cabo Verde partiu de Amílcar Cabral, um guineense com descendentes

---

<sup>24</sup> O primeiro nome do partido foi PAI – Partido Africano Independente, as siglas GC foram incluídas quando e descobriu que no Senegal já existia um partido com o primeiro nome.

cabo-verdeanos que passou a ser o secretário-geral do partido. Essa idéia é influenciada em parte pelo contexto africano pós-Segunda Guerra. Naquela época, começaram a surgir inúmeros movimentos que reivindicavam o fim da colonização no continente. Em termos ideológicos, o PAIGC se define como um partido com uma tendência marxista, e tal escolha ideológica não aconteceu por acaso, ela está ligada ao fato de seus fundadores terem estudado em Portugal numa época em que estavam em voga as idéias marxistas. Mas, apesar da influência das idéias marxistas, o PAIGC não chega a assumir uma definição ideológica clara. Percebe-se, pelo contrário, a convivência de várias idéias esquerdistas. Havia alguns militantes do partido que se identificavam mais com as idéias de esquerda da URSS, outros com as de Cuba, outros com os da China e da RDA, (Cardoso,1993: 14). É a própria falta de homogeneização ideológica – na opinião de alguns analistas políticos – que mais tarde vai levar ao assassinato de Amílcar Cabral, fundador do partido, e à conseqüente desintegração do mesmo, através do afastamento de alguns dos seus militantes e do próprio golpe de Estado na Guiné, que veio pôr fim ao projeto de unidade Guiné-Cabo Verde.

O PAIGC tinha como objetivos os seguintes pontos: “1- Independência imediata e total da Guiné e de Cabo Verde; 2- Unidade da Nação na Guiné e em Cabo Verde; 3- Unidade dos povos da Guiné e de Cabo Verde; 4- Unidade Africana; 5- Regime democrático, anti-colonialista e anti-imperialista; 6- Independência econômica, estruturação da economia e desenvolvimento da produção; 7- Justiça e progresso para todos; 8- Defesa nacional eficaz e ligada ao povo; 9- Política internacional própria, no interesse da Nação, da África, da paz e do progresso da humanidade.” (Programa do PAIGC, In Lopes 1996:33).

Antes de se decidir pelo uso da força e partir para a luta armada, o PAIGC tentou por várias vezes negociar com as autoridades portuguesas a independência dos dois países, mas foram tentativas frustradas. Quando o partido percebeu que a independência seria utópica por vias diplomáticas, a direção do movimento admitiu que só por meio da luta armada o governo português poderia negociar a independência da Guiné e de Cabo Verde. Seguindo os passos de Angola, que tinha declarado guerra contra Portugal em 1961, o PAIGC resolveu declarar guerra contra o governo português em janeiro de 1963 na Guiné Bissau. Todavia, desde 1960, o PAIGC já vinha estudando pormenorizadamente as condições físicas do interior da Guiné para ver se havia possibilidades de se desencadear uma luta de guerrilha à semelhança das ocorridas no Vietnã e em Cuba. A partir daí começaram a fazer um trabalho de mobilização junto das populações rurais explicando o

objetivo da luta e solicitando seu apoio (Wollacott, 1983:1134).

O PAIGC decidiu fazer a luta de guerrilha somente na Guiné Bissau porque as condições geográficas em Cabo Verde eram desfavoráveis à este tipo de luta. Especialmente por causa da dispersão geográfica das ilhas, o arquipélago tornava-se impróprio para qualquer tipo de luta, enquanto na Guiné existiam todas as condições necessárias para se travar uma luta. Também o contexto internacional se mostrou favorável às reivindicações do PAIGC. A ONU, em 1962, criticou a política portuguesa e a insistência daquele país em manter o regime colonial na África e de não reconhecer o direito à autodeterminação e à independência das suas colônias (Ferreira, 1999: 31). Também a OUA (Organização da Unidade Africana) fez pressão para que o governo português acelerasse o processo de independência dos povos guineenses e cabo-verdeanos, promovendo encontros entre os dirigentes do PAIGC e as autoridades portuguesas. Braga da Cruz (1988: 67) afirma que a década de 60 foi marcada por uma dinâmica anti-colonial. A ONU e boa parte dos países ocidentais defendiam que cada povo tinha direito ao progresso econômico, social e educacional. Para tal fim, era fundamental que pudessem desenvolver suas próprias instituições políticas. Com essa pressão internacional, Portugal viu-se forçado a mudar sua política colonial instituída pelo Ato Colonial de 1930. As colônias na África transformaram-se em províncias ultramarinas mas, segundo esse autor, tal mudança não acarretou em uma mudança prática devido ao nível de repressão que continuava o mesmo.

Os países do Leste Europeu, a China, a RDA, Cuba e Argélia, apoiaram a luta desencadeada pelo PAIGC fornecendo material bélico e permitindo que alguns dos seus militantes tivessem formação militar em seus países, sem contar a pressão política que eles faziam sobre o governo português.

Um conjunto de fatores contribuiu para a vitória do PAIGC sobre as tropas portuguesas. Uma das principais razões da vitória estava no fato dos portugueses desconhecerem o interior da Guiné. A luta de guerrilha colocou o PAIGC em vantagem pois este conhecia o terreno e tinha apoio das populações locais. Com a independência da Guiné (Conakry, 1958) e do Senegal (1960), que são países que fazem fronteira com a Guiné Bissau, o PAIGC passou a usar os dois países como proteção das suas bases militares, para os treinos de guerrilha e como canal de entrada das armas que seriam usadas pelos soldados no interior da Guiné (Wollacott, 1983: 1133).

O fato de defender a unidade entre a Guiné e Cabo Verde também foi uma boa



estratégia para a vitória do PAIGC. Apesar de termos mencionado antes que em Cabo Verde não existiam condições físicas para se travar uma luta de guerrilha, os cabo-verdeanos tiveram um papel importante na vitória do movimento em tela pois muitos dos cabo-verdeanos que ingressaram no partido fizeram uma ofensiva diplomática, buscando apoio político-militar para a independência dos dois países, e desencadearam uma luta política forte nas ilhas por meio da elaboração de panfletos, que eram distribuídos na Guiné e em Cabo Verde, exigindo o direito à autodeterminação do povo guineense e cabo-verdeano.

A vitória do PAIGC começa a ficar evidente a partir de 1966, quando esse movimento declara ter sobre seu controlo cerca de dois terço do território guineense. Nos territórios libertados do domínio português, o partido criou uma estrutura administrativa e sócio-econômica que, segundo Wollacott (1983), funcionava como uma estrutura pré-estatal, precedendo o Estado independente e garantindo uma certa experiência aos guineenses e cabo-verdeanos no campo administrativo.

Apesar da relativa vantagem que o PAIGC vinha tendo sobre o exército português, a nível interno esse partido enfrentou alguns conflitos que chegaram a abalar suas bases, mas não chegaram a colocar em risco as vantagens que tinham conseguido sobre as tropas portuguesas. A origem desses conflitos pode ser identificada na altura da criação deste partido pois, desde do seu nascimento, ficou claro que havia uma mistura de ideologias entre os seus militantes e uma falta de definição ideológica. Como inicialmente o objetivo maior era a independência, os fundadores do partido não deram muita atenção a essas divergências, o que mais tarde vai resultar numa desintegração e no não cumprimento de alguns princípios que nortearam o seu surgimento. Existiam, entre alguns dos membros, divergências relativas ao próprio programa do partido e essas resultaram no próprio assassinato do líder-fundador do partido, Amílcar Cabral, em janeiro de 1973. Anteriormente dissemos que o PAIGC foi criado com o objetivo de conseguir a independência da Guiné e de Cabo Verde, propondo uma unidade entre os dois países e os dois povos. E foi exatamente na questão da unidade que as divergências se faziam sentir com maior peso, tanto entre os cabo-verdeanos como entre os guineenses.

Se, para Amílcar Cabral, a unidade era algo natural e desejável – lembremos da descendência cabo-verdeana deste líder – para muitos guineenses e cabo-verdeanos esta não era uma questão tão simples e tão natural. Dois anos depois da criação do PAIGC, em 1956, surgiu em Cabo Verde um movimento, chamado UPICV (União dos Povos

Independentes de Cabo Verde), formado por cabo-verdeanos e que defendia a independência, mas era contra a idéia de unidade entre os dois países. Como diz Furtado (1997: 103), “...para a UPICV o projeto de unidade constituía uma ação forçada, tanto para Guiné quanto para Cabo Verde, uma vez que as diferenças sociais e culturais eram de tal forma significativas que, aliadas aos ressentimentos seculares dos guineenses em relação aos cabo-verdeanos, inviabilizavam qualquer projeto dessa natureza. O próprio presidente da UPICV, Leitão da Graça, chega a firmar que ‘(...) o povo da Guiné não quer essa unidade, porque os cabo-verdeanos foram agentes dos portugueses no passado e no presente’” (Lopes, 1996: 127).

Muitos autores defendem que existia, de fato, grandes diferenças socioculturais entre os dois países, pois desde sempre Portugal adotou políticas diferenciadas para cada um deles. Silva (1997: 52) esclarece-nos que desde da revisão da Carta Orgânica do Império Colonial Português em 1945, a administração em Cabo Verde sofre alterações que acabaram por diferenciar aquele país das demais colônias portuguesas na África: Cabo Verde não esteve sujeito ao regime do indigenato<sup>25</sup>.

Um outro ponto interessante para compreendermos melhor as diferenças entre a Guiné e Cabo Verde diz respeito à própria formação étnico-cultural daquele arquipélago que assumiu um caráter diferente dos demais países africanos. Para povoar as ilhas de Cabo Verde, que eram desabitadas quando do seu descobrimento, os portugueses optaram pela mistura entre os portugueses e os escravos vindos da costa africana. Dessa união viria a prevalecer a miscigenação, a homogeneidade étnica e cultural do povo cabo-verdeano. Essa clara definição de identidade foi também facilitada pela evangelização pregada pelos portugueses e que permitiu a introdução de um sistema de ensino que ia até o nível secundário, permitindo os cabo-verdeanos o acesso ao ensino, algo que não acontecia noutras colônias onde o nível de repressão era mais acentuado (Lopes, 1999:34). Os cabo-verdeanos tiveram, assim, melhores oportunidades de ascensão sócio-cultural e passaram a ser usados pelos portugueses na administração de suas outras colônias africanas. Daí a razão pela qual os cabo-verdeanos eram taxados de “capatazes” dos portugueses<sup>26</sup>.

Além do ressentimento histórico, existia também no seio do PAIGC um

---

<sup>25</sup> O regime de indigenato foi instituído pelo ato colonial de 1930 que estabeleceu que os indígenas eram diferentes dos cidadãos da colônia. Por isso não dispunham de cidadania portuguesa uma vez que seus usos e costumes individuais e sociais eram muito diferentes e incompatíveis com os costumes da metrópole, (Braga da Cruz, 1988:66).

<sup>26</sup> O “desenvolvimento moral” atingido pelos cabo-verdeanos por causa da cristianização transformava-os, aos olhos dos portugueses, em diferentes e peculiares em relação às demais colônias.

ressentimento entre militantes guineenses em relação aos cabo-verdeanos, que se explica pelo fato dos cabo-verdeanos, apesar de estarem em desvantagem numérica dentro do partido, ocuparem seus principais. Isso porque a maioria dos cabo-verdeanos que entraram para as fileiras do partido tinham níveis de educação mais altos. Para Cardoso (1993: 13), o PAIGC era um movimento onde ficava evidente a “...‘guineeização’ da organização, tanto no tocante a efetivos quanto de símbolos, valores e referências, cabendo ao diminuto número de cabo-verdeanos o papel de preencher as necessidades de quadros do partido... [existia assim uma] ...diferenciação dentro do partido, com os guineenses a fornecer o grande efetivo da guerra, em termos humanos, e os cabo-verdeanos a assegurarem a direção da organização e as relações do partido com o exterior.”

Podemos então concluir que era a liderança dos cabo-verdeanos dentro do partido que desagradava aos guineenses, e também a persistência da cúpula do partido na perseguição do ideal de unidade política entre os dois países. Segundo Lopes (1996 :28), muitos guineenses que militavam no PAIGC acreditavam que a Guiné Bissau já podia ter conseguido sua independência – desde 1966 o partido já tinha declarado ter sobre seu domínio mais de dois terços do território guineense – mas a insistência da direção do partido, que era dominada pelos cabo-verdeanos, em querer reivindicar a independência da Guiné junto com a de Cabo Verde – “... [país do qual] Portugal não abria mão...”(1996:28), acabou atrasando a própria independência da Guiné Bissau. É por causa dessas divergências e desse conflito interno que vai surgir uma conspiração “.. entre os militantes guineenses do PAIGC descontentes com os rumos da luta...” (Lopes, 1996 :28) culminando com o assassinato do líder-fundador do partido.

A morte de Cabral poderia ter significado o fim do PAIGC, mas o objetivo maior daquele partido – a independência da Guiné e de Cabo Verde – prosseguiu: a luta armada continuou e, em julho de 1973, no seu segundo congresso foi eleito um novo secretário-geral que, coincidentemente, era cabo-verdeano e tinha sido o braço direito de Cabral: Aristides Pereira (Cardoso,1993: 26).

Os desconfortos no seio do partido diminuíram e a luta prosseguiu até se conseguir a independência. Para Wollacott (1983: 1136-1137), após a morte de Cabral, as forças do partido começam a ganhar mais vantagem frente ao exército português, chegando inclusive, no segundo semestre de 1973, a realizar eleições para que fosse eleita uma Assembléia Nacional Popular nas regiões libertadas. Em setembro do mesmo ano, essa assembléia declarou a independência da Guiné Bissau, que foi imediatamente reconhecida

por cerca de 70 países e, em outubro, a ONU reconheceu a Guiné como país independente e obrigou Portugal a retirar seu contingente militar daquele território.

Portugal, que já tinha sofrido grandes perdas com a guerra na Guiné, teimava em não reconhecer a independência daquele país pois, para as autoridades portuguesas, negociar com o PAIGC era reconhecer a existência também dos outros movimentos nacionalistas que existiam em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, bem como os movimentos de guerrilha que eles representavam (Wollacott, 1983 :1136).

Em agosto de 1974, por meio de um acordo assinado em Argel entre um representante do governo português, Mário Soares, e o representante do PAIGC, Pedro Pires, Portugal reconheceu a independência da Guiné Bissau e garantiu o direito de independência das ilhas de Cabo Verde (Wollacott, 1983: 1153). Porém, o governo português antes de reconhecer a independência de suas colônias, tentou buscar apoio para a realização de um referendo naqueles países para saber se as populações delas eram a favor da independência total, mas os movimentos nacionalistas daqueles países foram contra tal idéia. Na opinião deles, o referendo levaria muito tempo e as autoridades portuguesas poderiam criar mecanismos para não reconhecer as independências almejadas. Para Samora Machel, líder de um movimento em Moçambique, a idéia do referendo não fazia sentido pois “...não se pergunta a um escravo se quer ser livre, principalmente quando o escravo já se revoltou...” (Lopes,1996: 301).

Em relação à independência de Cabo Verde, o governo português não a reconheceu de imediato<sup>27</sup>. Para as autoridades portuguesas, o caso de Cabo Verde era delicado porque naquele país não ocorreu luta armada e, segundo Lopes (1996 :318), existiam rumores principalmente na imprensa portuguesa de que “...alguns aliados de Portugal teriam pedido à Lisboa que não entregasse as ilhas de Cabo Verde [ao PAIGC] temendo que a Guiné Bissau eventualmente autorizasse a União Soviética a instalar uma base naquele estratégico arquipélago...”.

A demora no reconhecimento da independência de Cabo Verde também pode ser entendida pelo fato de uma ala do governo português acreditar na idéia defendida por Mário Soares: “...sinceramente, sempre estive convencido de que Cabo Verde tinha mais a ganhar sendo uma região autônoma, mas associada com Portugal, do que como está: um

---

<sup>27</sup> O governo português rejeitava reconhecer a independência das ilhas de Cabo Verde porque como não teve conflito armado logo, a independência deveria ser diferente, não poderia ser concedida de imediato. Na opinião de alguns pensadores cabo-verdeanos, Portugal procurava ganhar tempo para ver se conseguia “dobrar” os responsáveis do partido e de não lhes conceder totalmente a independência do arquipélago

país africano. Cabo Verde não é na África, trata-se de um arquipélago aberto a cruzamento das culturas africanas e do atlântico Sul...»<sup>28</sup>.

A independência de Cabo Verde ficou indefinida até finais de 1974. Os representantes do governo português e do PAIGC encontraram-se por diversas vezes durante aquele ano para acertarem o acordo de independência. Um último acordo viria a ser assinado em Lisboa a 19 de dezembro do referido ano. Nele, Portugal compromete-se a conceder a independência total àquele arquipélago num prazo de seis meses. Pela promulgação do decreto nº 754/74, foi nomeado um governo de transição, metade constituído por ministros nomeados pelo governo português e a outra nomeada pelo o PAIGC. Esse governo de transição ficou encarregado de criar as condições necessárias e a legislação para que se realizasse o recenseamento eleitoral nas ilhas com o objetivo de eleger uma assembleia constituinte que, num prazo de noventa dias, deveria aprovar uma constituição e declarar a independência do Estado de Cabo Verde.

Estivemos analisando o processo de independência política de Cabo Verde e não queremos fechar este ponto sem fazer menção a um ponto de extrema relevância, que é relativo ao impacto das guerras coloniais ocorridas na África na política e na sociedade portuguesa.

Wollacott (1983) defende a tese que as guerras coloniais na África portuguesa foram um dos primordiais motivos que levaram ao fim do regime fascista português e impulsionaram o processo de modernização política que teve início com a Revolução de Cravos em abril de 1975, e que inauguraram a democracia parlamentar em Portugal. O mesmo autor defende que foi a luta na Guiné o motivo principal e determinante da falência do regime português. Para Wollacott (1983 : 1131-1133), a Guiné Bissau, apesar de ser a colônia mais pobre, conseguiu ter uma força organizada e unida para lutar contra o exército português, enquanto em Angola, por exemplo, que era tida como a pérola do império, o movimento nacionalista era mais frágil devido a rivalidades, divisões internas e clivagens políticas bem fortes que acabaram por dar ao exército português maiores facilidades na guerra e menores números de perdas do que na Guerra da Guiné.

O governo português que vinha se fragilizando com as guerras na África as quais consumiam metade do seu orçamento anual, começou a enfraquecer ainda mais com as derrotas sofridas por seus exércitos na Guiné, e é por causa da guerra travada naquele país

---

<sup>28</sup> Mário Soares em entrevista a Maria João Avillez, do fundo da Revolução, O Público, Lisboa, Maio de 1994, citado por José Vicente Lopes, 1996, pg. 321.

que os militares portugueses vão se dividir em dois grupos divergentes. Uma ala dos militares era conservadora<sup>29</sup> e defendia a continuação do domínio português na África. A outra corrente era chamada de “radical democrática” e defendia o fim do domínio português na África. O último grupo tornou-se hegemônico e foi responsável pela Revolução de Abril.

### **2.3 – A eleição da Assembléia Constituinte e a institucionalização do Estado de Cabo Verde**

O acordo assinado em agosto de 1974 entre o governo português e o PAIGC reconheceu apenas a independência da Guiné. Sobre a emancipação política das ilhas de Cabo Verde ficou estabelecido que ainda era necessário negociar. O governo português relutava em reconhecer a independência daquele arquipélago, e esse impasse se devia ao fato de não ter ocorrido nenhum tipo de conflito armado naquelas ilhas e, segundo Mário Soares, “...o princípio da autodeterminação deveria ser integralmente respeitado [mas] deveria-se organizar uma consulta à população acerca do seu próprio destino [pois], onde não há luta armada [...] é necessário permitir a liberdade de expressão das populações para que elas possam livremente dizer o que desejam e se organizarem como quiserem...”<sup>30</sup>.

Existem outras explicações pela demora do governo português em reconhecer a independência de Cabo Verde. Para Cardoso (1993: 32), as dificuldades do governo português em reconhecer a independência das ilhas tinha a ver com uma certa relutância do governo Português em reconhecer o PAIGC como o único representante do povo de Cabo Verde. A intenção era estimular o aparecimento de outras forças políticas para que posteriormente, por meio de eleições democráticas, o povo pudesse escolher quem seria seu legítimo representante. De certa forma podemos interpretar esse impasse do governo português como uma tentativa de se evitar a legitimação de uma única força política, pois isso significava a legitimação de um tipo de regime não democrático.

Essa tendência de cair no monolitismo político começou a ser percebida nas negociações. Mário Soares chegou a firmar que, durante os encontros entre as autoridades portuguesas e os movimentos de libertação, percebeu-se que “...os movimentos nacionalistas estavam se endurecendo; não queriam somente o cessar-fogo, mas um

---

<sup>29</sup> Os militares conservadores segundo Wollacott, eram apoiados por grandes grupos monopolistas portugueses e por multinacionais do ocidente que tinham fortes interesses econômicos em Angola e Moçambique.

<sup>30</sup> Mário Soares, “Democratização e Descolonização: dez meses no governo provisório”, citado por Antonio Caldeira Marques, 1999 p. 92.

compromisso, da parte do governo português, de que, posteriormente seriam dadas somente a eles as garantias para a independência”<sup>31</sup>.

Apesar da preocupação do governo português, as autoridades portuguesas de certa forma acabaram por legitimar o regime político que foi instituído em Cabo Verde logo após a independência pois, no processo de reconhecimento da independência do arquipélago, os acordos foram celebrados exclusivamente pelo PAIGC.

O próprio governo de transição – que ficou encarregado de preparar as eleições da assembleia constituinte – foi metade constituído por ministros nomeado pelo governo português e metade por cabo-verdeanos nomeados pela direção do PAIGC. Dessa maneira, o governo português explicitamente estava reconhecendo a legitimidade somente daquele partido.

O Acordo da Independência, assinado em dezembro de 1974, criou um governo de transição que tinha a responsabilidade de preparar as condições para o recenseamento eleitoral de modo que até julho de 1975 fosse eleita uma assembleia com poderes constituintes e soberanos para que, num espaço de três meses, fosse elaborada a constituição e fosse declarada a independência do Estado de Cabo Verde.

Entre as regras para a eleição dessa assembleia constituinte, ficou estabelecido que a eleição seria proporcional e a lista mais votada seria a vencedora. Os emigrantes cabo-verdeanos participariam do sufrágio por meio do voto postal, e todo cabo-verdeano maior de 17 anos, completados até 31 de março de 1975, residentes em Cabo Verde e com capacidade eleitoral ativa, poderia se candidatar à Assembleia Nacional de Cabo Verde.

O número dos círculos eleitorais seria definido pelo governo de transição, e ficou decretado no ponto 3 do art. 35 do Decreto-Lei nº 203-A/75 que fora do território cabo-verdeano não haveria círculos eleitorais.

Ficou também estabelecido que “...os eleitores [não residentes] exercerão o seu direito de voto, sem direito de apresentação de candidatos, em relação às listas apresentadas pelo círculo eleitoral da sua naturalidade”. Ainda, para cada círculo eleitoral, um deputado seria eleito com a votação de 3000 eleitores inscritos “ou resto superior de 1500, com um mínimo de 2 deputados por círculo” (Art. 36 do Decreto-Lei 203-A/75).

---

<sup>31</sup> Citado por Lopes 1996:321.

**Tabela 1.1 - Resultado da Eleição da Assembléia Constituinte\***

Círculos	Inscritos	Votantes	Votos			Deputados Eleitos
			Positivos	%	Nulos	
Nossa. Senhora da Graça	14818	13257	12731	96.03	526	5
Nossa. Senhora da Luz / São Nicolau Tolentino	4492	4228	4106	97.11	122	2
Santíssimo Nome de Jesus / São João Batista	2372	2222	2149	96.71	73	2
Santa Catarina	12742	11105	10759	96.88	346	4
São Salvador do Mundo	3685	3362	3173	94.37	189	2
São Lourenço dos Órgãos / Santiago Maior	8403	7491	6923	92.41	568	3
Santo Amaro Abade	4599	3373	3207	95.07	166	2
São Miguel	5011	4247	3960	93.24	287	2
Nossa Senhora do Livramento / Nossa Senhora do Rosário	4343	3818	3637	95.25	181	2
Santo Crucifixo / São Pedro Apóstolo	4730	4340	4272	98.43	68	2
Santo Antônio das Pombas	3069	2650	2532	95.54	118	2
Santo André	1639	1356	1287	94.91	69	2
São João Batista	3784	3472	3217	92.65	255	2
Cidade do Mindelo	12699	10721	10409	97.08	312	4
Bela Vista	2651	2683	2635	98.21	48	2
Monte Sossego	3277	2931	2870	97.91	61	2
Nossa Senhora da Ajuda	3624	3315	3257	98.25	58	2
Nossa Senhora da Conceição / Santa Catarina	6244	5377	5230	97.26	147	2
São Lourenço	4442	3665	3485	95.08	180	2
Nossa Senhora do Rosário / Nossa Senhora da Lapa	5882	4947	4576	92.50	371	2
Nossa Senhora da Luz	1485	1320	1015	76.89	305	2
São João Batista / Nossa Senhora do Monte	3576	2000	1982	99.10	18	2
Nossa Senhora das Dores	2518	2256	2196	97.34	60	2
São João Batista / Santa Isabel	1639	1367	1227	89.75	140	2

Fonte: Boletim Oficial de Cabo Verde, Nº. 26, 4 de julho de 1975

\* Uma única lista disputou as eleições da assembléia constituinte, o PAICV.

Observamos nos dados acima que o percentual de votos positivos à única lista concorrente, no caso a lista do PAIGC, foram altíssimos. Mas, no nosso entender, esses resultados refletem simplesmente a conjuntura que o país vivia, que era o desejo da independência nacional. A luta pela libertação nacional ocorrida na Guiné e empreendida pelo PAIGC permitiu que se fizesse uma identificação desse partido com os anseios do povo cabo-verdeano, que desejava o fim do sistema colonial. Por isso defendemos a hipótese de que o voto no PAIGC, no auge da independência, é o mesmo voto que em 1990 elegeu um novo partido para governar Cabo Verde.

Em 1975, os cabo-verdeanos votaram pela independência, e por isso escolheram o PAIGC, porque esse partido simbolizava a luta pelo fim do regime colonial dada a luta



armada e diplomática que fez. A mesma coisa aconteceria no auge da mudança política. No auge da transição, os cabo-verdeanos votaram a favor da mudança política, por isso se justifica o voto no MPD (Movimento Para Democracia) que foi o único concorrente do PAIGC, pois aquele fora o único partido que conseguiu cumprir as exigências legais para disputar as eleições legislativas de janeiro de 1991. O povo cabo-verdeano votou pelo fim do sistema monopartidário pois era um sistema esgotado e porque a conjuntura internacional condenava a existência de regimes fechados que impediam o pluralismo político.

Então, nos dois casos, apesar de serem em tempos e contextos diferentes, os eleitores votaram por mudança. No primeiro caso, no auge da eleição da assembleia constituinte, o eleitorado votou pela independência e pelo fim do sistema colonial, ideais representados pelo PAIGC; no segundo caso, relativo ao processo de transição política que ocorreu em 1991, o eleitorado votou pelo fim do regime de partido único e pelo desejo de instituir em Cabo Verde um regime multipartidário. A diferença é que, no primeiro caso, só uma força política concorre para as cadeiras da assembleia. Todavia, acreditamos que mesmo que outros partidos disputassem estas eleições, as chances do PAIGC conseguir a maioria absoluta no legislativo seriam maiores que qualquer outro partido, pois existia uma identificação muito grande entre este partido e os anseios do povo cabo-verdeano, que eram pela independência política e o fim da colonização portuguesa.

## **Capítulo 3 – Da Segunda Transição: de um regime monopartidário a um regime multipartidário**

### **3.1 – As características do regime monopartidário em Cabo Verde**

Como vimos no capítulo anterior, o Estado cabo-verdeano que surge após a independência nasce já com características autoritárias. Este autoritarismo, consentido pelo governo português durante as negociações, ao entregar a soberania cabo-verdeana a um único partido – o PAIGC –, já fica explícito num comunicado publicado pelo Conselho Superior da Luta do PAIGC, no Boletim Oficial nº1 de 5 de julho de 1975. Nele, o partido deixa claro que a independência só foi possível devido a luta por ele desencadeada, e por isso se auto-proclama o guia do povo cabo-verdeano e a força dirigente da sociedade.

É a partir da LOPE – Lei Sobre a Organização Política do Estado–, publicada também em julho de 1975, que o regime cabo-verdeano pode ser caracterizado como um monopartidário. A LOPE passou a ser uma espécie de constituição definindo os órgãos de poder do Estado e a orgânica jurídico-política para a governança e a administração do país até que fosse votada e promulgada, pela assembleia constituinte, a Constituição do Estado de Cabo Verde. Em vários artigos da LOPE, percebemos o caráter autoritário do regime. Já em seu primeiro artigo está estabelecido que:

“Artigo 1º – A soberania do Povo de Cabo Verde é exercida no interesse das massas populares, as quais estão estreitamente ligadas ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que é a força política dirigente na nossa sociedade.”

Além disso, no Artigo 8º e no Artigo 13 fica estabelecido que competia à Assembleia Nacional eleger tanto o Presidente da República, que seria o chefe do Estado e o Comandante Supremo das Forças Armadas Revolucionárias do Povo, como também o Primeiro Ministro, que seria eleito pela Assembleia Nacional por proposta do Chefe de Estado.

No ato de investidura de suas funções pela Assembleia Nacional Popular, o Presidente da República e o Primeiro Ministro prestaram juramento se comprometendo a exercer seus cargos com fidelidade total aos objetivos do PAIGC. A independência do Poder Judiciário também ficou sujeita aos princípios do partido, no Item 2 do Artigo 20, que determinou que:

“Art. 20.....

2 – Só pode participar da composição dos tribunais aquele  
tiver provado a sua idoneidade para o exercício da função  
de julgar com fidelidade as conquistas revolucionárias do  
povo de Cabo Verde.”

As conquistas revolucionárias são, na verdade, as conquistas do Partido, mais  
especificamente a luta pela independência<sup>32</sup>.

Além das características autoritárias presentes na LOPE, o Estado de Cabo Verde  
já nasceu violando alguns princípios do Acordo de Independência assinado pelo governo  
português e pelos dirigentes do PAIGC. No Acordo, a LOPE seria uma lei de transição,  
todavia, nessa mesma Lei, em seu artigo 2º, fica estabelecido que seria escolhida uma  
comissão, presidida pelo presidente da Assembleia Nacional que, juntamente com mais  
seis deputados, submeteria à Assembleia, no prazo de noventa dias, um projeto de  
Constituição da República de Cabo Verde.

Esse prazo não foi cumprido e a LOPE ficou em vigor de julho de 1975 até  
setembro de 1980, quando foi aprovada a primeira Constituição de Cabo Verde. Em outras  
palavras, o prazo de três meses se prolongou por cinco anos. Para Marques (1999:97), essa  
violação foi grave porque “... [a] Lei sobre a organização política do Estado (LOPE), pelo  
próprio título não consubstanciava a Constituição Política exigida pelo Acordo. Tal  
significa que, mesmo antes da proclamação da independência política e com conivência do  
governo português, tanto o Acordo como a exigência técnico-jurídica de haver uma  
constituição antes de se publicar toda e qualquer lei ordinária (que, antes de mais e acima  
de tudo, tem de ser constitucional, logo conforme com a constituição) foram menos  
prezados... Por outras palavras o Estado soberano e independente de Cabo Verde nasceu  
com a violação do Acordo e com a publicação de leis cuja constitucionalidade não era  
possível aferir-se, sob o signo de uma dupla violação da legalidade.”

Pelo que já expomos até aqui, fica claro perceber que, no regime cabo-verdeano, o  
partido se identifica com o Estado e essa relação é imprescindível porque é ela que vai nos  
possibilitar entender as características do regime.

O regime monopartidário em Cabo Verde foi um regime com características  
totalitárias? Ou de características autoritárias? Este regime pode ser comparado com os  
outros regimes monopartidários que surgiram na África no período pós-independência?

Segundo Linz e Stepan (1999), um regime monopartidário pode assumir características autoritárias ou totalitárias. Para esses autores, um *regime autoritário* se define como “sistemas políticos com um pluralismo limitado e não responsável; sem uma ideologia complexa que os norteasse, mas com mentalidades bem características, sem mobilização política quer extensiva ou intensiva, exceto em alguns momentos de seu desenvolvimento, nos quais um líder, ou às vezes um pequeno grupo, exerce o poder dentro dos limites formalmente mal-definidos que, no entanto, são bastante previsíveis” (1999:57).

Os regimes com *características totalitárias*, contrariamente, têm ideologia unificada e forte que abarca o plano social, econômico e político e baseia-se num alto nível de mobilização das massas; tem uma forte liderança política que geralmente se assenta no carisma de um líder (1999:57).

Os regimes de partido único são, segundo Monoilescu, regimes onde um único “(...) partido político, dispondo sozinho de fato e de direito da liberdade de ação política num país, e constitui, desse modo, uma instituição fundamental do regime” (1988:15)<sup>33</sup>. Este tipo de regime surgiu na Europa no início do século XX como uma necessidade de suplantar o Estado Liberal. O objetivo era implantar um Estado forte e com um amplo poder popular.

Segundo Braga da Cruz (1988:17), é possível identificar três tipos de regimes de partido único: o Estado ético (v.g. a Itália de Mussolini); o Estado mundividência (v.g. o regime nazista de Hitler) e o Estado classe (v.g. a União Soviética de Lenine e Trotsky).

Apesar da diferença entre eles, é possível encontrar em todos um ponto em comum: o Estado adquire uma faceta partidária, “o Estado torna-se partido”. Bobbio, que usa as tipologias de Huntington e Linz, afirma que os regimes autoritários podem ser classificados em: 1) regimes autoritários sem partidos com baixo nível de mobilização social e desenvolvimento político; 2) regimes autoritários de partido único e; 3) regimes autoritários pluripartidários que permitem a existência de mais de um partido desde que estes concordem em não competir entre si, o que significa que acabam funcionando como

---

<sup>32</sup> Para além da sujeição da justiça aos princípios do partido, Cardoso (1993) afirma que o regime proibia também o exercício da advocacia privada.

<sup>33</sup> Mihail Monoilescu, “Le Parti Unique Institution Politique des Regimes Nouveaux”, Paris: Les Ouvres Françaises, 1936, pp 30-32, citado em Manuel Braga da Cruz, “O Partido e o Estado Salazarismo”, Lisboa; Ed. Presença 1988 p. 15.

um regime monopartidário (1993:100)<sup>34</sup>.

Apesar das características autoritárias adotadas pelo PAIGC<sup>35</sup> a partir de 1975, a primeira Constituição de Cabo Verde, aprovada em 5 de setembro de 1980, não estabeleceu o monopartidarismo como sistema político de Cabo Verde. Nessa primeira constituição, aprovou-se o direito ao pluralismo, como demonstra o artigo 4º a seguir:

“Artigo 4º .....

1 – É livre a constituição de partido políticos.

2 – Os partido políticos concorrem para a organização e expressão da vontade popular e do pluralismo político e constituem estrutura mediadora fundamental da participação dos cidadãos na vida pública.”

Nessa primeira constituição, no artigo 46, a independência do Poder Legislativo também é estabelecida:

“Artigo 46.....

A Assembléia Nacional Popular é o órgão legislativo supremo da República e a Assembléia representativa de todos os cabo-verdeanos. Ela decide sobre as questões fundamentais da política interna e externa do Estado.”

O ponto menos democrático dessa primeira constituição refere-se à forma de organização econômica a ser estabelecida em Cabo Verde. No artigo 11, apesar de ser reconhecida a propriedade privada, o Estado se estabelece como proprietário exclusivo dos bens naturais e dos serviços e, no artigo 12, estipula que a economia nacional deve reger-se com base nos princípios de direção e planificação estatal e com controle sobre o comércio externo.

A formalização do regime monopartidário, em termos constitucionais, só viria ocorrer com a primeira revisão constitucional ocorrida em fevereiro de 1981, ou seja, cinco meses depois de ter sido aprovada a Constituição.

---

<sup>34</sup> Para além desses, Bobbio, baseando nas tipologias de Juan Linz, afirma que é possível identificar sete modelos de regimes autoritários: 1) regimes autoritários burocrático-militares; 2) regimes autoritários de estatismo orgânico; 3) regimes autoritários de mobilização em países pós-democráticos; 4) regimes autoritários de mobilização pós-independência; 5) regimes autoritários pós-totalitários; 6) regimes de totalitarismo imperfeito; 7) regimes de democracia racial. (Bobbio, 1993:102).

<sup>35</sup> É importante fazer aqui um esclarecimento. O PAIGC tinha uma constituição binacional. Contudo, depois do golpe de Estado na Guiné Bissau em 1981 que depôs o presidente Luís Cabral, os integrantes cabo-verdeanos no partido, rompem com o princípio de unidade Guiné/Cabo Verde e o PAIGC transformou-se em PAICV –Partido africano da Independência de Cabo Verde, manteve-se os mesmos integrantes do partido e só houve uma revisão constitucional onde se aboliu todos os artigos referentes à unidade entre os dois países.

Nessa revisão constitucional foi dada uma nova redação ao artigo 4º que antes reconhecia o pluripartidarismo, mas que a partir de então passou a estabelecer o PAICV como a única força política dirigente da sociedade e do Estado e como único partido legítimo para estabelecer as diretrizes gerais do programa político, econômico, social e cultural do Estado. Além disso, houve também uma revisão do artigo 46 que dispunha sobre os poderes da Assembléia Nacional Popular, que passou a estar sujeita aos princípios estabelecidos pelo PAICV. É a partir daí que o Poder Legislativo torna-se um órgão de mero registro das diretrizes do partido único<sup>36</sup>.

A revisão também mudou a forma de eleição do Presidente da República e do Primeiro-Ministro, que é o chefe do governo. Na primeira versão da Constituição, através do artigo 64, estava estabelecido que o Presidente da República seria eleito por sufrágio universal, livre, direto, secreto e igual pelos eleitores recenseados no território nacional. Também, nessa mesma versão, o artigo 73 determina que o Primeiro Ministro seria nomeado pelo Presidente da República, uma vez ouvidos os partidos políticos representados no parlamento e levando-se em conta os resultados eleitorais.

Esses artigos passaram a ser diferentes com a revisão constitucional de 1981, a partir da qual tanto o Presidente da República como o Primeiro Ministro passaram a ser eleitos indiretamente pela Assembléia Nacional Popular. Isso significa que o partido controlava os poderes Executivo e Legislativo pois, como o artigo 4º estabeleceu o PAICV como única força dirigente do Estado, o Legislativo ficou submetido em sua totalidade por membros daquele partido, e seriam esses que elegeriam entre eles o Presidente da República e o Chefe de Governo para o Estado de Cabo Verde.

Essa revisão constitucional perpetuou e intensificou o controle do Estado sobre a economia que, por sua vez, continuou tendo como princípio básico a planificação, e a direção do Estado, todavia passando a ter uma abrangência em áreas que não foram mencionadas na primeira constituição. O Estado passou a ter exclusividade na criação e controle da produção industrial, os meios de informação e comunicação, os bancos, os seguros, as infra-estruturas e os meios fundamentais de transporte. O mais interessante é que mesmo com esta revisão constitucional onde fica explícito o fechamento do sistema político e o caráter monopartidário do regime, a Constituição preservou o artigo 3º que definia Cabo Verde como sendo um Estado de democracia nacional revolucionária

---

<sup>36</sup> Numa entrevista concedida a Lopes (1996:625) o Jurista e Político cabo-verdeano Jorge Carlos Fonseca caracteriza o regime cabo-verdeano como um exemplo de monolitismo extremo onde “(...) o partido decide, o parlamento ratifica e dá força legal às decisões do partido, o governo executa sob controle do partido.”

fundamentado na participação popular, mesmo sabendo que tal participação não existia na eleição dos poderes Executivo e Legislativo, e do Presidente da República.

No nosso entender, o regime monopartidário em Cabo Verde deve ser classificado como um regime com características autoritárias e não totalitárias como muitas vezes é classificado por alguns intelectuais cabo-verdeanos porque, baseando-nos nas tipologias usadas por Bobbio (1993), percebemos que o regime monopartidário do PAICV usou de meios tradicionais do poder coercitivo. O partido exercia o controle sobre o exército, a polícia, a burocracia e a magistratura e, excetuando-se esses pontos, não tinha uma grande capacidade de propaganda tampouco de penetração no tecido social como nos regimes com características totalitárias.

A preocupação do PAICV era limitar qualquer tipo de oposição, e para isso contava com os membros do partido e com a apatia política do povo. Segundo Hannah Arendt (1995:13), é importante diferenciar o grau de totalização ou dominação exercido dentro de um regime autoritário, feito por um partido e por um movimento. Nos regimes de ditadura de partido o objetivo é assumir o poder do Estado sem o destruir – o partido vê o Estado como o fim último – enquanto nos regimes de ditadura de movimento a intenção é acabar com o próprio Estado, pois o movimento se vê como independente e superior a ele.

Nos regimes autoritários de partido único o partido se integra no Estado, os órgãos do partido se transformam em órgãos do Estado e, como diz Braga da Cruz “o seu emblema é adaptado como símbolo do Estado, de uso obrigatório em toda a administração pública. [Existe] uma unidade institucional [entre o partido e o Estado]. De instituição meramente privada [o partido] passa a [instituição] de direito público” (1988:20). Assim foi em Cabo Verde: o partido se confundiu com o próprio Estado. Lopes (1999:40) diz que não só em Cabo Verde, como também em toda África lusófona e no continente africano de uma forma geral, o partido único representa o Estado, que por sua vez é visto como um instrumento a seu serviço; o próprio partido único se define como o fundador da nação e do Estado. Esta identificação entre partido/Estado fica clara não só no caráter monopartidário estabelecido na revisão constitucional de 1981, em Cabo Verde, como também no próprio programa do PAICV que diz o seguinte:

“O partido é o núcleo central dirigente, a primeira e principal instituição de poder político donde brotaram os demais; o Estado, instrumento privilegiado de que dispõe o partido para execução do seu programa econômico social,

cultural, de defesa e segurança, instituição que expressando a vontade popular, dispõe dos meios para a materializar através da lei...” (PAICV, 1983:12-13).

Essa interação entre partido/Estado nos sistemas monopartidários é inevitável pois, como afirma Raymond Aron, “quando um partido é único, e tem o monopólio da atividade política, o Estado está inseparavelmente ligado a ele. [...] Num regime de partido único, o Estado é *partisan*, inseparável do partido que tem o monopólio da atividade legítima”<sup>37</sup> (1988:16).

O domínio do PAICV, durante o regime monopartidário em Cabo Verde, se dá em todos os níveis. No plano econômico, vimos que há um controle rígido do Estado fazendo com que a economia seja centralizada e estatizada. Ao Estado, orientado pelo partido, cabia dirigir e orientar a economia que deveria privilegiar o setor cooperativo e um setor estatal de empresas públicas nos diversos serviços (PAICV, 1983:23). No plano social, o domínio do partido se dá a partir de organizações sociais criadas por ele e dele dependentes que serviam como canais de mobilização da sociedade e de recrutamento político. Criou-se assim a OMCV (Organização das Mulheres de Cabo Verde), a JAAC-CV (Juventude Amílcar Cabral de Cabo Verde), a OPAD-CV (Organização dos Pioneiros de Cabo Verde). Essas organizações dependiam inteiramente do partido e todo aquele que quisesse fazer parte deles tinha que passar por uma formação ideológica baseada nas orientações do partido.

Em Cabo Verde, assim como em toda a África, o Estado tornou-se o principal meio de mobilização e de ascensão social. Mas, como diz Flanary (1998), o Estado se transformou num instrumento negativo pois, em vez de agir para prover o bem estar da maioria, assumiu um caráter patrimonial e clientelista. Silveira (1992:15) diz que o PAICV apesar de se proclamar como partido do “povo”, na prática, se transformou num partido marcado por uma estrutura elitista onde só se beneficiava quem estava dentro da estrutura partidária. Como o Estado era visto como um instrumento ao serviço do partido, a administração burocrática em Cabo Verde assumiu uma feição extremamente politizada: só ascendia na carreira de servidor público quem demonstrasse total fidelidade e apoio ao partido. Segundo Cardoso (1993:53), esse domínio do partido na administração pública foi tão forte que foi até publicado um decreto-lei que obrigava os funcionários públicos a fazerem um juramento de fidelidade aos princípios do partido e, nos concursos públicos, exigia-se conhecimento do programa do PAICV.



Ainda no âmbito social, o partido controlava as organizações sindicais. Como bem afirma Correia e Silva (1997:51), a cultura política de repressão herdada do colonialismo impossibilitou a criação de uma cultura de reivindicação dos direitos trabalhistas e, por conta desta fragilidade, coube ao partido criar as organizações sindicais, significando que essa organização assumiu uma estrutura totalmente horizontal. Em 1975, foi criada a primeira organização sindical, denominada Grupo de Ação Sindical (GAS), pelo PAIGC. No terceiro congresso do partido foi criada a União dos Trabalhadores de Cabo Verde - Central Sindical (UNTC – CS), que dependia do partido o qual estipulava a agenda a ser seguida e era dirigida por seus representantes (Cardoso, 1993:227).

É por conta dessa estrutura horizontal que Furtado (1997:56-59) caracteriza a estrutura social cabo-verdeana como uma estrutura muito elitizada, pois tanto a organização social como a estrutura política são processos que sempre vêm de cima. E assim aconteceu com o processo de independência pois foi uma pequena burguesia que começou a questionar a colonização portuguesa e assume o Estado no período pós-independência. É a partir dessa burguesia que vão ser criadas estruturas sociais como as organizações supra-referidas e a organização sindical que resultam numa sociedade civil fraca e com pouca capacidade de mobilização autônoma.

O domínio do partido único em Cabo Verde também se deu em nível cultural e educacional pelos meios de comunicação social. Na educação, cabia ao partido delinear a política educacional do país de modo que introduziu-se nos manuais escolares do ensino básico textos com conteúdo ideológico do PAICV, o qual também controlava o processo de seleção de bolsas de estudo para o exterior (Cardoso, 1993:206). Na cultura, o partido estabeleceu censura aos filmes e criou uma instituição, o CIDC - Comissão de Investigação Cultural, pra realizar tal controle. Pela portaria nº 46/45 de 7 de junho de 1975 ficou estabelecido que:

“2 - Os empresários dos cinemas existentes no Estado de Cabo Verde ficarão obrigados a apresentar toda a documentação relativamente a filmes que pretendem projetar às delegações da Comissão de Investigação e Divulgação Cultural ou a seus delegados nas diferentes ilhas antes das projeções públicas e, se possível, no seu próprio interesse, antes da importação dos mesmos.

3 - Transitoriamente apenas serão exibidos publicamente os filmes que obtiverem parecer positivo da Comissão de

---

<sup>37</sup> Citado por Braga da Cruz (1988) extraído da obra de Raymond Aron, “Democracie et Totalitarisme”, Paris, Ed. Gallimard, 1965.

Investigação e Divulgação Cultural, não podendo ainda, provisoriamente, serem exibidos publicamente os filmes de artes marciais, vulgarmente designados de caratê, bem como os que fazem apologia da pornografia.”

Os meios de comunicação social, por serem estatais, estavam totalmente subordinados ao partido que fazia uso deles para difundir sua política e ideologia. Serviam exclusivamente ao partido, eram tutelados diretamente pelos membros do governo (Cardoso 1993:202). As críticas que surgiam ao partido eram feitas por cartas, panfletos e folhetos que eram distribuídos clandestinamente. Existia um único canal de informação que fazia críticas ao governo: o Jornal Terra Nova, que pertencia aos frades franciscanos e que, muitas vezes, serviu de espaço contestação ao regime.

Não havia possibilidade de se fazer contestação política porque o regime criou mecanismos eficazes de repressão. No seu relato sobre a tortura em Cabo Verde, Silveira (1992) expõe casos de tortura sofridos por “possíveis” opositores do regime e caracteriza o regime de partido único em Cabo Verde como um regime que cometeu violações gravíssimas aos princípios de legalidade, da justiça e dos direitos humanos.

Apesar da Constituição reconhecer a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, de garantir o direito à integridade física e moral, de proibir a tortura e garantir o direito à inviolabilidade do domicílio e da correspondência, na prática, o regime agia atropelando esses direitos, utilizando-se de práticas autoritárias como repressão, prisões ilegais, perseguições políticas e tortura para ameaçar quaisquer tentativas de oposição. Como o partido usava o Estado como instrumento, ele controlava a polícia de ordem pública e as forças armadas e usava-os como instrumento de coação. O partido chegou até a criar uma polícia secreta que, segundo Cardoso (1993), era treinada na RDA, Romênia, Cuba e URSS, e tinha por missão descobrir os possíveis opositores do regime, punindo-os, depois, por meios arbitrários.

Apesar do caráter autoritário e repressivo do regime nominado pelo partido, o nível de fechamento do sistema político foi muito mais moderado em Cabo Verde do que no restante dos países africanos. A violação dos direitos humanos, a tortura e a repressão foram muito mais intensas nos outros países africanos e, em muitos deles, além da repressão, a população vivia, em certos casos, em situações de guerra civil onde grupos diferentes disputam o controle do Estado, como era o caso de Angola e Moçambique. Cohen (1991:114) afirma que os regimes monopartidários em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe foram dos mais moderados, talvez por suas peculiaridades étnicas e culturais, e

que mesmo sendo repressivos possibilitaram que pequenas contestações fossem feitas. Correia e Silva (1997:45) igualmente argumentam que, mesmo com domínio do partido no plano político, social e cultural, apareceram em Cabo Verde organizações sem qualquer vínculo com o partido, como é o caso do Instituto de Previdência e Assistência Judiciária (IPAJ), algumas associações comerciais e até a própria igreja católica.

Além da diferença quanto ao nível de repressão, que foi bem menor em relação aos demais regimes monopartidários do continente africano, o regime cabo-verdeano se diferencia deles na justificação de sua própria legitimidade. No período pós-independência, o monopartidarismo é justificado como uma necessidade para garantir a unidade nacional, a coesão social e o desenvolvimento econômico (Nzouankeu, 1991:397-398). O partido único era a única maneira de se construir um Estado Moderno, pois só o monolitismo político poderia reduzir as possíveis tensões sociais que poderiam explodir por causa da multiplicidade étnica e religiosa, uniformizando, por meio de uma única força política, as diferenças étnicas. Contudo, como afirma Silveira (1992:14), o monopartidarismo na África se justifica porque um único grupo queria assumir o controle do Estado e as vantagens advindas deste. O monolitismo político encontra “a sua razão de ser na luta de libertação nacional, único contexto em que ele surge muitas vezes como condição indispensável na luta contra o colonizador. Assim, se compreende que a luta pela independência na África tenha sido, na maioria dos casos, o prelúdio para o controle do Estado pelos partidos ou movimentos políticos no período pós-independência” (1992:14). A preocupação desses partidos era impedir que surgissem outras organizações políticas disputando o direito de controlar a máquina estatal.

Em Cabo Verde, o argumento da uniformidade étnica não fazia sentido visto que naquele país, desde o processo de colonização, se constituiu uma estrutura étnico-cultural homogênea, baseada na miscigenação dos portugueses com escravos vindos da costa africana, e desta mistura nasceu o cabo-verdeano, com suas próprias características raciais, culturais e religiosas. Em Cabo Verde, o regime monopartidário foi justificado pela legitimidade histórica. Ou seja, devido à luta pela independência, o PAICV se autointitulou o responsável pela unidade nacional e salvador na nação cabo-verdeana (Silveira,1992).

Segundo Correia e Silva (1997:20), o PAICV se julgava o criador do Estado de Cabo Verde e, por causa disso, competia exclusivamente a ele governar o país. Para esse autor, a própria conjuntura internacional ajudou a legitimar este tipo de regime. A

comunidade internacional concordava que cabia aos movimentos que lideraram o processo da independência o direito de assumir o poder do Estado. Em Cabo Verde, a ONU e a OUA reconheceram exclusivamente ao PAIGC a legitimidade de governar país recém-independente. A independência política foi usada pelo PAICV como a justificativa necessária para serem os representantes legítimos dos cabo-verdeanos .

Os anos que seguiram a independência na África demonstram, segundo Nzouankeu (1991), que os regimes de partido único naquele continente faliram em seu objetivo maior, que era a unidade nacional. Na verdade, esse tipo de regime provou ser, segundo ele, o principal obstáculo à unidade nacional porque o monolitismo impôs aos africanos um modelo que reprimia sua diversidade cultural e étnica e, por conta disso, só fez aumentar e consolidar o tribalismo e a violência. O poder do Estado passa a ser visto como condição de ascensão social e de dominação entre as diferentes etnias, o interesse da nação é substituído pelo interesse da tribo. Por isso, como diz Flanary (1998), o Estado é usado como instrumento para favorecer e beneficiar um grupo específico que controlava os recursos públicos e, em razão disso, as relações políticas baseavam-se no clientelismo e no nepotismo, aumentando ainda mais as diferenças sociais na África.

### **3.2 - Os sinais de crise e as possíveis causas da falência do regime monopartidário**

No capítulo referente ao processo da independência política em Cabo Verde foi dito que não existia uma uniformidade ideológica dentro do PAIGC – partido responsável pela luta de libertação nacional. É devido à inexistência de consenso a nível ideológico que o regime monopartidário vai encontrar suas fraquezas e, no nosso entender, uma das principais causas da sua falência. Como demonstramos no capítulo referente, o objetivo maior dos cabo-verdeanos na constituição do partido era conseguir a independência de Cabo Verde e da Guiné-Bissau. Naquela altura não interessavam as divergências ideológicas que existiam no grupo, e essas foram encobertas em nome da libertação nacional.

Nos primeiros quatro anos do regime monopartidário não há sinais de nenhum conflito interno. É a partir de 1979 que o partido vai sofrer uma crise interna que abalou o regime e serviu para provar que o nível de consenso dentro do regime era baixo. Para Cardoso (1993:77-86), a crise do partido em 1979, foi uma exacerbação dos conflitos que existiam internamente, pois existiam divergências ideológicas e, dentro do partido, alguns dos seus integrantes eram favoráveis ao pluralismo. Os favoráveis à institucionalização de um regime político mais aberto chocavam com a ala conservadora e hierarquicamente

melhor posicionada na direção do partido e, conseqüentemente, na direção do Estado. A crise dos “Trotskistas” como foi chamada a crise de 1979, resultou na demissão de dois ministros e no afastamento de possíveis “liberais” de cargos influentes (1993:77 - 86). O interior do partido transformou-se num potencial para conflitos internos, os mecanismos de seleção para os cargos de direção do partido eram autoritários e não se faziam as eleições dos cargos dirigentes. Esses seguiam, segundo Cardoso (1993), uma hierarquia dividida nos que participaram da luta armada e nos que não participaram. Assim, aos primeiros, chamados de “históricos”, cabia o direito de assumir os mais altos cargos dentro do partido e dentro do Estado, independentemente da competência. Aos outros integrantes cabia aceitar e respeitar essa hierarquia e seguir as orientações da cúpula do partido. Como diz Furtado, “os dirigentes das estruturas e órgãos do Estado e do governo foram recrutados preferencialmente entre os militantes do PAICV, sendo que as posições dominantes estavam diretamente relacionadas com as posições ocupadas na estrutura partidária [...] o grupo constituído pelos oriundos da luta armada acabou por se impor sua hegemonia, tanto em âmbito partidário quanto no governo. Assim, com a independência, os cargos-chaves em âmbito ministerial ficam nas mãos dos chamados “históricos” ou “combatentes”, da mesma forma como em dois outros órgãos de soberania, a saber: a Assembléia Nacional e a Presidência da República” (1997:139).

O caráter fechado do regime e sua fraca capacidade de permitir uma circulação da sua classe dirigente constituíram-se nos principais motivos de sua desestabilização. A ausência de uma mobilidade social no seu seio e a impossibilidade de existir concorrência partidária fragilizou o regime cabo-verdeano de partido único e o transformou num potencial de conflitos pois as divergências ideológicas que existiam em seu seio não podiam culminar na criação de um outro partido político porque estes eram proibidos, então o que se tem é a convivência dentro do mesmo partido de idéias diferentes e contrárias por não haver alternativas legais para formalizar essas tensões. O grande problema do regime monopartidário em Cabo Verde encontra-se, no nosso entender, no fato do partido não ter criado meios de substituição da sua liderança, mantendo-se fiel a uma hierarquia conservadora baseada em argumentos históricos, além de não ter permitido uma renovação na direção, mesmo que isso fosse de forma limitada.

A legitimidade do partido, fundamentada na conquista da independência, chegou a um ponto que não se adequava mais e, com o passar dos anos, como não foram criadas alternativas para manter esta legitimidade, o regime foi começando a dar sinais de esgotamento e de diminuição de legitimidade. A ausência de subsistemas políticos e de

uma participação popular, ainda que de fachada, deu ao regime monopartidário características extremamente conservadoras e baseadas exclusivamente na ordem hierárquica que o constituía. A ausência de mecanismos, sejam eles legítimos ou de fachada, para a renovação da classe dirigente contribuiu para isolar o PAICV da população, e mesmo os esforços empreendidos pelo partido, com vistas a criar uma “democracia participativa” através de organizações sociais – cujos objetivos eram que população participasse das orientações políticas do partido – não tiveram resultados positivos, visto que tais organizações não dispunham de condições legais e materiais para agir com autonomia (Cohen, 1991).

Em finais de 1985, os dirigentes do regime começam a fazer pequenas mudanças, o que de certa forma já era uma demonstração de que o sistema político não ia bem e que, para a conservação do mesmo, algumas reformas eram imprescindíveis. Assim, para as eleições legislativas, que até então competiam exclusivamente à Assembleia Nacional Popular, o partido introduziu uma novidade: os candidatos deveriam ser apresentados às populações das ilhas, que deveriam discutir suas qualidades para depois votarem<sup>38</sup>. Ainda, segundo Cohen (1991), o partido chegou a propor que houvesse um número maior de candidatos, sem se levar em conta os assentos disponíveis na Assembleia e, por isso, abriu-se a oportunidade de candidatos independentes integrarem a lista única do partido. Contudo, a ala conservadora do partido barrou a idéia de candidatos independentes e um único candidato independente foi eleito. Mas, para o autor que aqui citamos, as eleições de 1985 podem ser entendidas como uma demonstração da decomposição do regime monopartidário uma vez que a taxa de abstenção foi muito alta.

Todo esse esforço do partido em tentar se aproximar das populações tinha por objetivo o fortalecimento do regime. A percepção do vazio que se criou entre o partido e a sociedade, pelos dirigentes políticos, levou, segundo Silva (1997:2), à medidas de liberação que ele designa de “descompressão gradual”, que tinha por objetivo ampliar as bases sociais do partido mas que, contudo, vão culminar na abertura política e na falência do regime monopartidário.

O maior sinal da falência do regime se deu no plano econômico, e para muitos foi em resultado desse fracasso que se criaram as possibilidades para abertura do regime político em Cabo Verde. Mas, como Linz e Stepan (1999), acreditamos serem esses

---

<sup>38</sup> Segundo Cohen A intenção do partido era tornar o sistema mais competitivo e por isso resolveram adotar um estilo de eleição de base populista semelhante ao que era usado pela Frelimo em Moçambique para dar um aspecto democrático ao mesmo.

fatores importantes, contudo não são determinantes para a mudança política. A estrutura econômica em Cabo Verde sempre foi frágil e bastante insular. As condições agrícolas são ruins por causa das condições naturais, pois existe uma percentagem insuficiente de terras cultiváveis e as condições climáticas são desfavoráveis pois chove muito pouco.

Além disso, não foram criadas condições para o desenvolvimento da indústria, que também é muito incipiente e com bases frágeis, e por conta disso a economia cabo-verdeana assumiu uma faceta totalmente dependente do exterior, que graças a doações, quer a nível financeiro, quer a nível alimentar, permitiu a sobrevivência do arquipélago.

As más condições da economia foram intensificadas pelo modelo de desenvolvimento adotado pelo regime monopartidário. Durante os quinze anos de partido único optou-se por um modelo de desenvolvimento baseado na economia planificada e totalmente dependente do Estado. Naquele período, colocaram-se de lado as possibilidades de desenvolvimento do setor privado e de atividades voltadas para exportação. Criou-se, assim, uma estrutura econômica fortemente subordinada ao Estado que detinha o controle de exploração de todas as atividades econômicas e das regras do mercado. A presença forte do Estado se dá em todos os setores através de empresas públicas por ele criadas ou então por empresas mistas, mas cabendo a maior parte das ações ao Estado. Esse modelo econômico impossibilitou o desenvolvimento de um setor privado e tornou a economia cabo-verdeana totalmente subordinada ao Estado.

A fragilidade do setor privado levou a um “inchamento” do setor público, o que constitucionalmente dificultava o investimento externo e privado no país. A economia, em finais de 1985, já dava sinais de estagnação e de falência, e a partir daí os dirigentes do partido começam a perceber que o modelo de economia planificada perpetuou negativamente as condições econômicas do país, que já eram naturalmente frágeis.

Os resultados dos quinze anos de economia planificada foram o aumento considerável da dívida externa e interna, saldo negativo de muitas empresas públicas e a pouca capacidade produtiva. Um outro fator que contribuiu para piorar este cenário foi a redução da ajuda pública ao desenvolvimento, feita pelos países doadores. Naquele momento, o governo conscientizou-se de que as deficiências estruturais foram agravadas pela política econômica adotada pelo partido, a qual impossibilitou o desenvolvimento de um setor privado e de um sistema econômico baseado na concorrência (Cabo Verde, 1997).

Para tentar mudar este cenário de estagnação econômica, o governo iniciou um processo de liberalização em 1988. Para isso, fez-se uma revisão constitucional alterando-se a legislação vigente para que fossem criadas as condições legais para se ter uma economia aberta. Na revisão constitucional foram introduzidas leis que permitiam o investimento externo e privado, e também se retirou a exclusividade do Estado no controle de setores-chaves da economia.

Correia e Silva (1997:3) defende a tese de que, com essa abertura econômica, as pressões contra o regime aumentaram e, a partir daí, se criaram as condições para abolir o monopólio do poder<sup>39</sup>. Ele e outros pensadores cabo-verdeanos acreditam que a liberalização econômica foi responsável pela liberalização política. Ele diz que, em Cabo Verde:

“As medidas liberalizantes [na economia] provocaram a expansão das expectativas da sociedade civil que, longe de se mostrar satisfeita com elas, exigirá sempre mais. Por conseguinte, o processo apresenta, durante todo o seu transcurso, uma dinâmica desequilibrante (...) Para dotar o país de viabilidade econômica, o regime abre brechas nos seus fundamentos doutrinários. O governo aceita que o Estado perca certos monopólios, se ponha fim ao sistema de controle de preços de bens e serviços essenciais e que fomenta o aparecimento de empresas privadas, etc. É que para realizar os objetivos centrais proclamados pela ideologia do regime (o combate ao desemprego, a distribuição socialmente ampla de rendimento e ainda a diminuição das desigualdades sociais), o governo vê-se obrigado a ceder em vários aspectos... a partir de um determinado momento as reformas econômicas impelem o governo a tomar medidas que burlam com aspectos sobre os quais assenta a legitimação do regime.” (Correia e Silva, 1997:3-4).

No nosso entender, essa liberalização econômica foi importante, mas não determinante, para a falência do regime. Acreditamos que houve uma combinação de fatores políticos e econômicos que vão culminar na falência do regime de partido único e na abertura política que conduziu à transição para democracia. No último ponto do Capítulo 3, onde trataremos da abertura política, vamos tentar apresentar os fatores que motivaram a transição.

---

<sup>39</sup> Muitos analistas políticos tendem a atribuir e justificar os processos de transição na África como resultados de fatores econômicos e da pressão que passaram a sofrer nos finais de 80 para mudar o sistema econômico. A pressão levou à expansão das forças sociais e políticas que acabou por culminar nos processos de abertura.



### **3.3 – A abertura política e o significado das primeiras eleições livres e diretas**

A liberalização econômica iniciada em 1988 não foi seguida imediatamente de uma liberalização política. Esta só viria a ocorrer em finais de 1990, e culminaria na transição política do regime monopartidário para o multipartidário. Em 1988, quando se fez a abertura econômica, poderia ter sido feito também a abertura política, e talvez o PAICV poderia ter conseguido um desempenho eleitoral melhor do que o ocorrido dois anos depois. Existiam, dentro do partido, forças favoráveis à abertura política. Quando se fez a abertura econômica efetivamente, o ex-Ministro do Planeamento admitiu que eles deveriam “ter feito a abertura logo após o II Congresso em 1988. Perdemos dois anos em hesitações e quando fomos para a abertura já era tarde. Entre nós, havia aqueles que defendiam mudança dentro do regime e aqueles que não viam nada, e muito menos a necessidade de mudar, sob pretexto de que não havia manifestações de rua” (Lopes, 1996:688). Mesmo existindo uma ala vanguardista, dentro do regime, a favor de abertura, a liberalização política foi adiada porque, no nosso entender, os conservadores não consideravam o grupo que era a favor da abertura como ameaça; e como em Cabo Verde não existia um protesto visível e aparente da população, não se fazia necessário fazer alterações no sistema político. O grande erro cometido pelo PAICV tem a ver com o fato de – como afirma Mainwaring e Share (1986) – se interpretar o silêncio como sinal de aprovação ao regime. Na verdade, o silêncio existia porque não havia meios legais e institucionalizados para a resolução dos conflitos e das divergências ideológicas.

A decisão de se fazer a abertura política partiu de cima. Segundo Pires (2000), que em 1990 era o Primeiro-Ministro e o responsável pelo partido no poder, a decisão de se fazer a transição veio do partido, e foi tomada porque os dirigentes do partido ficaram preocupados com as mudanças que ocorriam no Leste Europeu e com os níveis de violência contra os regimes monopartidários que vinha ocorrendo na África. Esse mesmo político nos afirmou que o partido fez um balanço da independência e percebeu que fracassou na ligação entre poder e sociedade. Existia uma falta de controle da sociedade sobre o poder, uma falta de circulação da elite dirigente, que mais tarde poderia por uma causa à própria existência do partido. Em Cabo Verde, o papel do cenário externo foi imperativo para a mudança. O país sempre foi muito dependente do exterior e, como vimos no capítulo referencial teórico, os países africanos foram muito influenciados pelos doadores para fazerem suas aberturas políticas. Desde de finais da década de 80, existia no continente uma forte pressão para que o multipartidarismo e as eleições diretas fossem adotadas como condição de se continuar a ter ajuda ao desenvolvimento. Pires (2000) diz

que, apesar da dependência do Estado de Cabo Verde à ajuda externa, não houve, por parte de qualquer país doador, a exigência de que fizessem a abertura. Ele justifica isso pelo fato de Cabo Verde não ter níveis altos de corrupção, de ter bons indicadores sociais em relação aos países africanos e de não tido um regime com fortes violações aos direitos humanos, como acontecia em outros países africanos. O papel das forças externas foi imperativo porque teve um efeito “contágio” sobre os dirigentes cabo-verdeanos. As transformações que vinham ocorrendo na África e no Leste Europeu fez com que o partido antecipasse as possíveis reivindicações populares a favor da abertura. Em Cabo Verde – diferentemente de outros países africanos como Benin e Costa do Marfim, por exemplo, que tiveram fortes protestos populares, greves gerais e um considerável nível de violência – a sociedade civil não se manifestou. Cohen (1991:145) afirma que houve apenas algumas manifestações em finais de 80, feitas por estudantes, mas que foram moderadamente reprimidas. Nossa hipótese é que a transição política em Cabo Verde foi um processo que partiu da direção do partido único sem qualquer influência social que os impedisse a tal, e sem nenhuma pressão externa concreta para fazer a transição. Foi uma decisão do partido mas que assumiu um rumo diferente quando o partido de oposição (MPD) apareceu e demonstrou ter um forte poder de organização e de barganha, a ponto de conseguir neutralizar as intenções do PAICV.

Em fevereiro de 1990, o Conselho Nacional do PAICV declarou a intenção de fazer a mudança do regime para um sistema multipartidário. Para isso afirmou que aceitaria que outras associações políticas pudessem disputar as eleições legislativas e autárquicas, que deveriam ocorrer no final do referido ano. Neste período, Cohen (1991) afirma que já existiam rumores da formação de um novo partido político, e em março do mesmo ano surgiu o Movimento para Democracia (MPD), que fez uma declaração política e reivindicou eleições livres, liberdade sindical, o direito à greve, a separação entre os poderes, e outros (1991:145). Quando surgiu o MPD, o governo ainda nem tinha legalizado o direito de constituição de partidos políticos. Em julho de 1990, quando se realizou o IV Congresso Extraordinário do PAICV, os dirigentes do partido viram que mudança política era inevitável porque, segundo eles, para se prosseguir com o desenvolvimento de Cabo Verde, a democracia precisava se transformar numa meta, e o sistema político em Cabo Verde precisava ser aperfeiçoado e alargado para que também pudesse acompanhar as mudanças que ocorriam no plano internacional. Decidiram que a Assembleia Nacional Popular deveria ser convocada para que fosse votada a “Lei dos Partidos Políticos” (PAICV, 1990:3).

A abertura política foi formalmente institucionalizada em setembro de 1990, quando a Assembleia Nacional Popular (ANP), na convocação extraordinária, removeu o Artigo 4º que reconhecia o PAICV como única força política dirigente. Essa assembleia instituiu a lei do regime jurídico dos partidos políticos, a lei eleitoral para a ANP e para Presidente da República, a lei que reconhece o direito de antena e de resposta aos partidos, entre outras. Assim, constitucionalmente, formalizou-se o direito de existência dos partidos políticos e as condições legais para ter separação entre os poderes legislativo e executivo.

A demora em se formalizar constitucionalmente o direito à constituição de partidos políticos da parte do então partido no poder – o PAICV, tem no nosso entender razões claramente casuísticas, para que este partido aumentasse suas chances de se manter no controle do governo. A lei dos partidos políticos poderia ter sido aprovado perfeitamente em fevereiro de 1990, quando o partido admitiu que listas de cidadãos poderiam competir com a lista do PAICV. Essa intenção, contudo, de admitir concorrentes, não foi seguida de uma formalização legal. Aliás, o fato de falarem em listas de cidadãos já nos faz pensar se o que queriam mesmo era evitar a formação de outras forças políticas. Admitir a concorrência de listas de cidadãos era admitir candidaturas independentes e, talvez, sem uma organização partidária, o que poderia significar maiores dificuldades para se concorrer com os candidatos da lista do PAICV, que tinham toda uma estrutura partidária como apoio.

Uma das nossas hipóteses sustenta que esse atraso em formalizar constitucionalmente a existência de partidos acabou por afetar o sistema político cabo-verdeano. No nosso entender, se a legalização dos partidos tivesse ocorrido em fevereiro de 1990, outras forças políticas teriam surgido para disputar as eleições no final do mesmo ano. Não só poderiam ter surgido novas forças políticas, como também partidos políticos com lideranças nas comunidades cabo-verdeanas da emigração, residentes no exterior, teriam condições de apresentar suas candidaturas e, com certeza, o cenário político, hoje, seria outro. Acreditamos que tal atraso afetou muito o sistema político cabo-verdeano, que passou a ter um aspecto totalmente bipartidário. O surgimento da oposição em Cabo Verde influenciou muito a dinâmica da transição. Como falamos no capítulo do referencial teórico, a oposição impediu que a transição cabo-verdeana fosse exclusivamente uma transição “transada” e controlada exclusivamente pela elite no poder. Em Cabo Verde, a oposição não teve um papel secundário na transição, como nos casos do Brasil e da Espanha estudados por Share e Mainwaring (1986). Apesar das intenções

casuísticas, a elite no poder perdeu o controle durante as negociações com a oposição, que mostrou ter um forte poder de barganha não aceitando as limitações que o regime autoritário pretendia impor. Isso prova que, apesar de incipiente, a oposição teve força suficiente para impor suas condições.

Da intenção de se fazer a abertura pronunciada em fevereiro de 1990, à concretização constitucional para tal fim, decorreram seis meses. Feita a revisão constitucional em setembro e criadas as condições legais para o multipartidarismo, o PAICV estabeleceu um calendário que determinava a realização das eleições presidenciais para finais de novembro de 1990 e as eleições legislativas para fevereiro de 1991. Para Cardoso (1993), o curto espaço de tempo entre a formalização da oposição e a data prevista pelo partido para as eleições é prova das intenções do partido autoritário de dificultar o aparecimento de novas forças, mantendo-se no controle do Estado, uma vez que só eles tinham uma organização estruturada que lhes possibilitava preparar para as campanhas eleitorais que estavam prestes a iniciar. Esse mesmo autor afirma que, a intenção ao se realizar primeiramente as eleições presidenciais era a de manipular o processo político. Segundo Cardoso, se fossem realizadas as eleições presidenciais antes das legislativas, as chances do PAICV eleger um candidato seriam maiores, e a intenção do partido era conseguir eleger um presidente da República, fazer uma revisão constitucional em janeiro de 1991 dando amplos poderes ao Presidente, e depois marcar as eleições legislativas (1993:254-255). Ele afirma que, caso elegessem um Presidente, a intenção do partido era adotar um sistema semi-presidencialista.

A oposição, constituída pelo MPD – que fez sua aparição política em março de 1990 mas que só foi legalizada em novembro do mesmo ano –, foi totalmente contra o calendário determinado pelo PAICV, e acusou o então governo de querer manipular a seu proveito o processo de mudança política. O partido da oposição “pensava que não se devia eleger um Presidente sem se definir concretamente as suas funções, o que só deveria ser feito no âmbito de uma nova constituição” (Cardoso, 1993:254). Por isso, a oposição defendeu que primeiro deveriam ser realizadas as eleições legislativas, e só depois as presidenciais, e exigiu que houvesse observadores internacionais para fiscalizar essas primeiras eleições. Alguns membros do PAICV, inicialmente, não viam como necessária a presença de observadores internacionais porque, segundo eles, Cabo Verde sempre teve uma administração transparente, e a presença de observadores poderia significar que o país não tinha credibilidade.

Durante as negociações, a oposição conseguiu que o partido no poder aceitasse a presença de observadores internacionais e que as eleições legislativas precedessem as presidenciais. Aprovada a Lei dos Partidos Políticos na revisão constitucional de setembro, o regime autoritário no poder marcou as eleições legislativas para janeiro de 1991 e o início da campanha eleitoral para dezembro de 1990. Para a legalização dos partidos políticos, exigia-se que cada um possuísse, pelo menos, 500 pessoas inscritas, sendo estas maiores de 18 anos e no exercício efetivo dos seus direitos políticos e civis. Essa exigência, num curto espaço de tempo, impossibilitou que partidos já existentes mas com liderança no exterior competissem nas primeiras eleições democráticas, porque não conseguiram se legalizar (Ramos, 1999).

A campanha eleitoral para estas primeiras eleições democráticas realizou-se entre 4 de dezembro de 1990 até o dia 1 de janeiro de 1991. Analisando os discursos utilizados tanto pelo partido até então no poder quanto pela oposição recém-constituída, percebemos a imaturidade política das duas formações, resultado da falta de experiência de debate político e fruto, no nosso entender, da cultura de atraso político e do autoritarismo. Após o reconhecimento legal do multipartidarismo, mesmo essas duas forças tendo discutido e acordado da necessidade de fazerem a campanha baseando-se num código de conduta ética (Cardoso, 1993:253), na prática, as duas forças políticas não mostraram ter nenhuma consideração pela postura ética. Em vez de discutirem programas e projetos para o país, percebe-se nesses discursos a troca de insultos e de acusações de ambas as partes, o que só comprova que a ausência de uma tradição democrática e de respeito à diversidade de idéias privou a sociedade cabo-verdeana de começar o seu processo democrático dentro de um ambiente de civilidade e de alto nível de debates no jogo político.

Monga (1997:167-168) diz que os períodos de campanha política durante a transição na África são ótimos para se demonstrar a fragilidade política daqueles países. Para esse autor, a falta de uma postura ética dos candidatos durante as eleições só prova que os políticos estavam mais interessados em controlar o Estado e os benefícios propiciados por ele, utilizando-se, para tal fim, de meios baixos. Não se percebe nos candidatos uma postura de debate do programa político e de uma proposta para a sociedade, o que significa que continuam a desrespeitar e a usar os eleitores para interesses de grupo.

Para as primeiras eleições livres e democráticas, o território nacional foi dividido em 20 círculos eleitorais, e a grande novidade para o sistema eleitoral cabo-verdeano foi a

introdução dos círculos eleitorais no estrangeiro. Esta introdução de três novos círculos eleitorais – África, América, Europa e o resto do mundo – está intimamente ligada ao fato de existir uma grande comunidade cabo-verdeana emigrada nestes três continentes e à importância, principalmente econômica, dessa comunidade para Cabo Verde. A fragilidade econômica desse país condicionou, e continua condicionando, a emigração de muitos cabo-verdeanos para o exterior, e eles têm um papel importante para o país, pois a remessa em dinheiro que eles enviam aos familiares que ficaram em Cabo Verde constitui mais da metade do Produto Interno Bruto do país. No total, nessas primeiras eleições, existiam 28 círculos eleitorais para eleger 79 deputados à Assembleia Nacional.

O grande vencedor destas primeiras eleições foi o partido da oposição, o MPD. E por esse resultado, que podemos verificar na tabela abaixo, sustentamos a hipótese de que o voto no MPD foi um voto “mudança” um voto “protesto” dos cabo-verdeanos ao monopartidarismo. Esse voto não tem, no nosso entender, nenhum significado ideológico; ele é apenas um desejo de mudança imbuída em todos os cabo-verdeanos, e a prova do desgaste do regime monopartidário.

**Tabela 3.1 - Resultado das primeiras eleições legislativas de 13 de janeiro de 1991**

Círculos Eleitorais	Eleitores Inscritos	Nº de votantes	Deputados a eleger	Votos (em %)*			
				MPD	PAICV	Branco	Nulos
Boa Vista	1.897	1.689	2	31,3	65,8	0,4	2,5
Brava	3.000	2.489	2	49,9	45,0	0,1	5,0
Maio	2.334	1.876	2	40,6	54,3	1,6	3,5
Sal	4.380	3.076	2	52,4	43,7	0,9	3,0
Nossa Senhora da Ajuda	4.033	3.694	2	29,6	67,9	0,4	2,1
Nossa Sra. da Conceição	6.916	5.857	3	36,9	59,6	0,2	3,3
São Lourenço	3.925	3.217	2	35,4	60,0	0,3	4,3
Praia Urbano	27.548	19.117	12	59,7	36,9	0,5	2,9
Praia Rural	4.995	4.133	2	68,5	28,1	0,7	2,7
Praia Rural 2	2.849	2.116	2	52,0	40,1	0,6	7,3
Santa Catarina	14.608	10.206	6	72,9	19,3	0,5	7,3
São Salvador do Mundo	3.654	2.847	2	60,0	26,1	0,9	13,0
São Lourenço dos Órgãos	12.113	9.300	5	72,8	20,6	0,5	6,1
Tarrafal	11.604	8.147	5	68,9	24,9	0,8	5,4
Nossa Sra. do Livramento	5.084	4.325	2	72,2	21,4	0,3	6,1
Santo Crucifixo	5.702	4.730	2	80,9	12,7	0,7	5,7
Santo António das Pombas	3.555	2.904	2	64,5	26,2	0,5	8,8
Santo André	1.842	1.408	2	72,5	18,2	0,9	8,4
Nossa Senhora do Rosário	5.944	4.695	3	54,0	31,1	0,6	14,3
Nossa Senhora da Lapa	1.153	916	2	61,0	29,5	0,9	8,6
Nossa Senhora da Luz	27.408	21.380	12	74,9	19,9	0,4	4,8
São João Batista	5.444	4.425	2	66,7	25,1	0,5	7,7
África	2.976	1.557	1	31,9	64,2	0,4	3,5
América	857	495	1	20,6	77,4	0,2	1,8
Europa	2.997	965	1	55,0	41,6	1,9	1,5
<b>Total</b>	<b>166.818</b>	<b>125.564</b>	<b>79</b>	<b>62,5</b>	<b>31,6</b>	<b>0,5</b>	<b>5,4</b>

Fonte: Boletim Oficial de Cabo Verde nº 3 25 de janeiro de 1991.

\* Percentuais calculados sobre o total de votantes.

Com 62,5% de votos, o MPD garantiu 56 das 79 cadeiras no parlamento, enquanto o PAICV, com 31,6% dos votos, elegeu apenas 23 deputados. Com a maioria qualificada de dois terços, o MPD tinha, assim, poderes para mudar a constituição. Além da vitória nas eleições legislativas de janeiro de 1991, o MPD foi também o grande vencedor das primeiras eleições autárquicas realizadas em dezembro do mesmo ano. Das quatorze Câmaras Municipais, oito foram vencidas por listas do MPD (Praia, Santa Cruz, Santa Catarina, Tarrafal, São Nicolau, Ribeira Grande, Porto Novo e Brava) e, em quatro municípios, foram eleitas as listas independentes apoiadas pelo MPD (São Vicente, Paúl, Maio e Sal). O PAICV conseguiu eleger apenas duas Câmaras Municipais. Boa Vista e Fogo (Costa,1992:117).

A mudança política em Cabo Verde, resultado das primeiras eleições democráticas, não se restringiu apenas ao Legislativo e às Câmaras Municipais. Houve também mudanças nas disputas presidenciais. Para as primeiras eleições presidenciais diretas e democráticas, dois candidatos disputaram o cargo: António Mascarenhas – que concorreu como independente mas apoiado pelo MPD – e Aristides Pereira, que recandidatou-se à presidência, após ter sido Presidente da República por 15 anos. Pereira foi apoiado pelo seu partido, o PAICV. Mascarenhas foi eleito com 72,6% dos votos, enquanto Aristides Pereira conseguiu apenas 26,2% dos votos.

**Tabela 3.2 – Resultado das primeiras Eleições Presidenciais Diretas e Democráticas de 13 de fevereiro de 1991\***

Círculos Eleitorais*	Inscritos	Votantes	Abstenções (em %)	Votos (em %)		
				Aristides Pereira	António Mascarenhas	Branco e nulos
Brava	2.898	2.092	27,8	42,9	56,4	0,7
Fogo	14.851	10.552	28,9	58,0	41,0	1,0
Santiago	76.711	42.676	44,3	21,6	76,5	1,9
Maio	2.328	1.448	37,8	52,6	45,8	1,6
Boa Vista	1.939	1455	30,4	67,9	30,4	1,7
Sal	4.383	2.407	45,0	49,5	49,1	1,4
São Nicolau	7.860	4.482	43,0	28,3	66,4	5,3
São Vicente	27.881	17.684	36,5	18,9	79,8	1,3
Santo Antão	21.590	15.242	29,4	12,6	85,4	2,0
<b>Total</b>	<b>160.441</b>	<b>98.039</b>	<b>38,9</b>	<b>26,2</b>	<b>72,6</b>	<b>1,2</b>

Fonte: Michel Cohen, Arquipélagos da alternância (1991:152).

\* Os dados apresentados nessa tabela referem-se às ilhas como um todo, desconsiderando-se a divisão dos votos de cada conselho, que foram agrupados de acordo com a ilha a que pertenciam.

\*\* Os dados de Cohen, em relação aos círculos eleitorais, representam as ilhas.

Levando-se em conta os números e os resultados dessas primeiras eleições, percebemos que, quer nas eleições legislativas e autárquicas, quer nas presidenciais, a

maioria dos eleitores votou por mudança, e por isso escolhem os candidatos que faziam oposição ao PAICV. A vitória da oposição em Cabo Verde vai ao encontro da tese defendida por Huntington (1994:74) segundo a qual a perda das eleições pelos antigos dirigentes autoritários está ligada à perda da legitimidade desses. Os votos na oposição são votos de protesto' e, por isso, os candidatos e partidos ligados ao regime anterior tiveram péssimo desempenho e foram surpreendidos pela vitória da oposição. A alternância política, nesses casos, foi seguida por muita euforia por parte da população que desejava liberdade.

A vitória do MPD em Cabo Verde vai ao encontro de uma outra tese defendida por Huntington (1994:181). Para esse autor, as eleições da terceira onda, vencidas em sua maioria pelos partidos da oposição, foram casos onde esses partidos apareceram e se organizaram de uma forma muito rápida, e esse novo partido passou a absorver todas as frustrações e anseios dos eleitores. O MPD fez sua primeira declaração política em março de 1990, um mês depois do partido no poder admitir a possibilidade de candidaturas independentes nas eleições que ocorreriam no final do ano. Enquanto não era formalizado o direito de constituição de partidos políticos, o MPD fez várias manifestações políticas por meio de comícios, e foi ganhando a simpatia dos cabo-verdeanos. O partido só foi legalizado em novembro de 1990, faltando apenas alguns dias para o início da campanha eleitoral para as eleições legislativas (Ramos, 1999).

O MPD se constituiu, inicialmente, com o objetivo de fazer oposição ao PAICV e de reivindicar a instauração de um regime democrático. Percebe-se, no entanto, que dentro do partido há uma certa continuidade política de seus membros com regime anterior. Para Lopes (1996) e Marques (1999), o MPD foi formado por pessoas que chegaram a assumir postos de confiança no regime autoritário e, como sustenta Furtado (1997:174), esse partido teve uma formação de origem elitista: foi criado por quadros técnicos e superiores que estavam envolvidos na administração do Estado no regime monopartidário mas que, de certa forma, assumiam uma postura reformista dentro do então regime.

Apesar da forte penetração e da grande capacidade organizacional do MPD, não é possível identificar nesse partido uma definição ideológica concisa. No seu primeiro programa político de novembro de 1990, o partido não definiu sua linha ideológica, apenas apresentou as propostas para o desenvolvimento de Cabo Verde e fez uma defesa dos direitos e valores da democracia (MPD, 1990). Num novo programa político, apresentado em 1997, o MPD se define como partido humanista, mas não chega a definir



se é um partido da esquerda ou da direita ou de outra formação ideológica qualquer.

A vitória nas eleições legislativas foi uma surpresa para os dirigentes e militantes do MPD, que se viram forçados a formar um governo de gestão antes da posse oficial do novo partido pelo fato do então chefe de governo, Pedro Pires, ter abandonado seu cargo em decorrência dos resultados eleitorais. Este governo de gestão funcionou como um governo provisório cujo único objetivo era garantir o funcionamento normal das instituições do Estado. Com a posse do primeiro governo eleito democraticamente, o primeiro-ministro anunciou o programa de governo do partido vencedor e comunicou um pacote de reformas que seriam implementadas em todos os setores – na economia, no campo social, na política – com vistas a introduzir uma nova dinâmica na política cabo-verdeana que levasse à consolidação da democracia. As maiores mudanças ocorreram no plano econômico e na introdução de direitos e garantias constitucionais que, até então, não faziam parte da vida dos cabo-verdeanos. No nosso último capítulo, onde tratamos das possibilidades de consolidação democrática em Cabo Verde, abordaremos com maiores detalhes essas mudanças.

Nos dois primeiros anos de governo do MPD, é possível perceber medidas com vistas a empreender as reformas previstas pelo partido mas que, no final de 1993, correram o risco de serem suspensas devido à primeira crise interna que esse partido viria a sofrer, e que acabou por provocar o surgimento de uma nova força política a qual, em 1995, vai incrementar as disputas nas eleições legislativas. Para Ramos (1999), a primeira crise vivida pelo MPD, com três anos de formação (1991-1993), foi resultado da disputa ao cargo de líder do partido, que culminou na formação de duas facções. O partido se dividiu em dois grupos, um liderado pelo primeiro-ministro, que era líder do partido, e um outro liderado pelo Ministro da Justiça.

O grupo liderado pelo Ministro da Justiça queria a mudança da liderança do MPD porque, segundo eles, o partido estava se desviando de seu programa original, que era o de privilegiar os aspectos sociais em vez dos econômicos. A crítica maior desse grupo relacionava-se, principalmente, com as consequências sociais que poderiam surgir com o programa de privatizações iniciado pelo governo. Como resultado dessas divergências surgiram duas chapas disputando a liderança do partido, disputa essa que ocorreria na III Convenção do partido em fevereiro de 1994. A Chapa 1, liderada pelo então Primeiro-Ministro Carlos Veiga, concorreu com o nome “Compromisso com Cabo Verde” e tinha por objetivo continuar com a política de reformas econômicas; a Chapa 2 tinha como

cabeça da lista Eurico Monteiro, que foi um dos fundadores do MPD e Ministro da Justiça no primeiro governo eleito democraticamente. Monteiro candidatou-se sob o tema “Mudar para Vencer” e propunha um programa voltado para as questões sociais (Ramos,1999).

O candidato da Chapa 2 abandonou a disputa para liderança do partido faltando apenas um mês para a realização dessa, afirmando que o processo eleitoral dessa convenção possuía muitas irregularidades, e era uma autêntica farsa (Ramos, 1999:29). Para a Chapa 1, o processo não tinha qualquer irregularidade, tal acusação era infundada e foi feita porque as chances da Chapa 2 vencer a convenção eram mínimas. Nós acreditamos que essa primeira cisão dentro do MPD vai além da questão da mudança da liderança e da disputa pela mesma. No nosso entender, esta cisão deve-se às divergências relativas ao programa político e à falta de uma definição ideológica da parte daquele partido. Como nos referimos atrás, o MPD, em nenhum os seus programas assumiu uma definição ideológica clara. O partido foi inicialmente formado com a única intenção de fazer oposição ao então único partido no poder, reivindicando a democratização política de Cabo Verde. Huntington (1994) afirma que os países que foram governados por regimes de partido único se caracterizavam, na transição, por não terem uma organização partidária, tampouco experiência democrática, e pelos grupos da oposição, geralmente, se juntarem com o objetivo primeiro de derrotar o regime autoritário, sem se fazer uma definição clara de ideologia e de propostas políticas. Uma vez conseguido o objetivo, ao assumir o poder, a oposição começa a se dividir por causa da disputa na distribuição de poder no novo sistema (1994:147). Foi isso que aconteceu em Cabo Verde: o partido de oposição, uma vez no governo, começou a passar por crises internas que culminaram em divisões no seu seio e na formação de novas forças políticas.

O resultado dessa primeira crise dentro do MPD, foi a criação de um novo Partido, o Partido de Convergência Democrática- PCD, liderado por Eurico Monteiro e que, juntamente com a UCID – um partido de inspiração cristã – viria a ampliar o leque de opções partidária nas eleições legislativas seguintes, ocorridas em 1995. Vale ressaltar que, em finais de 1990, o MPD passaria por uma outra crise interna, que resultou no afastamento de dois ministros e dois secretários de Estado. Um novo partido foi criado por causa dessa divisão, nascendo então o Partido de Renovação Democrática - PRD (Ramos, 1999:31). Apesar das eleições legislativas, em 1995, terem sido disputadas por quatro partidos, os resultados obtidos não foram diferentes daqueles da primeira eleição legislativa em 1991. Na verdade, o MPD aumentou sua força no parlamento e passou a desfrutar de uma maioria qualificada.

Na tabela abaixo podemos observar a escolha dos eleitores cabo-verdeanos nas legislativas de 1995.

**Tabela 3.3 – Eleições Legislativas de 27 de dezembro de 1995**

Círculos Eleitorais *	Eleitores Inscritos**	Nº de votantes	Deputados a eleger*	Votos (em %)**						
				MPD	PCD	PAICV	UCID	PSD	Brancos	Nulos
4Paúl	4.065	3.491	2	68,25	2,49	27,43	1,83	-	0,91	3,55
Ribeira Grande	11.075	9.429	4	74,06	6,73	16,07	3,14	-	0,74	6,31
Porto Novo	8.241	6.777	3	69,64	5,63	24,72	-	-	0,95	4,50
São Vicente	32.693	25.582	11	64,94	5,09	26,63	2,87	0,47	0,95	3,47
São Nicolau	7.459	6.154	2	71,98	2,65	25,37	-	-	0,92	5,16
Sal	5.554	4.215	2	53,42	5,26	41,32	-	-	-	-
Boa Vista	2.023	1.785	2	39,69	5,91	52,82	1,58	-	1,06	3,24
Maio	2.741	2.293	2	53,80	9,27	36,93	-	-	2,39	3,01
Praia	41.193	34.519	13	58,43	8,02	32,60	0,63	0,32	0,65	2,75
São Domingos	5.865	5.124	2	75,43	4,56	17,67	1,91	0,41	0,93	4,21
Santa Cruz	12.940	10.423	4	72,15	6,92	16,81	1,19	2,92	1,06	3,96
Santa Catarina	20.283	15.224	7	70,33	7,28	17,99	1,42	2,97	1,20	7,24
Tarrafal****	13.270	8.816	4	44,93	4,18	12,70	1,09	0,32	-	-
São Filipe	12.003	10.031	4	31,60	9,36	58,04	0,61	0,39	0,48	1,85
Mosteiros	4.372	3.478	2	44,56	2,78	52,66	-	-	1,43	2,30
Brava	3.350	2.865	2	58,97	5,42	35,59	-	-	0,24	1,99
Países Africanos	4.414	2.946	2	42,67	12,11	45,21	-	-	1,15	2,75
Países Americanos	5.993	3.267	2	33,64	8,16	50,77	6,98	-	0,36	0,09
Países Europeus e resto do mundo	10.114	2.482	2	40,93	12,15	36,74	10,16	-	1,77	1,08
<b>Total</b>	<b>207.648</b>	<b>158.901</b>	<b>72</b>	<b>61,29</b>	<b>6,72</b>	<b>29,75</b>	<b>1,55</b>	<b>0,68</b>	<b>0,82</b>	<b>3,45</b>

Fonte: Boletim Oficial, II Série, Nº 52, quarta-feira, 27 de dezembro de 1995

\* Vale ressaltar que nessas eleições houve uma diminuição no número dos círculos eleitorais bem como no de deputados a eleger.

\*\* Aumentou consideravelmente o número de eleitores inscritos.

\*\*\* Os percentuais relativos aos votos de cada partido referem-se ao total de votos válidos, isto é, o total de votantes menos o total de votos brancos e nulos.

\*\*\*\* Durante a averiguação dos dados da tabela apresentada no Boletim Oficial de Cabo Verde (vide fonte acima citada), constatamos que os números referentes a Tarrafal estão completamente deturpados. Isso verifica-se tanto nas porcentagens quanto nos números absolutos pois, somando-se os votos referentes a cada partido, temos que 4000 votos estão faltando! Dada a exiguidade de tempo, a investigação sobre a veracidade dos dados será feita posteriormente.

Com 61,29% dos votos, o MPD conseguiu eleger 50 dos 72 deputados para a Assembleia Nacional. O MPD justificou esta vitória afirmando que foi fiel aos compromissos assumidos nas primeiras eleições, ocorridas em 1991, e que o eleitor cabo-verdeano confirmou sua confiança no partido por esse ter cumprido com seus compromissos (MPD, Documentos).

De fato, no seu primeiro mandato, o MPD efetuou um leque de investimentos que, de certa forma, acabaram por melhorar a qualidade de vida dos cabo-verdeanos. Regiões até então sem energia elétrica, sem saneamento, sem escolas, sem estradas e sem telecomunicações foram contempladas por esses serviços básicos. Tais medidas agradaram muito o eleitor cabo-verdeano que por isso elegeram o mesmo partido para governar Cabo Verde por mais cinco anos.

## **Capítulo 4 - A democratização e as possibilidades de consolidação do regime democrático em Cabo Verde**

### **4.1 – A reforma econômica e o processo de privatização das estatais**

Os processos de transição política, ocorridos nos finais da década de 80 e inícios dos anos 90, foram seguidos por processos de transição no plano econômico. Segundo Przeworski (1994:11), a onda de democratização durante este período foi seguida de uma enorme vontade por parte dos novos governos em introduzir mecanismos para transformar a economia num setor mais dinâmico e mais eficiente. Os governos eleitos democraticamente fizeram questão de romper radicalmente com o passado tanto no plano político como no econômico. O objetivo deles era trocar os modelos de desenvolvimento baseados na centralização e em monopólios estatais para modelos baseados no livre mercado e com ênfase no setor privado. Com essas reformas, esses governos pretendiam sobretudo resolver as situações financeiras dos Estados que se encontravam numa situação de estagnação e falência, aumentar as receitas por eles geradas, e criar condições para a adoção de uma economia mais dinâmica e mais eficiente.

Em Cabo Verde, a subida ao poder de um novo partido político logo após a abertura política acarretou um processo de transição no plano econômico. O governo eleito democraticamente assumiu o objetivo de romper radicalmente com o modelo de desenvolvimento baseado na planificação e na centralização adotados pelo regime de partido único, e introduziu uma política econômica baseada no livre mercado e na liberalização dos preços (Évora, 1998). É de acordo com esse objetivo que a privatização das estatais vai se transformar na principal reforma a ser feita pelo novo governo, logo após a abertura.

A maioria dos países africanos, que em finais de 1980 iniciou seu processo de transição política, se comprometeu, segundo Riley (1992), a fazer também reformas econômicas no sentido de transformar a economia num setor mais dinâmico. Para Joseph (1998), muitas dessas reformas foram empreendidas por causa da pressão dos doadores internacionais, uma vez que, no final dos anos 80, a maioria dos Estados africanos estava mergulhada numa profunda crise fiscal, e os anos de ajuda externa não produziram resultados positivos na economia. O modelo baseado no livre mercado foi adotado sem, contudo, existirem condições estruturais para o funcionamento desse.

Em Cabo Verde, o processo de privatização começa a tomar corpo a partir de

1991. Foi um programa diretamente financiado e fiscalizado pelo Banco Mundial (Cabo Verde, 1997), e dividido em *duas fases*: na *primeira*, ficou estabelecido que se faria, em alguns setores, a privatização total dos ativos do Estado e, na *segunda*, o governo faria uma reestruturação dos setores que continuariam a ter uma administração pública (Évora, 1998:1). Nesse último setor, o objetivo era introduzir capital humano e tecnológico, a fim de permitir uma produtividade maior e mais eficiência nas empresas que continuariam sendo estatais.

A privatização em Cabo Verde fazia-se necessária, segundo o novo governo, devido aos péssimos resultados das empresas públicas, advindos de uma administração centralizada que fora herdada do regime de partido único. Em seus relatórios (Cabo Verde, 1997), o novo governo demonstrou que o setor público estava completamente falido, e as empresas públicas só fizeram aumentar a dívida interna do Estado devido aos subsídios que eram destinados, no orçamento, para cobrir os déficits causados pela fraca rentabilidade e da sua fraca capacidade produtiva (Cabo Verde, 1997). Com a privatização, o governo tinha por objetivo aumentar as receitas do Estado, aumentar o nível de entrada de divisas permitindo, assim, um equilíbrio na balança de pagamentos, diminuir o desequilíbrio fiscal no orçamento anual, garantir uma melhor eficiência e rentabilidade das empresas, reduzir o déficit público e estimular o desenvolvimento do setor privado.

Para levar a cabo o processo de privatização foi necessário criar condições legais e institucionais. Em meados de 1992, o parlamento cabo-verdeano aprovou a Lei Base das Privatizações, que estabeleceu a forma e as condições para a privatização das empresas públicas. O ponto primordial dessa lei era a transformação das então empresas públicas em sociedades anônimas para que, depois, fosse feita a venda das ações. Na mesma legislação ficou estabelecido que competia ao Ministério das Finanças e do Planejamento conduzir o processo mas, na prática, esse processo acabou sendo assumido pelo Ministério da Coordenação Econômica, chefiado pelo braço direito do então Primeiro-Ministro, que criou um gabinete específico, o GARSEE (Gabinete de Apoio à Reestruturação do Setor Empresarial do Estado), responsável pela coordenação de todo processo de privatização.

Essa legislação, no nosso entender, falhou em *dois aspectos*: *primeiramente* porque não definiu a questão do órgão regulador, o que é grave pois, como afirma Poletti (1992), a ausência de um órgão regulador transparente e eficaz impossibilita a criação de um sistema de preços justos e dificulta a garantia de qualidade dos serviços ofertados aos

usuários. Em *segundo* lugar, o fato da lei garantir exclusivamente ao governo – artigo 32 – a competência para criar órgãos responsáveis pela privatização conferiu um caráter totalmente centralizado e baseado exclusivamente em aspectos políticos, dificultando, no nosso entender, a transparência do processo.

No início do processo de privatização existiam em Cabo Verde cerca de 47 empresas com participação do Estado. Dessas, 23 eram empresas com capital 100% estatal, 14 eram empresas mistas – metade das ações estava em mãos de privados e a outra com o Estado – e dez empresas estavam em processo de liquidação por estarem em situação de falência total por não apresentarem nenhuma possibilidade de retorno financeiro caso fossem reestruturadas. O governo começou a privatizar primeiro as empresas mistas, que tinham uma dinâmica diferente por causa da participação do capital privado, e em seguida passou à privatização das empresas que eram monopólios estatais puros. Nessas últimas, que incluíam setores como telecomunicações, transportes e distribuidoras de petróleo e gás, o governo estabeleceu que, antes da privatização, era preciso reestruturá-las, tornando-as empresas mais atrativas para os investidores externos.

As maiores dificuldades encontradas pelo governo no processo de privatização foram relativas às empresas com capital 100% público. Esse processo provou ser mais complexo e lento, e o governo não conseguiu cumprir o calendário por ele estabelecido para a venda das estatais. O objetivo era, até o ano 2000, conseguir privatizar todas as empresas que eram monopólio estatal, mas ainda hoje há empresas que não foram privatizadas. Essa dificuldade está ligada ao fato de serem setores que exigem um capital de investimento tecnológico e humano muito alto e de, também, serem os setores que correm os maiores riscos de um retorno de investimento. Um outro problema está ligado ao excedente de mão-de-obra que existe em muitas delas, o que acaba por ser um entrave ao próprio investimento externo.

Quanto aos resultados da privatização, o governo afirma que eles são positivos (Cabo Verde, 1997) pois, nas empresas privatizadas entre 1992 e 1995, houve um aumento de receitas de cerca de 16,7% das empresas que antes eram de capital 100% estatal. Nas empresas mistas, o resultado foi melhor: o aumento foi de 23,5% e, segundo o governo, não houve nenhum efeito negativo do processo de privatização sobre a taxa de desemprego.

A oposição, entretanto, critica o governo pela falta de transparência no processo de privatização e o acusa de encobrir os casos de desemprego resultantes desse processo e os

efeitos negativos, principalmente nas camadas mais desfavorecidas. O maior partido da oposição, o PAICV, afirma que a reforma estrutural, adotada pelo governo a partir de 1991, que abrangia não só a privatização como também a liberalização do comércio, dos preços e a reforma fiscal, só fez aumentar os problemas sociais nos principais centros urbanos do país. O PAICV também afirma que os acordos assinados pelo governo com o Banco Mundial, juntamente com o acordo de paridade da moeda cabo-verdeana atrelada ao escudo português determinado pelo FMI, impediu o governo de reajustar os salários e provocou a subida dos preços dos produtos de primeira necessidade. Segundo a oposição, é fácil constatar que as condições sociais em Cabo Verde pioraram com estas políticas de reforma econômica (PAICV, 1998).

Para Przeworski (1994:187), os programas de reforma estrutural provocam custos sociais altos, podem colocar em risco as instituições políticas e, a curto prazo, não garantem justiça social. Ao contrário, tendem a aumentar o fosso entre ricos e pobres, bem como os problemas sociais que, por sua vez, acabam por criar tensões na política e fragilizar as instituições. Em Cabo Verde, não só os aspectos sociais e políticos foram afetados mas, também, a própria economia ainda não consegue dar sinais de dinamismo. Pelo menos, no caso do Leste Europeu, o autor supracitado afirma que, os níveis de poupança interna ainda são baixos e o crescimento do PIB ainda é insignificante (1994:209).

Em relação à influência na política, as reformas econômicas têm afetado negativamente as novas democracias por terem feito aumentar, pelas privatizações, o nível de desemprego, além do aumento dos preços por causa do aumento da inflação, o que acabou por fazer aumentar o descontentamento político e o surgimento de novas tensões. Isso, de certa forma, acaba por ser arriscado porque aqueles países não têm uma tradição de cultura democrática e de debate político, e, geralmente, esses programas de ajuste estrutural são impostos sem se levar em conta outras forças representativas, o que acaba por enfraquecer a democracia. Como esses programas são geralmente implementados após os resultados eleitorais, eles acabam por afetar principalmente o aspecto representativo da democracia, como afirma Przeworski (1994:249).

“Uma consequência desse estilo de comportamento governamental [baseado em reformas orientadas para a liberalização dos mercados] é a corrosão das instituições representativas. Quando os candidatos ocultam seus verdadeiros programas econômicos ao fazer campanha ou quando o governo adota políticas diametralmente contrárias



às suas promessas eleitorais, o que fazem é ensinar à população que as eleições não têm nenhuma função real na definição de políticas. Quando um governo anuncia políticas essenciais editadas por decreto ou força sua aprovação no parlamento, sem debates, está ensinando aos partidos, sindicatos e outras organizações representativas que eles não têm nenhum papel a desempenhar no processo de formulação de políticas (...) com isso a democracia sai enfraquecida” (Przeworski 1994:249).

Em relação à privatização das estatais em Cabo Verde, podemos afirmar que, pelo menos em setores estratégicos como o das telecomunicações, por exemplo, o monopólio estatal foi transformado em monopólio privado: a Portugal Telecom detém a maioria das ações e não existe concorrência nos serviços de telefonia fixa ou celular. Apesar dos investimentos técnicos dos investidores estrangeiros, a ausência da concorrência prejudica, sobretudo, o usuário que continua sem opção de preço e de serviço. Como afirmam Levy e Spiller (1994), o processo de privatização não significa, exclusivamente, a transferência de ativos públicos para o setor privado. O governo tem que criar mecanismos de regulação e fiscalização, de maneira que sejam evitados casos de monopólio privado, e garantir uma melhoria dos serviços e dos preços ofertados. Esses autores ainda reforçam a necessidade do órgão regulador ser independente para impedir que haja arbitrariedade administrativa.

O processo de privatização em Cabo Verde dá pouca margem à transparência. Primeiro porque a venda das estatais não foi definida pelos mecanismos do mercado, pois os quinze anos de economia baseada no planejamento impediram que surgisse um sistema de concorrência bem como de mecanismos de mercado. A venda das estatais foi iniciada sem haver, no país, uma Bolsa de Valores. O processo foi totalmente centralizado: ao governo competiu criar o órgão responsável pela privatização e, a esse órgão, competia estabelecer o preço das empresas e coordenar a venda. O governo recusou a proposta da oposição que sugeriu que a Comissão Nacional das Privatizações fosse um órgão independente e eleito pela Assembleia Nacional, baseada na média mais alta d’Hont.

Talvez por ter sido tão centralizado, justificam-se as denúncias de corrupção feitas por integrantes do partido no governo em finais de 90 e que culminaram em mais uma crise interna no MPD. Essas crises levaram ao afastamento de alguns dos membros do partido que acabaram por formar um novo partido político. Przeworski (1994) afirma que, quando os processos de privatização são muito centralizados, as regras desses tendem a ser pouco claras e muito pouco transparente, e, quando os partidos da oposição e a sociedade civil não têm condições para fiscalizar a venda das estatais, as chances de haver corrupção

são grandes.

Em Cabo Verde, a oposição, que detinha a minoria das cadeiras no parlamento, não conseguiu que fosse garantida sequer a independência do órgão responsável para privatização, e a sociedade civil é por demais apática e desorganizada para exigir a transparência do processo. As denúncias de corrupção em Cabo Verde envolvem principalmente a privatização de uma empresa de distribuição de petróleo e de gás a qual levou ao “sumiço” de dois milhões de dólares. Além da pouca transparência, falta ainda ao processo cabo-verdeano de privatização, a introdução de agências reguladoras dos serviços já privatizados. A questão da regulação é ainda incipiente e, enquanto existir esta lacuna, fica difícil garantir aos usuários a qualidade nos serviços ofertados e impedir que haja arbitrariedade no estabelecimento dos preços.

A necessidade de se garantir a transparência do processo de privatização, garantindo a independência do órgão responsável, e a importância de se criar órgãos de regulação dos serviços privatizados, deve, no nosso entender, ser seguida pela criação de políticas necessárias para compensar os efeitos negativos causados pela privatização, como o desemprego e o declínio temporário do consumo agregado (Przeworski, 1994:187). Só por meio de políticas sociais o governo poderá amenizar os possíveis custos sociais provocados pelo ajuste estrutural da economia, que afetam, geralmente, as camadas mais pobres da população.

O grande perigo nos processos de liberalização econômica e de privatização, que começaram a ser implementados nos países africanos após a abertura política, está no fato desses países estarem correndo o risco de caírem numa segunda colonização, desta vez uma colonização econômica. Como afirma Falton (1990), os países africanos não possuem condições estruturais mínimas para implementar economias de mercado pelo fato de, após o fim do colonialismo, não terem feito a transição da sua estrutura econômica. O monopartidarismo perpetuou o legado burocrático colonial e intensificou a dependência econômica dos antigos colonizadores não tendo criado mecanismos para o desenvolvimento para uma economia de mercado.

Para Falton, o capitalismo não se fincou na África; não surgiu uma classe capitalista nacional. Os mecanismos de mercado e as instituições financeiras, por exemplo, são atrasados; os mecanismos do comércio são ainda primitivos, tanto em nível interno quanto externo, e grande parte dos países que iniciaram a privatização não tem tido outra opção se não transferir o monopólio estatal para grupos estrangeiros, que geralmente

pertencem aos ex-países colonizadores.

#### **4.2 – As possibilidades de consolidação democrática em Cabo Verde**

Os governos eleitos democraticamente após a abertura política precisam fazer, segundo O'Donnell (1991:26), uma “segunda transição”, que é algo mais difícil e se tem demonstrado mais moroso do que a primeira transição – a do regime autoritário para o democrático. Nesta segunda transição, o governo eleito democraticamente deve criar condições para institucionalizar a democracia, para que o regime seja classificado como consolidado. Para O'Donnell, o fato dos eleitores terem eleito um governo pela via democrática não garante automaticamente que esse governo irá fazer a transição para a consolidação da democracia. Na verdade, após a transição do regime autoritário para o democrático, três cenários podem aparecer. Existem casos onde as novas democracias regredem para um novo autoritarismo; existem casos de estagnação, onde o regime não avança para uma consolidação e cai numa situação frágil e incerta, e, noutros casos, o regime consegue se consolidar.

Para países sem tradição democrática e que têm toda uma cultura de regimes autoritários, o elemento decisivo, segundo O'Donnell, para determinar o resultado da consolidação, está no sucesso ou fracasso na construção de um conjunto de instituições democráticas que vão se transformar em importantes pontos decisórios no fluxo do poder político. Ele diz:

“Tal resultado [da consolidação democrática] é fundamentalmente condicionado pelas políticas públicas e pelas estratégias políticas, de vários agentes, que incorporem o reconhecimento de um interesse superior comum na tarefa de construção institucional democrática. Os casos contemporâneos bem sucedidos mostraram grande cuidado, por parte de uma coalizão suficientemente poderosa de líderes políticos, em avançar para a criação e o fortalecimento de instituições democráticas, em menor medida de representação de interesses” (O'Donnell, 1991:26).

Uma das causas da dificuldade de consolidação democrática das novas democracias está, segundo Weffort (1992), no fato dos líderes dessas novas democracias e da elite política delas, de uma forma geral, não terem a consciência do seu papel para levar à consolidação. Eles acreditam que o fato de o governo ter sido eleito democraticamente já é uma prova de que o regime é democrático. Se na América Latina existe um sentimento generalizado e pessimista sobre a possibilidade de consolidação do regime democrático,

na África esse pessimismo é ainda maior. Como nos referimos no nosso capítulo teórico, boa parte dos analistas políticos acreditam que as chances de haver uma consolidação democrática na África são mínimas, e os resultados da transição do regime autoritário não são positivos: quando não houve estagnação, e portanto não se avançou para uma institucionalização, ocorreram casos de regressão ao regime autoritário e o fechamento do regime político .

A África está cheia de exemplos de países que, após a realização das primeiras eleições livres e democráticas, regrediram para sistemas autoritários ou então estagnaram. Joseph (1998) apresenta a Zâmbia como um dos casos mais paradigmáticos em que se iniciou um processo de abertura política e, logo em seguida, regrediu-se para um sistema fechado, voltando a ser autoritário. Em 1991, o presidente Kenneth Kaunda, que governou o país por 27 anos, cedeu à pressão internacional e à oposição interna e iniciou o processo de transição para um regime multipartidário, que culminou na sua derrota e levou ao poder um novo presidente – Frederick Chiluba – cujo partido, o Movimento para Democracia Multipartidária (MMD) venceu por maioria as primeiras eleições livres e democráticas. Chiluba, que durante a campanha eleitoral prometeu instaurar uma democracia constitucional, ao assumir o poder adotou uma prática totalmente contrária: neutralizou seus opositores e o novo regime passou a ter características semelhantes ao anterior.

Em Cabo Verde, analisando os dez anos da instauração de um regime democrático, acreditamos que as chances para uma regressão ao autoritarismo são mínimas. Primeiramente porque, com certeza não haveria aceitação a um retrocesso em nível interno e, em parte, nem pelo próprio cenário internacional. Sendo Cabo Verde um país muito dependente da ajuda externa, uma regressão ao autoritarismo colocaria em risco a própria sobrevivência do país. Consideramos que, em relação ao processo democrático, o regime cabo-verdeano estagnou-se. O partido eleito democraticamente consecutivamente nas duas primeiras eleições democráticas (1991 e 1995), não iniciou o processo de consolidação: estagnou-se na “primeira transição”, o que permitiu que o governo fosse eleito pelo voto popular mas, contudo, pouco fez para a institucionalização da democracia. Por isso levantamos a hipótese de que só através da transferência de voto poderíamos falar da possibilidade de iniciar o processo de consolidação. Consideramos que, enquanto não houvesse a troca de governo, de modo pacífico e baseado em princípios democráticos, as chances para se iniciar o processo de consolidação seriam mínimas.

Para Lopes (1999:46), a democracia cabo-verdeana já nasceu marcada por um

desequilíbrio entre as forças políticas constituídas pelo governo e pela oposição, que, em virtude dos resultados eleitorais, fez com que o sistema de partido único fosse substituído por um sistema de partido “dominante” ou “hegemônico” devido às duas maiorias qualificadas conseguidas pelo MPD, nas duas eleições legislativas, consecutivamente. Discordamos dessa idéia porque, mesmo tendo conseguido se eleger por uma grande maioria nas duas primeiras eleições, o regime cabo-verdeano permite a hipótese de alternância de poder, algo que não é permitido nos regimes de partido hegemônico. como diz Braga da Cruz (1988:27):

“A diferença entre partido único autoritário e o partido hegemônico está no fato do partido único proibir [a existência de] qualquer outro partido, o que não acontece com o partido hegemônico, que os permite desde que não ameacem sua hegemonia. No caso do partido hegemônico, a unicidade é estabelecida pela presença de concorrentes, embora sem competitividade real nem hipótese de alternância do poder. Como bem explicou Sartori, no sistema de partido hegemônico “permite-se que existam outros partidos de segunda, autorizados porque não podem competir com o partido hegemônico nem em termos antagônicos, nem numa base de igualdade. Não só não se produz de fato a alternância, não pode mesmo concorrer, dado que nem sequer se contempla a possibilidade de uma rotação no poder” (Da Cruz, 1988:27).

No regime cabo-verdeano há garantias de competitividade pelo poder, e existe a possibilidade de alternância. Se não existisse tal possibilidade, aí sim, poderíamos classificar o regime de um sistema de partido hegemônico. O que temos de fato em Cabo Verde é uma democracia minimalista, baseada no voto secreto, no sufrágio universal, em eleições regulares disputadas com base na competição entre os partidos políticos e em direitos e liberdades garantidas pela constituição. O perigo da democracia minimalista está, segundo Huntington (1994:96), no fato dela basear-se exclusivamente nos aspectos formais e procedimentais. Ela garante que um governo seja eleito democraticamente, mas não garante que outros princípios fundamentais da democracia – por exemplo o respeito à oposição política, a *accountability*, a igualdade social e econômica – sejam incorporados.

Para Silveira (1995:15), o primeiro governo eleito democraticamente em Cabo Verde criou somente as condições formais legais para o exercício da democracia. Constitucionalmente, a democracia cabo-verdeana se iguala, no seu entender, às democracias contemporâneas do primeiro mundo, por estabelecer direitos e liberdades individuais e coletivos baseados exclusivamente em princípios democráticos. Porém, para

esse pensador, essas garantias acontecem somente num plano teórico, e adquiriram um significado meramente abstrato. A nova elite política não conciliou os aspectos teóricos com a prática democrática, até porque, em Cabo Verde, pensamos ser difícil tal conciliação dada a nova elite política, constituída, na sua origem, por integrantes do ex-sistema de partido único. E mesmo que eles tenham sido os que sempre foram a favor de um sistema mais aberto e competitivo, não deixam de ter um envolvimento com o passado autoritário e de representarem, de certa forma, uma continuidade do legado autoritário.

Schedler (1998) e muitos dos teóricos da democracia acreditam que a continuidade de atores autoritários nos novos regimes democráticos constitui um grande empecilho à consolidação democrática, porque continuam a existir padrões e normas com características autoritárias nas relações sociais e políticas, impedindo que haja uma difusão de valores democráticos. No caso cabo-verdeano, a existência de uma certa continuidade política na “nova” classe dirigente é, em parte, responsável pela descontinuidade entre os aspectos formais da democracia e a práticas da democracia. Como bem afirma Silveira (1995:15), enquanto a classe política não interiorizar os valores democráticos de forma a estimular o surgimento de uma cultura política democrática que concilie a prática legal-institucional com a prática rotineira da política, a democracia cabo-verdeana vai se restringir à eleição democrática de um governo. A grande mudança que ocorreu em Cabo Verde foi, sobretudo, no plano legal.

Com a vitória da oposição nas primeiras eleições livres e democráticas, o novo governo, detendo uma maioria absoluta, elaborou uma nova Constituição que continha princípios e garantias para o exercício de uma democracia pluralista. Essa nova constituição consagrou o Estado de Direito Democrático, garantindo uma série de liberdades e direitos antes desconhecidos pelos cabo-verdeanos. Diferentemente do regime anterior, que, constitucionalmente, estabelecia que os poderes do Estado estivessem submetidos aos princípios do partido, a nova Constituição estabeleceu um novo sistema de governo, baseado no equilíbrio entre os poderes e na independência do judiciário. Além de garantir a separação e a independência dos órgãos da soberania, essa Constituição estabeleceu que, em nível municipal, os titulares dos órgãos para a Assembleia Legislativa e para a Presidência das Câmaras Municipais passariam a ser eleitos por princípios democráticos, baseados no sufrágio universal e no voto direto.

Antes da instauração da democracia, os titulares dos órgãos municipais eram designados e escolhidos pela cúpula do partido no poder. Era, portanto, uma escolha

totalmente centralizada, que não dependia sequer das escolhas dos municípios de cada ilha.

Entre os direitos e liberdades, a nova Constituição passou a garantir o direito à liberdade, ao *habeas corpus*, à liberdade de expressão e informação, à liberdade de associação, de reunião e de manifestação da imprensa, da associação sindical e do direito à greve; os titulares de órgãos públicos passaram a ter responsabilidade política, civil e criminal sobre os seus atos, a tortura passou a ser condenada por lei. De maneira geral, esses direitos e liberdades permitiram aumentar as garantias dos cidadãos em relação aos direitos referentes à liberdade e à justiça.

Além das mudanças constitucionais, o primeiro governo eleito democraticamente aboliu os instrumentos de repressão e de controle social e político do regime anterior. Ele extinguiu a polícia política, as milícias populares e os tribunais populares, que eram instrumentos de repressão autoritária, e despartidarizou a polícia de ordem pública, afastando e reformando a sua direção (Cabo Verde, 1991).

Em termos de políticas públicas também ocorrerem mudanças. Em 1990, 25% do orçamento do Estado era destinado a despesas sociais, e em 1993 esse percentual aumentou para 35%. Em termos de saúde, o governo afirma em seus relatórios que houve uma melhora na cobertura a nível nacional, tanto em nível profissional nessa área, como em nível de medicamentos. Diminuiu a taxa de mortalidade infantil, aumentou a expectativa de vida, e foram criados diversos postos de saúde nas ilhas (Documentos do MPD). Em termos de educação, a taxa líquida de escolarização do ensino básico passou a ser 97%, e de ensino secundário 51% (Cabo Verde 2000). Aumentou o número de salas de aula, de alunos matriculados e de professores, tanto no ensino básico como no secundário. Ainda em seus relatórios o governo afirma que aumentou a distribuição de materiais didáticos para as escolas e melhorou o programa de merenda escolar.

Em relação a dados macroeconômicos, de uma maneira geral, os relatórios do governo indicam uma melhoria desses em relação à inflação. As maiores taxas aconteceram em 1995, 1996 e 1997 que respectivamente atingiram uma média de 8,4%, 6,0% e 8,7% e, em 1998 e 1999 essa taxa ficou em 4,3% ao ano. Houve um crescimento da economia que permitiu elevar o PIB *per capita* de USD 969,5 em 1993 para USD 1282 em 1995, e uma taxa de crescimento real de 6% (Cabo Verde, 2000). Em relação ao desemprego, no primeiro trimestre de 1999 a taxa nacional era de 26,0%, e no 4º trimestre do mesmo ano baixou para 24,2%.

A oposição política em Cabo Verde, por sua vez, acusa o governo de não apresentar indicadores econômicos reais (PAICV, 1998). Para eles, o programa de ajuste estrutural adotado pelo governo, e que está sob supervisão do FMI, tem limitado os investimentos do governo nas áreas sociais, uma vez que o orçamento do Estado é feito de acordo com as metas impostas pelo FMI, e seu objetivo é diminuir as despesas públicas do Estado de modo a diminuir o *déficit* público. Por causa disso os resultados em termos sociais não são positivos. A oposição afirma que houve uma concentração de renda e os níveis de pobreza aumentaram. Sustentam que o programa de ajuste estrutural da economia só tem provocado desequilíbrio na economia cabo-verdeana, que só tende a piorar devido ao aumento da dívida externa.

Eleito por duas vezes consecutivas para governar o país através de uma grande maioria (ver Tabela 3.1), o partido no poder fez, no nosso entender, poucos esforços para a institucionalização da democracia por não ter conciliado aspectos formais com a prática rotineira de valores e atitudes democráticas. Percebe-se, como afirma Silveira (1995:16), que o governo não fez uma prática governativa baseada no pluralismo. Por deter a maioria absoluta no parlamento, o governo deu provas de não respeitar e não dar espaço ao livre exercício do direito da oposição política, apesar desse ser consagrada na constituição. Para esse autor, a atitude tomada pelo governo em relação à oposição seria o de tentar liquidar suas propostas por serem adversários. A falta de respeito à diferença de idéias constituiu um grande perigo para a democracia. Weffort (1989:88) afirma:

“A falta de abertura para as informações novas e para as opiniões dos outros são um perigo real para o funcionamento da sociedade democrática. Muitas culturas (...) dão um valor considerável ao desenvolvimento de opiniões bem definidas sobre quase tudo, desde o começo, e à capacidade de ser vencedor numa discussão, em vez de escutar e descobrir que, às vezes, é possível aprender alguma coisa com os outros. Nessa medida, tais culturas estão basicamente predispostas a fazer política de modo autoritário e não democrático.”

O fato da democracia cabo-verdeana ter iniciado concedendo a um único partido uma maioria absoluta em duas eleições seguidas, sendo o resultado disso um grande desequilíbrio entre as forças políticas representadas no parlamento, dificultou o início do processo de consolidação do regime democrático. O erro do novo governo, no nosso entender, baseando-se nas idéias de Linz e Stepan (1999:108), foi o de confundir, constitucionalismo com majoritarismo. Para os dois autores, consolidação democrática exige consenso, e isso deve ser levado em conta principalmente nas questões de grande



potencial polêmico. Analisando os discursos parlamentares de 1996 e de 1999, podemos constatar que muitas das medidas aprovadas pelo governo não se basearam no consenso. Contudo, como ele detinha a maioria das cadeiras do parlamento, acabou por aprová-las sem consenso.

Podemos tomar, no caso cabo-verdeano, dois exemplos onde se privilegiou o majoritarismo em vez do consenso, e ambas eram medidas de grande potencial polêmico. Uma das medidas foi em relação à troca dos símbolos nacionais: a bandeira e o hino nacional de Cabo Verde. As razões do governo em efetuar esta mudança eram até lógicas, afinal, esses símbolos representavam o partido único e estavam ligados à criação do PAIGC e às suas idéias. O objetivo do novo governo era mudar esses símbolos e, para isso, realizou um concurso público onde se escolheu os símbolos que representariam a nação e o Estado cabo-verdeano, sem se estar imbuído neles cor política ou o lado ideológico.

A proposta de mudança da bandeira foi apresentada na Assembleia Nacional e aprovada exclusivamente pela maioria dos deputados do governo. A oposição votou totalmente contra. No nosso entender, tal medida deveria ser ratificada por um referendo popular, ao invés de ter se restringido a uma decisão parlamentar. Baseado nos resultados desse referendo, o governo adotaria ou não a mudança. Como nos regimes de partido único, a ligação entre o partido e Estado é muito forte, pois a ideologia do partido significava a identidade do Estado (Huntington, 1994:122). Muitos dos bens do Estado são bens do partido, assim como os símbolos nacionais quando se fez a transição. A mudança dos símbolos e o destino que se dará aos bens financeiros devem basear-se, primeiro, num consenso parlamentar, seguidos da ratificação popular para que essas mudanças possam ter legitimidade.

Uma outra medida aprovada pelo governo do MPD, e que exigia consenso entre as forças políticas representadas no parlamento, ao invés de se basear exclusivamente no majoritarismo mantido pelo governo no parlamento, foi à proposta de lei que aprovou a criação do cargo do governador civil para as ilhas do arquipélago.

O território nacional de Cabo Verde é dividido em dois grupos de ilhas: Barlavento, que são as ilhas ao norte, e Sotavento, que são as ao Sul. Com a criação do cargo de governador civil, o governo tinha por objetivo introduzir uma administração periférica do Estado para agir juntamente com a administração autárquica, de modo a evitar que competências exclusivas do Estado não se fizessem sentir, e impedir que as

autarquias ultrapassassem suas atribuições. Com isso, as populações das ilhas ficariam mais próximas do poder de decisão administrativa e passariam a ter um interlocutor estadual (Cabo Verde, 1998:14). O problema dessa medida está no fato do governador civil ser nomeado pelo governo.

Pensamos que, um cargo desses, deveria ter um caráter eletivo e sujeito à opinião dos eleitores do respectivo grupo de ilhas. As razões apresentadas pela oposição, que votou contra essa proposta de lei (foram 15 votos contra) são realmente plausíveis. No seu entender, a criação o cargo de governador civil deveria basear numa legitimidade democrática, conquistada na urna.

Como afirmou o deputado José Maria Neves do PAICV, atualmente primeiro-ministro: “(...) o cargo de governador civil em Cabo Verde, contraria radicalmente e as tendências modernas de gestão. Desde logo, porque se opõe claramente à opção descentralizadora do regime democrático (...) [ela] vem reforçar a tendência centralizadora do Estado, ao criar para este mais espaços de intervenção, em detrimento do poder local (...) cria zonas cinzentas entre as atribuições do governador civil e das Câmaras Municipais, e fomenta o aumento do potencial de conflitos de difícil gestão que pode, a um tempo, frear o desenvolvimento das autarquias locais e criar mais dificuldades de coordenação. Ao programar a criação de estruturas hierarquizadas, dependentes do Poder Central, esta proposta intervém contra o Poder Local, cujo protagonismo se pretende apagar e militar a favor do aumento dos custos de funcionamento do Estado. Esta proposta traz também no seu bojo custos consideráveis para a democracia local, desde logo porque exalta o reforço de centralismo e reprime a expansão das virtualidades que as escolhas democráticas propiciam” (Cabo Verde, 1998:18-19).

Para Pires (2000), além de não favorecer a descentralização municipal e aumentar o nível de centralismo e da burocracia também por não ser um cargo eleito democraticamente, aumentam as probabilidades de haver mais conflitos entre as câmaras dirigidas pela oposição com o governador nomeado pelo governo.

Além disso, segundo ele, tal medida poderia intensificar as desigualdades regionais, uma vez que, ao longo dos dez anos de governo do MPD, foi destinada uma maior quantidade de verbas às autarquias por ele dominadas, e muitos destes recursos são usados para se fazer propaganda política do partido.

Não só Pires como também Silveira (1995) admite que há um tratamento desigual

da parte do governo central para com os municípios governados pelo partido no poder em detrimento daqueles que são governados por candidatos da oposição.

O governo eleito democraticamente, na prática, poucos esforços fez para despartidarizar a administração pública. Apesar da Constituição cabo-verdeana proibir a partidarização da administração pública e ter instituído o mérito e a competência, independentes da cor política, como únicos critérios de promoção na carreira pública, e de ter eliminado os cargos de confiança dos cargos de direção nos órgãos públicos, na prática as pessoas continuaram se queixando de que as questões políticas prevaleciam para a ocupação de cargos de direção.

Silveira (1995:17) diz que o controle da máquina burocrática no novo governo não deixa de ser comportamento típico de partido único. O governo continuou com a prática clientelista, usando o aparelho do Estado como agência de emprego, o que dificulta a transparência dentro dos órgãos públicos e contraria as regras do pluralismo democrático.

O pouco esforço do governo em estimular o pluralismo político é criticado pelos partidos da oposição, principalmente o PAICV que é o partido de oposição que tem um maior número de cadeiras no parlamento. Eles acusam o governo de usar os meios de comunicação social do Estado para favorecer as ações do governo e desprivilegiar a oposição, não levando ao conhecimento público muitas informações de interesse geral, além de usar esses meios com intenções eleitorais.

Para Fonseca (1997:4), essa deficiência poderia ser superada caso existisse, em Cabo Verde, uma sociedade civil forte e ativa. Contudo, a sociedade civil cabo-verdeana é fraca e apática, pois herdou um modelo arcaico e autoritário do colonialismo português que se perpetuou com o regime monopartidário. A cultura de atraso político no campo da sociedade civil pouco mudou com a abertura, pois mesmo com a formalização, por via constitucional de regras e valores democráticos, a sociedade civil encontra empecilhos para se desenvolver porque o próprio governo não estimula o pluralismo de idéias e tem agido para neutralizar os seus concorrentes (Fonseca, 1997:8).

Huntington (1994:251) e outros teóricos da democracia sustentam que, se depois da transição para a democracia o novo governo não criar condições e se esforçar para iniciar a consolidação democrática, pode surgir o fenômeno do “desencanto”, que vai se caracterizar numa apatia e desilusão das pessoas com o novo regime.

No Leste Europeu este fenômeno aconteceu um ano depois da abertura, e foi

denominado de “depressão pós-totalitária” e “desapontamento” com os novos sistemas democráticos. Isso pode acontecer, segundo Huntington (1994:260), de três maneiras:

1. as pessoas se afastam da política, tornam-se resignadas ou cínicas, o que acaba por refletir no nível de participação política ,que diminui;
2. as pessoas passam a ter atitudes contra os governantes e por isso acabam por trocá-los por outros nas próximas eleições; e
3. as pessoas deixam de dar seu apoio ao partido no poder e procuram um partido de fora, o que quer dizer que eles se viram contra o *establishment*.

Em Cabo Verde, a transferência de voto, que ocorreu dez anos depois da abertura, significa não só a possibilidade de se iniciar a segunda transição, mas sim de se iniciar a consolidação do regime como também, talvez, possa servir como prova de que o país está passando pelo fenômeno do “desencanto”. Podemos observar que toda a euforia que marcou o início da abertura política se transformou em frustrações e desapontamentos que se traduzem num sentimento de descontentamento com reflexos nos níveis de participação política no período das eleições.

Se compararmos os dados da tabela abaixo (Tabela 4.1: Resultados das Eleições Legislativas de 11 de janeiro de 2001) com os resultados das eleições que aconteceram antes, expostas no Capítulo 3, percebemos que houve um aumento considerável do número de abstenções. Na primeira eleição livre e democrática, o percentual de abstenção foi de 24,73%, em 1995 foi de 23,48% e, nas recém eleições de janeiro de 2001, o percentual de abstenção atingiu cerca de 45,47% dos votos<sup>40</sup>.

Mas porque esse aumento no número de abstenções desta última eleição? Nós acreditamos que esse alto nível de abstenção possa ser um reflexo do desencanto político das pessoas por essas não verem a solução dos seus principais problemas. Também é possível que esse desencanto se deva ao fato de o voto não ser obrigatório. Todavia, pensamos que não é possível respondermos objetivamente a essas questões aqui. Seriam necessárias outras pesquisas, que demandariam mais tempo que o proporcionado por um curso de mestrado, de modo que esse tema deverá ser abordado em estudos futuros.

Apesar de, nessas últimas eleições legislativas, o número de partidos disputando as cadeiras na Assembléia ter aumentado para cinco, e dentre eles termos, pela primeira vez, a competição de uma coligação política – a Aliança Democrática para Mudança (ADM)

---

<sup>40</sup> Ver Quatro 3 em anexo e gráficos subseqüentes.

constituída pelo PCD, UCID e PTS – o sistema político cabo-verdeano assumiu realmente uma feição bipartidária. A maioria dos votos está concentrada em dois partidos: entre o PAICV, que retorna ao poder depois de dez anos, e entre o MPD, que foi o primeiro partido eleito democraticamente. O resultado é, então, um desequilíbrio de forças entre os partidos representados no parlamento.

**Tabela 4.1: Resultados das Eleições Legislativas de 14 de janeiro de 2001.**

Círculo Eleitoral	Eleitores Inscritos	Nº de Votantes	Deputados a eleger	Votos (em %)*						
				MPD	PAICV	ADM	PRD	PSD	Branco	Nulos
Paúl	4.812	3.524	2	53,83	40,30	0,85	1,47	0,00	0,25	3,30
Ribeira Grande	12.547	8.487	3	49,95	37,56	3,18	4,29	0,63	0,55	3,84
Porto Novo	9.533	6.180	3	46,17	43,59	2,20	1,62	0,76	0,60	5,06
São Vicente	40.243	23.241	11	33,91	49,40	12,55	1,53	0,47	0,54	1,60
São Nicolau	8.684	4.733	2	55,40	34,08	1,67	3,50	0,00	0,81	4,54
Sal	6.854	4.162	2	38,52	56,23	1,59	0,90	0,41	0,63	1,70
Boa Vista	2.344	1.710	2	50,17	42,86	0,87	2,62	0,24	1,09	2,15
Maio	3.422	2.463	2	53,96	36,34	2,92	4,18	0,00	0,61	1,99
Praia	54.088	31.560	14	32,06	52,20	8,70	4,09	0,44	0,33	2,18
São Domingos	6.783	4.233	11	50,37	31,31	3,87	10,21	0,42	0,66	3,16
Santa Cruz	16.792	10.435	4	41,26	51,55	1,65	2,25	0,25	0,40	2,64
Santa Catarina	25.050	11.669	7	38,17	46,40	4,35	4,72	0,40	0,30	5,66
São Miguel	8.145	4.196	2	55,93	28,64	4,79	4,55	0,41	5,11	0,57
Tarrafal	9.052	4.030	2	51,20	35,13	5,06	5,46	0,75	0,20	2,20
São Filipe	14.050	7.436	4	32,65	60,35	3,75	0,67	0,00	0,56	2,02
Mosteiros	5.249	3435	2	35,54	60,72	0,33	1,14	0,00	0,41	1,86
Brava	4.474	2.784	2	47,05	48,38	1,16	1,18	0,00	0,15	2,08
África	5.702	2.486	2	28,52	50,16	3,58	9,82	1,57	0,85	5,50
Américas	8.120	2.812	2	23,26	67,46	5,37	0,78	0,72	0,99	1,42
Europa e resto do mundo	14.182	2.260	2	24,78	54,03	10,93	4,42	2,34	1,60	1,90
<b>TOTAIS</b>	<b>260.126</b>	<b>141.836</b>	<b>72</b>	<b>39,19</b>	<b>47,85</b>	<b>5,89</b>	<b>3,27</b>	<b>0,44</b>	<b>0,63</b>	<b>2,73</b>

Fonte: Boletim Oficial de Cabo Verde, Suplemento de 21 de janeiro de 2001.

\* Os percentuais relativos aos votos de cada partido referem-se ao total de votos, ou seja, a soma dos votos válidos, brancos e nulos.

## Considerações Finais

O final do século XX vai ficar conhecido, pelo menos em termos políticos, como “a década da democracia”. Nesse período percebe-se, em nível global, processos de substituição de regimes antes não democráticos para regimes democráticos. Regimes autoritários passaram a ser democracias. Tal processo ocorreu, sobretudo, nos países do Leste Europeu, resultando, assim, no fim do comunismo. Na América Latina, pôs fim aos regimes militares e na África significou o fim dos regimes monopartidários. Essas transformações foram seguidas com grande entusiasmo por milhões de pessoas que ansiavam por liberdade e viam na democracia uma esperança para tal e, também, para melhorar sua qualidade de vida.

Contudo, a transição para a democracia não tem garantido automaticamente as possibilidades de se melhorar a qualidade de vida, tampouco o desenvolvimento das sociedades. Em muitos países, o processo de transição de regime não tem garantido sequer o respeito às liberdades civis e políticas imprescindíveis para se ter uma democracia.

A ilusão em relação à democracia nos países que acabaram de realizar seu processo de transição deve-se ao fato das pessoas entenderem, como diz Garretón, a democracia como uma forma de sociedade e não como um tipo de regime político, e acreditarem que só o fato de terem feito a transição de um regime antes autoritário para um governo eleito democraticamente já é suficiente para que ocorram mudanças estruturais na sociedade.

Em relação aos processos de transição política na África, o clima ainda é de muita incerteza. Como falamos no corpo do trabalho, enquanto na América Latina o pessimismo se prende às possibilidades de haver uma consolidação dos regimes democráticos, na África os cientistas políticos têm dúvida de se poder considerar os processos de transição como casos completos e, por isso, não chegam a cogitar sobre a consolidação em si. A introdução da democracia naquele continente foi, em muitos casos, fruto de grandes pressões externas dos doadores internacionais, mesmo não havendo, em muitos países, condições mínimas para tal. Em alguns casos, por exemplo, teve-se que primeiramente formar o Estado, para depois começar a transição.

A herança autoritária do colonialismo europeu, perpetuada pelo monopartidarismo imposto logo após a independência, adicionada aos grandes problemas sociais advindos das clivagens étnicas, são obstáculos para a própria finalização dos processos de transição. A onda de mudança política que se alastrou na África nos finais da década de 80 e início

dos anos 90, não tem tido um resultado positivo. Muitos países africanos retrocederam para regimes autoritários após a realização das primeiras eleições e continuam não respeitando os direitos civis e políticos de suas populações.

Em relação a Cabo Verde, que foi nosso objeto de estudo nessa dissertação, o processo de transição de regime pelo menos possibilitou profundas transformações no campo formal-constitucional. Cabo Verde, que poderia ter adotado um regime democrático logo após sua independência política, adotou, na verdade, um regime autoritário de caráter monopartidário que durou quinze anos controlando os poderes Legislativo e Executivo, e impedindo, pela repressão, qualquer tentativa de organização política. Durante o regime monopartidário, o governo adotou uma política socioeconômica baseada no centralismo estatal e que foi a falência do modelo de economia planificada, obrigando o regime a iniciar um processo de liberalização e, dois anos depois, o processo de abertura política.

Por ser um país muito dependente do exterior, as mudanças no Leste Europeu e a onda de violência na África, que precedeu a queda dos regimes monopartidários, foram decisivos para o início da transição democrática em Cabo Verde. As mudanças no cenário internacional ajudaram a precipitar o processo de democratização, que foi fruto dos líderes do regime anterior e da oposição política. Formalmente, o multipartidarismo foi reconhecido em finais de 90 quando uma revisão constitucional passou a admitir a legalização de partidos políticos.

A derrota do partido autoritário nas primeiras eleições é prova da perda de legitimidade e do desgaste político causado pelos quinze anos de autoritarismo, e não constitui surpresa. Em nossa dissertação, procuramos defender a hipótese de que a vitória da oposição deve ser entendida como uma vitória simbólica: o voto na oposição foi um voto pela mudança, um voto de protesto contra o regime autoritário.

Na nossa opinião, a transição em Cabo Verde é uma mistura de *transição por transformação* e *transição por substituição*, porque ela foi iniciada pelos líderes do regime autoritário do partido único, mas que, com o surgimento de uma oposição, acabou por seguir uma dinâmica peculiar. A oposição teve um papel importante na definição das regras do processo de mudança política. A transição cabo-verdeana é, então, resultado de uma iniciativa conjunta dos líderes do regime anterior (autoritário) e da oposição política que se formou posteriormente.

Pelo menos formalmente, o primeiro governo eleito democraticamente em Cabo Verde fez grandes mudanças, garantindo direitos antes desconhecidos pelos cabo-verdeanos. Também aboliu algumas instituições do regime anterior, como é o caso da polícia política. Em termos de políticas públicas, as maiores mudanças se deram no plano econômico com o início do processo de privatização. Contudo, mesmo tendo o MPD vencido duas eleições consecutivas, o governo daquele partido fez muito pouco para iniciar o processo de consolidação democrática.

O processo cabo-verdeano estagnou-se pelo fato dos novos atores políticos não terem conciliado os aspectos formais com a prática democrática. Faltou-lhes interiorizar os princípios democráticos e, por causa disso, deram prova de uma certa continuidade com o regime anterior.

Acreditamos que as primeiras eleições democráticas em Cabo Verde poderiam ter um outro resultado caso existissem outras forças políticas competindo. A ausência de mais competição nessas primeiras eleições confere ao voto no MPD um caráter simbólico; foi um voto por mudança, como explicamos anteriormente.

Para que se iniciasse o processo de consolidação do regime democrático em Cabo Verde, era necessária uma experiência de transferência de voto e, enquanto isso não ocorresse, acreditamos que a transição democrática continuaria estagnada.

Esse processo de transferência de voto ocorreu dez anos após as primeiras eleições, acarretando a alternância no poder, ou seja, a oposição passou a governar e o partido que governou por dez anos passou a ser oposição. Esperamos que, com esta experiência de transferência de votos, as forças políticas representadas no parlamento comecem a trabalhar para a consolidação do regime.



## ANEXOS

**Quadro 1 - Tendências nas Eleições na África Sub-Saariana (1989-1997)**

<b>Cronologia das Eleições</b>	<b>Nº de países</b>	<b>Nº de Eleições (Pres. e Legis.)</b>	<b>Boicote da oposição</b>	<b>Livre s e Justas</b>	<b>Alteração da Liderança</b>	<b>Aceitação por parte dos perdedores</b>	<b>Participação dos eleitores</b>	<b>Quota de votos do vencedor (Pres)</b>	<b>Quota de assentos do vencedor (Leg)</b>
Primeiras (1989 - 94)	29	54	6 (11,1%)	30 (55,5%)	11 (37,9%) *	32 (59,2%)	63,30%	61,40%	62,70%
Últimas	11	15	11 (73,3%)	0 (0,0%)	1 (6,6%) *	0 (0,0%)	66,80%	69,10%	72,00%
<b>Todas</b>	<b>40</b>	<b>69</b>	<b>17</b>	<b>30</b>	<b>12</b>	<b>32</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24,6%</b>	<b>43,5%</b>	<b>30,0% *</b>	<b>46,3%</b>	<b>64,1%</b>	<b>63,4%</b>	<b>65,3%</b>

Fonte: Michel Braton, Second Elections in Africa, Journal of Democracy, July 1998, volume 9, number 3, p 54 e 56

\* Os números se referem a países e não a eleições. As porcentagens foram calculadas usando o número dos países como denominador. Todos os outros números e porcentagens referem-se a eleições.

## Quadro 2 - Segundas Eleições na África Sub-Saareana, 1995-1997

Países *	Data e tipo das eleições	Realiza- da a tempo?	Boicote da oposição ?	Livre e justa ?	Tendência Qualitativa	Alternân- cia de Lideran- ça	Aceita- ção por parte dos partidos	Partici- pação eleitoral	% de votos do vencedor (pres)	% de assentos dos vencedo- res. (leg)
Namíbia	12/07/94 G	sim	não	sim	não modificou	não	sim	76,1	74,5	73,6
Níger	01/12/94 L	sim	não	sim	não modificou	sim	sim	35,0	-	34,9
Benin	28/03/95 L	sim	não	sim	não modificou	sim	sim	75,9	-	24,1
	03/03/96 P	sim	não	sim	piorou	sim	sim	86,8	52,5	-
Costa do Marfim	22/10/95 P	sim	sim	não	piorou	não	não	56,2	95,2	-
	26/11/95 L	sim	não	não	piorou	não	sim	48,9	-	84,0
Cabo Verde	17/12/95 L	sim	não	sim	não modificou	não	sim	76,5	-	69,4
	18/02/96 P	sim	não	sim	não modificou	não	sim	43,4	80**	-
Comores	03/06/96 P	sim	não	sim	não modificou	sim	sim	62,0	61,2	-
	12/01/96 L	sim	sim	não	piorou	não	não	baixo	-	85,7
São Tomé	30/06/96 P	sim	não	sim	melhorou	não	sim	67,5	52,2	-
Mauritânia	10/11/96 L	sim	não	sim	não modificou	não	sim	30,0**	-	88,6
	12/12/97 P	sim	sim	não	piorou	não	não	74,0	90,2	-
Madagascar	11/03/96 P	sim	não	sim	piorou	sim	sim	49,7	50,7	-
Zâmbia	18/11/96 G	sim	sim	não	piorou	não	não	58,7	72,6	87,3
Gana	12/07/96 G	sim	não	sim	melhorou	não	sim	77,9	57,4	66
Mali	30/04 e 20/07/97 G	sim	sim	não	piorou	não	não	21,0	-	88,4
	05/11/97 P	sim	sim	não	piorou	não	não	28,4	95,9	-
Burkina Faso	05/11/97 L	sim	não	não	piorou	não	não	44	-	90,9
Camarões	18/05/97 L	sim	não	não	não modificou	não	não	não avaliado	-	60,6
	10/12/97 P	sim	sim	não	piorou	não	não	81,0	92,6	-
Quênia	29/12/97 G	sim	não	não	não modificado	não	não	67	40,4	51,4
Gabão	15/12/96 L	não	sim	não	não modificado	não	não	não avaliado	-	76,6
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Percentual</b>	<b>-</b>	<b>95,60%</b>	<b>34,80%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>55,80%</b>	<b>70,40%</b>	<b>70,10%</b>

Fonte: Michel Bratton, 1998:56

\*Esta lista exclui os países onde a transição democrática foi revertida por golpe militar antes das segundas eleições.

\*\* Estimativa

G: Gerais

L: Legislativas

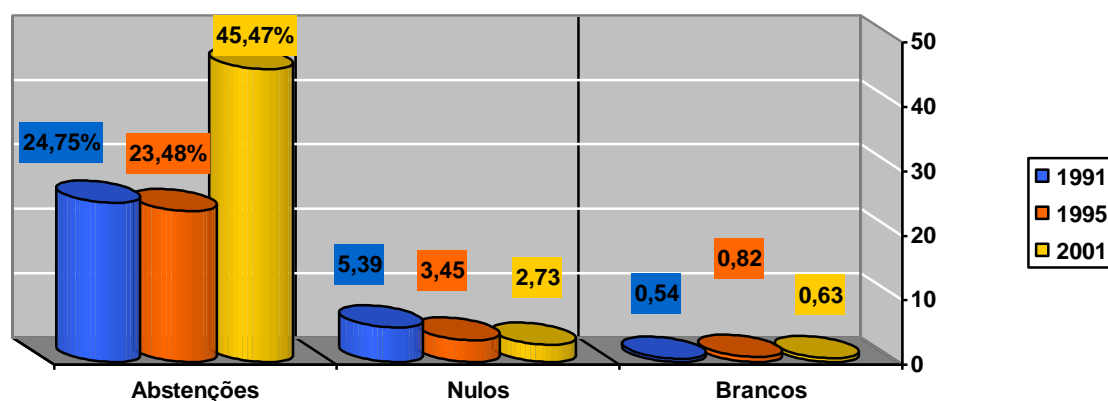
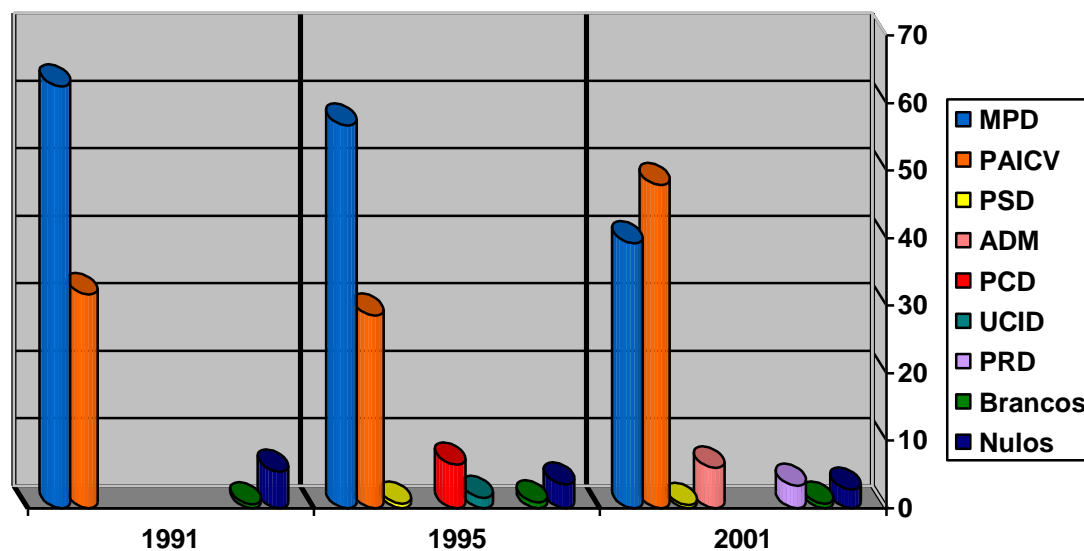
P: Presidenciais

**Quadro 3 – Tabela comparativa das eleições de 1991, 1995 e 2001.**

Ano da eleição	1991	1995	2001
Eleitores Inscritos	166.818	207.648	260.126
Votantes	125.564	158.901	141.836
% abstenção	24,73	23,48	45,47
%Votos brancos	0,54	0,82	0,63
%Votos nulos	5,39	3,45	2,73
% votos MPD	62,48	58,68	39,19
% votos PAICV	31,59	28,48	47,85
% votos PSD	-	0,65	0,44
% votos ADM	-	-	5,89
% votos PCD	-	6,43	*
% votos UCID	-	1,49	*
% votos PRD	-	0	3,27

\* Em 2001, a UCID e o PCD fizeram parte da coligação ADM – Aliança Democrática para Mudança.

**Gráficos comparativos das eleições legislativas de 1991, 1995 e 2001, em Cabo Verde**



## Referências Bibliográficas

- ADAMSKI, Vladislav. “Reconstruir a Sociedade”. *O Correio da Unesco*, Ano 21: 1, jan de 1993, pp. 31-32.
- ANGLIN, Douglas. “Independent Black Africa: Retrospect and Prospect”. *International Journal*, Vol. 39: 2, Spring 1984, pp. 481-504.
- AKE, Claude - “The Unique Case of African Democracy”. *International Affairs*, Vol.69: 2, April 1993, pp. 239-244.
- ARENDT, Hannah. “Les Origines du Totalitarisme” in CHATELET et al – *Dictionnaire Des Ouvres Politiques*, Paris : Press Universitaires de France, 1995.
- BOADI, E. Gyimah. “Civil Society in Africa”. *Journal of Democracy*, vol. 7, number 7, April 1996, pp 118-132.
- BOBBIO, Norberto et al. “Dicionário de Política”. Verbetes ‘Autoritarismo’ e ‘Democracia’. 5ª edição. Brasília: UNB, 1993.
- BOKALO, Elikia M. “Promessas e Incertezas”, in *O Correio da Unesco*, Ano 21: 1, jan 1993, pp.12-18.
- BRATTON, Michael. “Second Elections in Africa”, in *Journal of Democracy*, Vol 9 : 3, July, 1998, pp.51-66.
- CABO VERDE. *Constituição da República de Cabo Verde*, Praia: Imprensa Nacional, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Constituição da República de Cabo Verde*, Praia: Direcção dos Serviços Parlamentares, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Constituição da República de Cabo Verde*, Praia : Assembléia Nacional, 1999.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Coordenação Económica, *Relatórios GARSEE*, Praia, 1997.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Coordenação Económica, *Economic Reforms Support Operation Credit*, Praia, 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Coordenação Económica, *Manual de Desinvestimento*, Praia, 1993.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Coordenação Económica, *Projeto de Assistência Técnica às Privatizações, Relatório Final (1 Versão)*, Praia, 1997.
- \_\_\_\_\_. Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades, *Informações Macroeconómicas*, Praia, 2000.

- \_\_\_\_\_. *Relatório de Actividades do Governo relativo a 1991*, Praia: Imprensa Nacional, 1992.
- \_\_\_\_\_. Acta de Sessões da Assembléia Nacional, *3ª Sessão Legislativa Ordinária*, V Legislatura, Praia, 1996.
- \_\_\_\_\_. Acta de Sessões da Assembléia Nacional, *7ª Sessão Legislativa*, V Legislatura, 1998.
- \_\_\_\_\_. Banco de Cabo Verde: *Relatório do Conselho de Administração*, Praia, 1998.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Liberdade e Penúria”. *O Correio da Unesco*, Ano 21:1, jan 1993, pp.19-22.
- CARDOSO, Humberto. “O Partido Único em Cabo Verde: Um Assalto à Esperança”. Praia: Imprensa Nacional, 1993.
- CHEGE, Michael. “Entre los extremos de África”. *Crônica Legislativa*, Ano 4 : 1, Out 1994, pp.137-144.
- COHEN, Michel. “Arquipélagos da alternância- a vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 14-15, Lisboa, jan/fev 1991, pp.113-154.
- CORREIA E SILVA, António. “O Processo Cabo-Verdeano de Transição para a Democracia”. Tese de Mestrado do Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Lisboa-ISTEC, Lisboa, 1997.
- DA COSTA, Fernando e FALE, Natália. “Guia Político dos PALOP”. Lisboa: Fragmentos, 1992
- DA CRUZ, Braga. “O Partido e o Estado no Salazarismo”. Lisboa: Presença, 1988.
- DIAMOND, Larry. “Consolidating Democracy in the Americas”. *The Annals of The American Academy of Political Science*, Vol. 550, March 1997, pp. 12-41.
- ÉVORA, Roselma. “Privatização das Estatais na República de Cabo Verde”. Monografia de Graduação, Universidade de Brasília : Departamento de Ciência Política, 1998.
- FALTON, Robert. “Liberal Democracy in Africa”, *Political Science Quarterly*, Vol. 10: 3, Fall 1990, pp. 455-474.
- FERREIRA, Isabel. “A Diplomacia do PAIGC durante a luta de libertação”. *Revista África em Debate*, Lisboa: Centro de Estudos Africanos do ISCTE, Set 1999, pp. 27-38.
- FLANARY, Rachel – “The State in Africa: Implications for Democratic Reform”. *Crime Law and Social Change*, Vol. 29: 2, 1998, pp. 179-196.

FONSECA, Jorge Carlos. “Os Partidos Políticos e a Sociedade Civil em Cabo – Verde”, in *Ciclo de Debates: Direitos Humanos, Cidadania e Democracia*, Praia, Nov. 1997, pp.1-9.

FUKUYAMA, Francis. “La Supremacía de la Cultura”. *Crónica Legislativa*, Ano IV: 1, Out 1994, pp. 99-106.

FURTADO, Cláudio. “Democracia na África: possibilidades e limites”. *Ciclo de Debates: Direitos Humanos, Cidadania e Democracia*, Praia, Nov. 1997, pp. 1-15.

\_\_\_\_\_. “Gênese e Reprodução da Classe Dirigente em Cabo Verde”. Praia: Instituto cabo-verdeano do Livro e do Disco, 1997.

GARRETÓN, Manuel. “Do autoritarismo à Democracia Política: uma transição a reinventar?”. *Tempos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Vol 106/107: 19/32, Jul-Dez 1991, pp.21-31.

GEDDES, Bárbara. “What do we know about democratization after twenty years”. *Annals Review of Political Science*, N II, 1999, pp. 1-55.

GYIMAH, Boadi E. “Civil Society in Africa”. *Journal of Democracy*, Vol. 7: 2, April 1996, pp. 118-132.

HIRSCHMAN, Albert. “A Democracia na América Latina; dilemas”. *Novos Estudos*, nº 15, Jul. 1986, pp. 85-88.

HUNTINGTON, Samuel. “A Terceira Onda: democratização no final do século XX”. Tradução de Sérgio Góes de Paula. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. “A Ordem Política Nas Sociedades em Mudança”. Tradução de Pinheiros Lemos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 197\_.

\_\_\_\_\_. “Democracy for the Long Haul”. *Journal of Democracy*, Vol. 7: 2, April 1996, pp. 3-51.

JOSEPH, Richard – “África, 1990-1997: From Abertura To Closure”, in *Journal Of Democracy*, Vol. 9: 2, Apr 1998, pp.3-17.

KROL, Marcin. “Donde Oriente Y Occidente Se Encuentran”. *Crónica Legislativa*, Ano IV: 1, Out 1994, pp. 131-136.

LEVY, Brian e SPILLER, Pablo. “Regulation, institutions and commitment in telecommunications”. Washington: The World Bank Group, 1994.

LECHNER, Norbert. “Condições sócio-culturais de transição democrática; em busca da comunidade perdida”. *Tempos Brasileiro*, Vol. 106/107: 63/70, Julho-Dezembro 1991, pp. 63-69.

- LIMA, Aristides. "Reforma Política em Cabo Verde, do Paternalismo à Modernização do Estado". Praia: Grafedito, 1992.
- LINZ, Juan e STEPAN, Alfred. "Toward consolidated democracies". *Journal of Democracy*, Vol. 7: 2, April 1996, pp. 14-33.
- \_\_\_\_\_. "A Transição e Consolidação da Democracia - A Experiência do Sul da Europa e da América do Sul". Tradução de Patrícia Zaimbres. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LOPES, José Vicente. "O Estado e a Transição para Democracia na África Lusófona". *Revista Anais*, Vol. 1: 1, 1999, pp.33-47.
- \_\_\_\_\_. Cabo Verde os Bazófios da Independência. Praia e Mindelo: Instituto Camões-Centro Cultural Português, 1996.
- MACQUEEN, Norrie. "The descolonization of Portuguese Africa: Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire". London and New York: Longman, 1997.
- MAINWARING, Scott e Donald Share. "A Transição pela Transação: Democratização no Brasil e na Espanha". *Dados*, Vol 29: 2, 1989, pp. 207-236.
- MARQUES, Antônio Caldeira. "Cabo Verde os Bazófios da Independência". Lisboa: Ed. do Autor, 1999.
- MIGUEL, Fernando. "Eleições Angolanas de 1992: uma evidência do voto étnico". Tese de Mestrado do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília, 1996.
- MONGA, Celestin. "Eight Problems with African Politics". *Journal of Democracy*, Vol. 8: 3, July 1997, pp.156-170.
- Movimento Para Democracia. *Documentos da III Convenção Nacional*. Praia: INCV, s.d.
- \_\_\_\_\_. *Moção de Estratégia e Estatuto*. Praia, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Programa Político*. São Vicente, 1990.
- NZOUANKEU, Jacques Mariel. "África y la Idea de la Democracia". *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, Vol. 43: 2, Jun. 1991, pp.395-407.
- O'DONNELL, Guillermo. "Illusion About Consolidation". *Journal of Democracy*, Vol. 7: 2, April 1996, pp.34-51.
- \_\_\_\_\_. "Democracia Delegativa". *Novos Estudos*, nº 31, Outubro 1991, pp. 25-40.
- O'DONNELL, Guillermo e SCHEMITER, Philipe. "Transition From Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies". Baltimore: John Hopkins University Press, 1986.

O'DONNELL, Guillermo. "Los Economistas Saben Más?". *Crônica Legislativa*, Ano IV: 1, Outubro 1994, pp. 117-122.

PAICV. *Programa e Estatutos do PAICV*. Praia: DIP, 1983.

\_\_\_\_\_. *IV Congresso Extraordinário*, Documentos Vol. II. Praia, 1990.

\_\_\_\_\_. *Estatutos e Declaração Política*, V Congresso Extraordinário. Praia, 1991.

\_\_\_\_\_. *IV Congresso Extraordinário - Documentos*, Vol. I, Praia, 1990.

\_\_\_\_\_. *Uma Proposta de Constituição para Cabo Verde*. Praia: Grafedito, 1992.

\_\_\_\_\_. *Estatutos do VIII Congresso*. Praia, 1997.

\_\_\_\_\_. *Bases Gerais do Programa do Governo, Economia e Desenvolvimento*. Praia, s. d.

\_\_\_\_\_. *Intervenção do Deputado Aristides Lima*. Praia, 1996.

\_\_\_\_\_. *Informação Parlamentar: Folha de Informação e Formação do Grupo Parlamentar do PAICV*, nº 0 de 20 de outubro 1998.

\_\_\_\_\_. *Informação Parlamentar nº 6*, dezembro de 1998.

PARTIDO DE CONVERGÊNCIA DEMOCRÁTICA - Programa Político. Praia, 1995.

PRZEWORSKI, Adam. "Democracia e Mercado no Leste Europeu e na América Latina". Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_ et al. "O que mantém as democracias?". *Lua Nova*, nº 40/41, 1997, pp. 113-166.

RAMOS, Arceolinda. "Os Partidos Políticos na República de Cabo Verde, o Movimento Para democracia: um estudo de caso". Monografia de Graduação do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília, 1999.

RILEY, Stephen. "Political Adjustment or Domestic Pressure : democratic politics and political choice in Africa". *Third World Quarterly*, Vol. 13: 3, Sep 1992, pp. 539-551.

SCHEDLER, Andreas. "What is democratic consolidation". *Journal of Democracy*, Volume 9: 2, April 1998, pp. 91-107.

SCHMITTER, Philippe e KARL, Terry. "What Democracy is... and is not", *Journal of Democracy*, Vol. 2:3, Summer 1991, pp. 75-88.

SCHMITTER, Phillippe. "Más Liberal, Pré-Liberal ou Post-Liberal". *Crônica Legislativa*, Ano IV: 1, Out 1994, pp. 117-122.



SILVA, Antônio Duarte. “A Independência da Guiné Bissau e a Descolonização Portuguesa”. Porto: Afrontamento, 1997.

SILVEIRA, Onésimo. “Contribuição para a Construção da Democracia em Cabo Verde”. s.ed, Mindelo, 1995.

\_\_\_\_\_. “A Tortura em nome do Partido Único – O PAICV e sua Polícia Política”. Mindelo: Terra Nova e Ponto e Virgula, 1992.

TOURAINE, Alain. “O que significa a Democracia”. *O Correio da Unesco*, Ano 21:1, Jan 1993, pp.6-10.

WEFFORT, Francisco. “Incertezas da Transição Democrática na América Latina”. *Lua Nova*, nº 16, Março 1989, pp.5-45.

\_\_\_\_\_. “New Democracies, Which Democracies?”. Paper 198 do *Latin American Program of the Woodrow Wilson International Center*, 1992, pp.1-58.

WOLLACOTT, John. “A luta pela Libertação Nacional na Guiné Bissau e a Revolução em Portugal”. *Revista de Análise Social*, vol XIX: 4/5, 1993, pp.1131-1155.